UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ROSANA ANDRÉA GONÇALVES

**Sociedades africanas frente à situação colonial europeia:
o Estado Independente do Congo (1876-1908)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Sociedades africanas frente à situação colonial europeia:
o Estado Independente do Congo (1876-1908)**

Rosana Andréa Gonçalves

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutora em História

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gonçalves, Rosana Andréa
Gs   Sociedades africanas frente à situação colonial
europeia: o Estado Independente do Congo (1876-
1908) / Rosana Andréa Gonçalves ; orientador Maria
Cristina Cortez Wissenbach. - São Paulo, 2016.
190 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. África Central. 2. Século XIX. 3. Colonialismo
europeu. 4. Estado Independente do Congo. I.
Wissenbach, Maria Cristina Cortez, orient. II. Título.

GONÇALVES, Rosana Andréa. **Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Congo (1876-1908)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em: 08/08/2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

RESUMO

O Estado Independente do Congo foi reconhecido internacionalmente em 1885 como resultado da ação de representantes europeus em obter tratados de cessão de soberania junto às autoridades e chefes africanos da região da bacia do Congo. No entanto, a implantação de uma “missão civilizadora”, em consonância com os interesses comerciais do monarca belga Leopoldo II, não se deu sem conflitos, embates e resistências. A crueldade e a arbitrariedade que marcaram tal processo ecoaram na opinião pública internacional, gerando movimentos de denúncias sobre as violências que vitimaram as populações africanas. Este trabalho busca analisar as reações e acomodações ocorridas a partir da situação colonial que se impôs frente a um contexto no qual se faziam presentes múltiplas e variadas formas de organização política das sociedades africanas da região.

Palavras-chave: África Central, século XIX, colonialismo europeu, Estado Independente do Congo.

Title: African societies in the face of European colonial situation: the Congo Free State (1876-1908)

Abstract:

The Congo Free State was internationally recognized in 1885 as a result of the action of European representatives in obtaining sovereignty transfer treaties with the African authorities and leaders of the Congo Basin region. However, the implementation of a "civilizing mission" aligned to the commercial interests of the Belgian king Leopold II, has not been without conflicts, struggles and resistances. The cruelty and arbitrariness that have marked this process echoed on the international public opinion, generating movements of complaints about violence toward the African populations. This work seeks to analyze the reactions and accommodations that followed the colonial situation that was imposed in a context in which were present multiple and varied forms of political organization of African societies in the region.

Keywords: Central Africa, nineteenth century, European colonialism, Congo Free State.

SUMÁRIO

Resumo _____	p. 5
Abstract _____	p. 6
Agradecimentos _____	p. 8
Introdução _____	p. 10
Capítulo 1: <i>Expansionismo europeu na África Central</i> _____	p. 20
Capítulo 2: <i>Delimitações e negociações do Estado Independente do Congo</i> ____	p. 78
Capítulo 3 <i>A questão da mão de obra na África Central</i> _____	p. 102
Capítulo 4: <i>Crise do Estado Independente do Congo e transferência do território ao Estado Belga</i> _____	p. 143
Considerações Finais _____	p. 166
Anexos _____	p. 171
Bibliografia _____	p. 175

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa mesmo sendo, por vezes, muito solitário, paradoxalmente revela amizades e gestos de solidariedade de tantas pessoas que é difícil dar conta de agradecer a todas. Há pessoas que ajudam de perto, há outras que contribuem à distância e há ainda aquelas que ajudam mesmo sem se dar conta disso. Espero não esquecer de ninguém, mas vou nomear aqui algumas pessoas que fizeram a diferença na construção deste trabalho, às quais quero agradecer.

À minha orientadora Cristina Wissenbach, por me acompanhar nos caminhos trilhados há mais de uma década, desde a elaboração do projeto de mestrado, pela confiança e pelo apoio às decisões que se fizeram necessárias.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação deste trabalho, Alexsander Gebara e Leila Leite Hernandez, pelas sugestões e direcionamentos que foram valiosos no desenvolvimento da pesquisa.

À Leila Leite Hernandez, devo um agradecimento especial pela proximidade e por me receber sempre de forma muito generosa, ajudando-me com conselhos certos e preciosas indicações bibliográficas.

À Juliana Ribeiro Bevilacqua, amiga mais que querida, companheira de muitas horas desde o mestrado, porque fez e faz toda diferença em muitos momentos com seu bom humor e palavras de carinho.

Aos amigos de vida e colegas de ofício Stella Maris e José Carlos Vilardaga, pelas trocas e pelos bons momentos que já passamos.

À Kelly Araújo pela amizade e pelas muitas sugestões neste estudo.

Aos meus colegas que fazem parte do mesmo grupo de orientandos: Lia Laranjeira, Marcia Pacito, Juliana Paiva, Elaine Ribeiro, Rafael Galante, Ivana Pansera, Elisângela Queiroz, Pedro Cunha, David Ribeiro, Fábiana Barbosa Ribeiro, Juliana Farias. Especialmente a Lia, Marcinha e Fábiana por tantas trocas.

À Angela Fileno e Helena Wakim pela generosidade e amizade.

Ao Carlos Manoel Pimenta, pelas trocas acadêmicas e pela amizade.

Ao Hein Vanhee pela generosidade em me ceder informações e materiais de pesquisa, além de me indicar os caminhos de pesquisa no Museu Real da África Central, em Tervuren. À Carla Banjai, junto com Hein, por me receberem carinhosamente e pela companhia nas noites frias de Bruxelas.

À Telma Resende e ao Vinicius Melleu Cione, por me ajudarem na reorganização de compromissos e horários de forma tão compreensiva e generosa.

Aos funcionários das instituições de pesquisa e bibliotecas: em São Paulo: Biblioteca Florestans Fernandes; em Bruxelas: Biblioteca e Arquivos Africanos do Ministério de Assuntos Estrangeiros; em Tervuren: Museu Real da África Central; em Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

À minha família, mas principalmente à minha mãe Magneide e minha sogra Valdelice que, mesmo sem terem ideia do que se tratava este trabalho, me apoiaram e deram suporte com a neta e com os afazeres domésticos em minhas ausências.

À Jeane Gonçalves que, como se não bastasse o colo e carinho de irmã, cuidou de ajeitar imagens e mapas.

Ao Marco, meu amado companheiro de vida, que esteve ao meu lado sempre, mesmo quando isso significava estarmos longe um do outro. Além das leituras atentas, preciosas sugestões e críticas cuidadosas.

À Ceci, quem disse que as crianças não ajudam? Minha doce menina esteve presente com seu carinho e, com seu bom humor, me distraiu em momentos em que tudo que eu precisava era “pensar em nada”. Soube ainda esperar pacientemente pelos momentos em que eu estivesse mais liberada para ficarmos juntas por mais tempo.

Agradeço ainda ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa de doutoramento.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, pelo financiamento de despesas de viagem à Bélgica e à Lisboa.

INTRODUÇÃO

Em visita à África Central no início do século XX, o padre jesuíta Arthur Vermeersch fez notar em seus escritos que o “Congo tem um território 76 vezes maior que a Bélgica”¹. Seu espanto diante da desproporção entre “colônia e metrópole” revelava a importância que tal região assumiu para o quadro de negócios belgas num contexto de crescente competição europeia. O estabelecimento e posterior reconhecimento internacional do Estado Independente do Congo, em 1885, foi fruto de um longo e intrincado processo que pode ser localizado nos quadros da expansão colonialista europeia da segunda metade do século XIX. Inicialmente, o empenho de representantes europeus da Associação Internacional Africana foi no sentido de colecionar o maior número de tratados assinados pelos chefes africanos da região da bacia do Congo e que compuseram um arsenal burocrático que serviu para o monarca belga Leopoldo II demarcar o território africano sob sua tutela nas negociações europeias.

Embora tenha sido no âmbito da Conferência de Berlim que Leopoldo II fizera aprovar as bases para a formação do Estado Independente do Congo, consideramos que o interesse e a inserção belga, ou ainda de Leopoldo II, na região tenha tido origem algumas décadas antes, pelo menos a partir da Conferência de Bruxelas de 1876, que foi considerada aqui o ponto de partida para a análise dessa inserção e das bases para a formação do Estado Independente do Congo.

A implantação da “missão civilizadora” europeia naquele Estado que se formava interferia diretamente nas dinâmicas dessas sociedades que desde há muito tempo viviam na região, resultando em um espaço de contato repleto de negociações, conflitos e resistências. Este trabalho busca analisar as reações e acomodações ocorridas a partir da situação colonial que se impôs frente a um contexto no qual se faziam presentes múltiplas e variadas formas de organização política das sociedades africanas da região. Além disso, embora chamado de independente, este Estado precisa ser analisado por sua situação colonial, marcado pela exploração de vários produtos – sobretudo o marfim e a borracha - e pela intensa exploração da mão de obra africana, o que garantiu vultosos lucros a empreendedores particulares, especialmente a Leopoldo II.

---

¹ VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p10.

Note-se que a centralidade do conceito “situação colonial” de Georges Balandier deve-se ao fato de que o autor a define como uma situação particular na qual são colocadas relações desiguais entre colonizador e colonizado. A princípio, as condições mais gerais dessa situação colonial seriam marcadas, nas palavras do autor, pela:

Dominação imposta por uma minoria estrangeira, “racial” e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o relacionamento entre civilizações heterogêneas: uma civilização de maquinismo, de economia, de ritmo rápido e de origem cristã impondo-se sobre civilizações sem técnicas complexas, de economia atrasada, de ritmo lento e radicalmente “não cristãs”; o caráter antagônico das relações que ocorrem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não somente à “força” mas ainda a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados, etc.²

Toda essa caracterização traçada por Balandier é, segundo reconhece o próprio autor, generalizante e por isso, ele aponta a necessidade de apreender historicamente cada particularidade, a fim de observar as variações e as caracterizações colocadas a partir dessa situação que é por princípio desestabilizadora. Nesse sentido, e ainda em consonância com a análise de Balandier, é necessário levar-se em conta as especificidades históricas da situação posta particularmente no Estado Independente do Congo.³

De uma maneira mais geral, um dos resultados da colonização do continente africano foi a divisão política totalmente artificial e externa, feita a partir de acertos entre os países europeus que recortaram e desenharam a África conforme seus interesses e capacidade de barganha política de cada país. Segundo Albert Adu Boahen, até 1880, 80% do continente africano era governado por autoridades locais, fossem elas reis, rainhas, chefes de clã e de linhagens e tinham suas próprias unidades políticas, com níveis de organização variados. Em 1914, no entanto, o continente africano apresentava uma organização completamente diferente, submetida quase que em sua totalidade, com exceção da Etiópia e da Libéria, à dominação europeia e, conforme as palavras de Boahen, a África estava “dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes,

---

² BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Trad. Nicolás Nyimi Campanário, revisão Paula Montero. *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993, p. 128.

³ BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Trad. Nicolás Nyimi Campanário, revisão Paula Montero. *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993.

com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais”.⁴

Diante disso, não foram poucas as oposições ao tipo de administração imposta às populações no Congo, manifestadas por meio de reações individuais ou movimentações feitas por pequenos grupos. Estas resistências e as repressões cada vez mais violentas da parte de agentes do Estado Independente do Congo ecoaram na opinião pública internacional, gerando movimentos de denúncias contra as arbitrariedades e crueldades das quais as populações africanas eram vítimas.

Oficialmente criado por meio de um decreto real assinado por Leopoldo II, rei da Bélgica, em 29 de maio de 1885, o Estado Independente do Congo foi fruto de um árduo e penoso processo de formação, que implicou na assinatura de variados acordos firmados entre países europeus como França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e Bélgica. Também houve inúmeras negociações entre representantes das organizações internacionais como a Associação Internacional Africana e diversas autoridades africanas da região da bacia do Congo, sendo que as disputas e a incursão europeia no interior do continente têm início desde pelo menos a primeira metade do século XIX.

Para o escopo deste trabalho, o recorte cronológico se inicia em 1876, quando foi realizada a Conferência Geográfica de Bruxelas e termina em 1908, quando o Estado Independente do Congo foi transformado em uma colônia da Bélgica, administrada por seu parlamento.

A Conferência Geográfica de Bruxelas, ocorrida em 12 de setembro de 1876, foi presidida pelo monarca belga Leopoldo II e reuniu um número considerável de representantes de diversos países. Esta conferência tinha oficialmente objetivos humanitários e científicos. Em seu discurso, o presidente da assembleia teve como foco principal a África Central, por ser urgente ali, segundo ele próprio, fazer chegar a civilização e banir a escravidão. No âmbito desta conferência foi criada a Associação Internacional Africana (AIA), com sede em Bruxelas e comissões nacionais distribuídas pelos vários países membros. A AIA tinha como objetivos as explorações internacionais, cumprindo pelo menos em teoria, aquilo que foi a grande bandeira de Leopoldo II, o fato de que a entrada na África não deveria servir aos interesses de um

---

⁴BOAHEN, Albert Adu. “A África diante do desafio colonial”. In BOAHEN, Albert Adu (coord.). *História Geral da África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Editora Ática; Unesco, 1991, p. 25.

país, mas que, sendo de cunho internacional, serviria às necessidades que os europeus enxergavam como sendo prioritárias para “civilizar” as populações da África Central. Foi por meio desta associação, e de outras similares que se seguiram, que viajantes e exploradores lançaram-se ao interior do continente, buscando estabelecer contatos e assinar tratados de concessão territorial.

Alguns anos mais tarde, na Conferência de Berlim em 1885, foi criado o Estado Independente do Congo, cuja administração estava a cargo do monarca Leopoldo II, mas que só se tornou oficialmente uma colônia belga em 1908. O período de 23 anos de existência do Estado Independente do Congo foi marcado pela exploração de vários produtos – sobretudo o marfim e a borracha - e pela intensa exploração da mão de obra africana, o que garantiu vultosos lucros a alguns poucos envolvidos, especialmente a Leopoldo II.

Os tratados assinados entre autoridades locais e representantes da Associação Internacional Africana ou, mais tarde, da Associação Internacional do Congo, ou mesmo do Estado Independente do Congo, pela conquista da soberania obtida junto aos chefes locais, compuseram um vasto repertório diplomático disponível ao monarca belga para fazer frente às outras nações europeias e demarcar o território africano sob sua tutela. No entanto, os acordos para o estabelecimento das fronteiras fizeram-se presentes durante um longo período que antecede e sucede a criação daquele Estado.

O processo de formação do Estado Independente do Congo foi complexo e repleto de estratégias diplomáticas entre autoridades locais e representantes das potências europeias que ali se defrontaram. Nesse sentido, um dos objetivos desse trabalho é demonstrar como o estabelecimento das fronteiras que desenharam o Estado Independente do Congo ocorreu por meio de negociações que muitas vezes apresentaram pontos de fricção ou tensão não apenas entre as potências europeias que disputavam o controle territorial da região, mas principalmente entre representantes ou agentes europeus com as chefias africanas.

O chamado Estado Independente do Congo teve por princípio em sua formação a inexistência de um monopólio comercial, garantindo a liberdade de comércio aos países europeus na região. De início chamado de “Estado Livre”, a formação do Estado Independente do Congo só foi consentida pelos países europeus a partir dessa liberdade de comércio, mas também pela possibilidade de liberdade para a execução da obra de evangelização a partir de diferentes denominações missionárias. Daí a existência de grupos missionários católicos mas também protestantes.

A bibliografia concernente ao tema da colonização europeia em África mostra-se bastante vasta, sendo possível trilhar caminhos interessantes para a elaboração de um estudo mais minucioso sobre a história do Estado Independente do Congo. Há que se debruçar sobre a vasta documentação produzida sobre este tema com olhar crítico e atento aos registros, sempre buscando fazer perguntas que levem a uma reflexão histórica deste período.

No bojo dos movimentos de independência ocorridos a partir da década de 1960 surgiu uma vertente bibliográfica de renovação historiográfica, que pretendeu dar conta da história da colonização da África entre 1880 e 1914, sob a ótica africana e africanista. Estes estudos analisaram o impacto da colonização do continente africano e, para o presente trabalho, nossa atenção concentra-se particularmente ao caso do Congo, em seus aspectos econômicos, políticos ou sociais. Assim, interessa-nos acompanhar como essa historiografia pretendeu entender os arranjos e rearranjos de poder local na África após a entrada europeia. Essa linha de estudos iniciou-se basicamente na década de 70 e ganhou ampla divulgação com a publicação da *História Geral da África*.

Em 2005 foi publicada na Bélgica uma coletânea de artigos que pretendeu reparar um pouco a defasagem das análises historiográficas em relação à colonização belga na África. A organização deste importante trabalho ficou a cargo do historiador Jean-Luc Vellut que, ao fazer um balanço da produção historiográfica belga sobre o Congo, apontou muitas lacunas graças ao silêncio dos autores que por muitos anos ocultaram aspectos cruciais da exploração do Congo, o que resultou em uma produção empobrecida que enalteceu “tempos heroicos”, ou mesmo, em seu dizer, em uma história hagiográfica.⁵ Esta publicação traz contribuições de africanistas como Jan Vansina, Hein Vanhee, Catherine Coquery-Vidrovitch e MacGaffey.

Um dos grandes desafios para quem quer pesquisar História da África é fugir a um enfoque eurocêntrico e procurar entender as singularidades das sociedades africanas. Por outro lado, quando o tema diz respeito ao contexto do colonialismo europeu na África, esse caminho é ainda mais complexo, já que a leitura dicotômica é por vezes tentadora. Nesse sentido, Frederick Cooper afirma: “Os binários colonizador/colonizado, ocidente/não-ocidente e dominação/resistência, são mecanismos úteis para iniciar o estudo de questões de poder, mas acabam limitando a pesquisa sobre a forma exata pela qual o poder é difundido e as formas como esse poder

---

⁵ VELLUT, Jean-Luc. “Regards sur le temps colonial”. VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’ Afrique Centrale, 2005, p. 13.

é engajado, contestado, desviado e apropriado”.⁶ A partir desta percepção, Cooper chama a atenção para a necessidade de se verificar as formas de poder que se evidenciam não apenas por parte das autoridades coloniais, mas a manutenção do poder da elite local que muitas vezes são resignificadas a partir de um novo tecido de relações.

Uma das alternativas apresentadas por Cooper como linha de análise possível é a do Grupo de Estudos Subalternos, composto por estudiosos das várias experiências de colonialismo na América Latina, na África e na Ásia (principalmente Índia). O ganho das análises empreendidas por este grupo, segundo o mesmo autor, está em perceber desigualdades sociais decorrentes não apenas do processo colonizador, mas das alianças estabelecidas e dos interesses das elites locais.

A primeira geração de historiadores africanos, afirma Cooper, “procurando diferenciar-se dos historiadores imperialistas, empenhava-se em encontrar a verdadeira história da África”, mas acabava muitas vezes por traçar sociedades lineares, sem tensões em suas estruturas internas e com suas desigualdades minimizadas. Essa linha de estudos estava imbuída de uma agenda política ligada às independências dos Estados africanos. Sobre este aspecto, Cooper acrescenta que a crítica do Grupo de Estudos Subalternos sobre os modos pelos quais um “Estado nacionalista adota o projeto de controle de um Estado colonial dá origem a repercussões solidárias entre africanos e africanistas, desiludidos com os Estados pós-independência”.⁷

Em paralelo ao conceito de situação colonial de Balandier, este trabalho se apoia na argumentação de Jean-Luc Vellut, para quem o Estado Independente do Congo se configurou em uma “colônia sem metrópole”.⁸ Isto é, embora não fosse o Estado belga que estivesse à frente das estratégias diplomáticas e do financiamento e administração do Congo, o projeto colonial estava fortemente presente, mas quem encabeçava a administração, as estratégias de estabelecimento de fronteiras e os financiamentos necessários para os investimentos de infraestrutura era o próprio Leopoldo II, aliado a Companhias concessionárias que, em troca de investimentos de infraestrutura e organização administrativa de uma determinada áreas recebiam cessão de terras e direitos exclusivos de exploração dos recursos naturais dessa área.

---

⁶ COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 23.

⁷ COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 26.

⁸ VELLUT, Jean-Luc. “La violence armée dans l’État Indépendant du Congo. Ténèbres et clartés dans l’histoire d’un Etat conquérant”. *Cultures et développement: Revue internationale des sciences du développement*. Louvain: Université Catholique de Louvain, vol. XVI, 3-4, 1984, p. 672.

A partir, portanto, das noções de “situação colonial” de Balandier e de “colônia sem metrópole” de Vellut, procurou-se ler atentamente a documentação a que tivemos acesso com o objetivo de apreender o contexto de formação desse complexo de regras e relações colocadas no Estado Independente do Congo. A base documental sobre a qual se apoia este estudo foi acessada por meio de um estágio de pesquisa sob supervisão do pesquisador africanista Hein Vanhee, na Bélgica. Concentrei o trabalho principalmente nos acervos das seguintes instituições: *Musée Royal de l’Afrique Centrale* (MRAC) em Tervuren e *Archives Africaines - Ministère des Affaires Etrangères* em Bruxelas, conforme segue:

- *Musée Royal de l’Afrique Centrale* (MRAC)

Fundado em 1898 como Museu do Congo, o Museu Real da África Central é dos mais renomados museus sobre o continente africano e conta com um acervo impressionante que abarca História, Etnologia, além das áreas biológicas. Além da riqueza de seu acervo museológico, o MRAC distribui-se em vários segmentos destinados à pesquisa, entre os quais há bibliotecas e arquivos onde se concentra vasto material das Ciências Humanas.

Uma das seções pesquisadas foi a Biblioteca de História Colonial, onde a organização dá-se pelos fundos documentais denominados “arquivos privados”, material reunido ou produzido por funcionários e autoridades diversas que estiveram no Congo e ocuparam cargos durante a administração do Estado Independente do Congo, bem como durante o período de colonização belga. Por meio da pesquisa aos fundos documentais de autoridades que participaram do processo de organização administrativa do Estado Independente do Congo, acessamos correspondências e relatórios que compuseram o conjunto de documentos que embasaram nosso estudo.⁹

- *Archives Africaines - Ministère des Affaires Etrangères* - Bruxelas

O Ministério de Assuntos Estrangeiros reúne em seu acervo ampla documentação produzida durante a existência do Estado Independente do Congo estendendo-se ao período do chamado Congo Belga. A documentação referente ao continente africano está reunida na seção *Archives Africaines* e encontra-se organizada em fundos

---

⁹ A partir do acervo do *Musée Royal de l’Afrique Centrale* (MRAC), nossa pesquisa teve como foco principal os seguintes fundos documentais: *Papiers Théophile WAHIS* (70.13/70.20/90.29); *Papiers Edmond FROMONT*; *Papiers G. HOHMANN* (RG 1099); *Papiers Francis Dhanis* (HA.01.3-206).

originados na administração colonial e que, por isso, acabam por seguir as funções e divisões dessa administração.¹⁰

O corpo documental que embasa o presente trabalho é composto de início pela correspondência de viajantes que representaram as associações de exploração da região da bacia do Congo e que abarca o período de 1876 até aproximadamente 1885. As viagens realizadas neste período tiveram como objetivos, além de verificar características geográficas e as possibilidades de estabelecimento dos postos de serviços, também buscaram fazer contatos com autoridades locais, a fim de negociar trocas e concessões.

Estas negociações entre agentes europeus e autoridades africanas ocorriam muitas vezes a partir da assinatura de um grande número de tratados de concessão territorial. O ato da assinatura dos tratados era acompanhado pelo oferecimento de prendas que traziam destaque e agradavam os chefes e sobas locais. Cabe ressaltar que estas negociações aconteceram de forma constante neste período em função dos avanços coloniais, mas disputas e acomodações estiveram sempre presentes de forma tão ou mais importante, determinadas pelas dinâmicas das chefias, o que podia ocorrer por conta da transmissão de cargos com investidura sagrada e pelos deslocamentos populacionais.

Também foram analisadas cartas e relatórios de autoridades e funcionários do Estado Independente do Congo no período de existência deste: 1885 a 1908. A partir deste conjunto documental, procurou-se compreender as negociações percebidas no cotidiano das relações estabelecidas entre representantes do Estado Independente do Congo e as populações, bem como atitudes que podem ser tidas como de resistência às imposições coloniais, verificadas, por exemplo, nos deslocamentos populacionais, episódios de fugas, agressões e conflitos.

É possível identificar movimentos diversos de arranjos de poder e questionamentos, seja em resposta à situação colonial em si, seja motivados por processos históricos decorrentes dos repetidos deslocamentos das populações africanas. Dessa forma, evidenciam-se divergências ou concordâncias africanas ao processo de colonização em suas vertentes política e social. Nesse sentido, objetivamos acompanhar movimentos de oposição e também arranjos de acomodação frente à implantação da

---

¹⁰ Nos *Archives Africaines* do *Ministère des Affaires Etrangères*, em Bruxelas, pesquisamos os seguintes conjuntos documentais: AE 259; AE 260; AE 269; AE 270; AE 653; AI 1368; AI 1374; AI 1375; AI (1377); AI 1382; IRCB 717; IRCB 718; D 1365 - Papiers E. Janssens.

exploração colonial na área da bacia do Congo, observando suas múltiplas formas e direções.

Para a estrutura da tese, propomos uma divisão em quatro capítulos. O primeiro deles versa sobre o expansionismo europeu no continente africano, a função exercida pelas sociedades geográficas como meio de incursão europeia na África Central, bem como a criação das associações e comitês responsáveis por estabelecer os primeiros contatos e implementar postos de serviços. Neste capítulo propomos uma análise do papel dos viajantes exploradores que representavam estas associações “internacionais” como importantes veículos para a inserção de Leopoldo II neste processo de dominação da bacia do Congo, não apenas por meio da assinatura dos tratados, como pelas informações adquiridas por estes europeus no estabelecimento destes contatos. Ao final deste capítulo, iniciamos uma descrição sobre as divisões administrativas que funcionaram no Estado Independente do Congo.

No segundo capítulo procuramos acompanhar a atuação dos chefes e das populações, principalmente em suas movimentações e deslocamentos, que acabaram por evidenciar regiões em consonância com as identidades de grupo em oposição às novas fronteiras impostas a partir da situação colonial. No intuito de cercar um pouco melhor essa caracterização, bem como identificar mecanismos de controle da administração colonial em relação às movimentações das populações, focamos a pesquisa nos documentos que mencionavam as divisões distritais do Cuango e do Casai no Estado Independente do Congo, que faziam fronteira com Angola.

O foco do terceiro capítulo foi sobre o recrutamento e a caracterização da mão de obra utilizada no Estado Independente do Congo, bem como a maneira pela qual se impuseram formas de controle das populações. Para compreensão das dinâmicas administrativas coloniais e seu poder sobre as populações locais focamos nossa análise sobre a questão do recrutamento da mão de obra, bem como a maneira pela qual o oferecimento de determinados cargos poderia apresentar-se como forma de diferenciação, como por exemplo os cargos da Força Pública. Ainda sobre a questão da mão de obra, buscamos apresentar uma discussão bastante complexa que é a questão do trabalho forçado frente à proibição do trabalho escravo.

Por fim, no quarto capítulo apresentamos o que pode ser considerada a “crise” do Estado Independente do Congo motivada, entre outros fatores, pelas denúncias de atrocidades cometidas na exploração da mão de obra utilizada em grande parte na extração da borracha. A partir da documentação gerada pela implantação de uma

“comissão de inquérito” em resposta às denúncias de atrocidades na região que foram amplamente divulgadas na imprensa da época, buscamos entender de que forma eram percebidos os limites entre o que seria trabalho escravo em oposição ao trabalho forçado, retomando alguns aspectos da análise iniciada no capítulo anterior.

Dessa forma, acreditamos que nosso trabalho possa se configurar como uma contribuição para o conhecimento de um tema ainda pouco estudado nos grupos de pesquisa em curso até o momento em nosso país, bem como na divulgação de um acervo pouco conhecido pelos pesquisadores brasileiros.

Capítulo 1: Expansionismo europeu na África Central: das viagens e tratados às dinâmicas do Estado Independente do Congo

A presença de europeus na África Central não era novidade desde o século XV. No bojo do movimento expansionista português, a expedição para o Atlântico comandada por Diogo Cão aportou na foz do rio Congo em 1482, encontrando nessa região uma organização a que os portugueses identificaram como um reino, o reino do Congo. A partir daí, Portugal iniciaria uma relação de alianças com os mani Congo, apontados pelos portugueses como reis, que se prolongaria até o século XVII, quando o reino do Congo foi destruído. Estas alianças se apoiavam na conversão dos mani Congo ao cristianismo. Nzinga Kuwu foi o primeiro mani Congo batizado, em 1491, recebendo o nome de D. João I, não por acaso o mesmo nome do monarca português. Dessa forma, a Coroa portuguesa acreditava alcançar um dos principais objetivos do expansionismo marítimo: a propagação da fé católica entre os “infieis”. De modo geral, as experiências de conversão católica dos chefes africanos nessa região ocorreram a partir do consentimento e da adesão dos próprios líderes locais, motivados por fatores e interesses diversos, e marcaram o início das relações entre Portugal e o reino do Congo.¹¹

No século XVIII, as relações comerciais com europeus na África Central já se mostravam bastante intensas, mas a área de atuação se limitou às faixas litorâneas do Atlântico e do Índico até a segunda metade do século XIX, sendo o controle político direto ainda reduzido a pequenos enclaves e plataformas comerciais.¹² Conforme John

---

¹¹ Sobre as relações estabelecidas entre os mani Congo e a Coroa portuguesa, ver entre outros: THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico: 1400-1800*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Trad. Arlindo Barbeiro. Lisboa: Vega, 2003; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 70-76; SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002; nossa dissertação de mestrado também aborda esta temática: *África Indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Especificamente sobre os sentidos das conversões católicas no reino do Congo, ver: SOUZA, Marina de Mello e. “Catolicismo negro no Brasil: santos e *minkisi*, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. *Afro-Ásia*, n. 28, 2002; BRÁSIO, António. “A primeira missa em Angola”. In: *História e Missiologia: inéditos e esparsos*. Luanda, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1973, pp. 195-208; BRÁSIO. “Os proto-missionários do Congo”. In: *História e Missiologia: inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1973, p. 176.

¹² Cf. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 51; BOAHEN, Albert Adu. “A África diante do desafio colonial”. In: BOAHEN

Iliffe, a inserção europeia no interior da África foi garantida pelo avanço tecnológico em duas frentes, a primeira foi a introdução do quinino, a partir de 1850, no tratamento de doenças quase sempre mortais como a malária, o que diminuiu o número de mortes em aproximadamente 4/5, trazendo maior segurança aos viajantes. O segundo avanço diz respeito às armas, já que, como explica John Iliffe, em substituição aos mosquetes utilizados no início do século XIX - que demoravam pelo menos um minuto para serem carregados, tinham um alcance limitado a oitenta metros e falhavam três vezes a cada dez disparos – as espingardas de carregar pela culatra foram utilizadas a partir de 1866, sendo duas décadas depois preteridas pelas espingardas de repetição, cujo uso pelas forças francesas por exemplo teve início em 1885, um ano depois do registro da patente da metralhadora Maxim, que disparava onze balas por segundo.¹³ Estas duas conquistas tecnológicas contribuíram para diminuir os obstáculos que antes impediam os europeus de ousarem penetrar o interior do continente africano.

Nos primeiros anos do século XIX, a maior parte do interior africano ainda guardava mistérios geográficos para os europeus, atraindo a atenção de muitos estudiosos e viajantes desejosos de se aventurar por áreas desconhecidas e decifrar territórios, povos e percursos de rios e seus afluentes. As informações disseminadas por estes viajantes e exploradores, mas também pelos missionários, contribuíram para o crescente conhecimento cartográfico do continente africano, sendo que nas décadas finais do século XIX, as vias de acesso para o interior já se faziam conhecidas. Conforme explica Anna Maria Gentili, esse conhecimento cartográfico vinha acompanhado pelo desenvolvimento de novas tecnologias: o telégrafo tinha chegado a Lourenço Marques em 1879 e em Luanda em 1886. Ainda segundo Gentili, os navios a vapor da década de 1870 representaram uma significativa diminuição do tempo de viagem entre os maiores portos africanos e a Europa, além de terem uma capacidade de carga incomparavelmente superior à dos navios à vela.¹⁴

Embora o rio Congo fosse conhecido pelos portugueses desde o fim do século XV, o seu curso para além das cataratas permaneceu desconhecido até o último quartel do século XIX. Nesse sentido, conforme explica Wissenbach, nota-se que até essa data

---

(ed.). *História Geral da África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. pp. 1-9.

¹³ ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente na História*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 250.

¹⁴ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 135.

havia “exclusividade africana na organização e condução do comércio”.¹⁵ A autora cita um trecho interessante no qual o tenente Tuckey, referindo-se à ausência de informações sobre o rio Congo no início do século XIX, constatou tratar-se de sonegação deliberada de informações: “Era evidente que esses mercadores não queriam ver europeus penetrando em seus países, onde poderiam intervir em seus negócios”.¹⁶

Por sua vez, até as últimas décadas do século XIX, a maior parte da população que habitava o interior da África Central também desconhecia a existência de europeus na costa do continente. David van Reybrouck traz notícias do depoimento de Disasi Makulo, nascido entre 1870 e 1872, quando - segundo depoimento dado por ele aos filhos - “não se tinha notícias de que houvesse em algum lugar do mundo seres humanos com a pele diferente da nossa”. Ainda que já houvesse alguma circulação de mercadorias e a procura por marfim como um produto de luxo já representasse um diferencial e fosse foco de interesse de mercadores nas proximidades de seu vilarejo Bandio, ao norte da atual República Democrática do Congo, em sua infância, Makulo não teve notícias da presença de europeus a alguns quilômetros de sua aldeia, no litoral do Oceano Atlântico.¹⁷

Desde a segunda metade do século XVIII, a literatura de viagem passou a ser cada vez mais procurada pelo público em geral; os jornais europeus não só divulgavam aos seus leitores as notícias dos exploradores, como patrocinavam, ao lado de empresas e governos, a realização de muitas expedições. Os europeus nutriam muita curiosidade, por vezes conjugada a uma grande dose de informações estereotipadas, sobre o vasto continente não tão distante. A África muitas vezes trazia para o imaginário coletivo uma atmosfera enigmática, sendo um tema bastante atraente para um público ávido por conhecer aventuras vividas por exploradores. Dentre estes viajantes, muitos fizeram-se famosos, como David Livingstone, Richard Burton, Henry Morton Stanley, Lovett Cameron e Pierre Savorgnan de Brazza, entre tantos outros.¹⁸ Além de colher

---

¹⁵ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)”. *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p. 8.

¹⁶ TUCKEY, Lt. J. K. *Narrative of an expedition to explore the river Zaire, usually called Congo in South Africa*. Londres: John Murray, 1818, p. 180. Apud: WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)”. *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p. 9.

¹⁷ Cf. REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Paris: Actes Sud, 2012, p. 48.

¹⁸ Sobre a literatura de viagem oitocentista, inclusive viagens ao continente africano, bem como sua receptividade junto ao público europeu, ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999. Especificamente

informações sobre aspectos geográficos, estes viajantes também foram responsáveis pelo estabelecimento de acordos diplomáticos com os chefes africanos que se mostravam acessíveis. Com o objetivo de caracterizar a inserção destes exploradores europeus na região do Congo, trataremos adiante de algumas narrativas à África Central especificamente.

Das narrativas de viagem à África Central

As ações e os interesses de Leopoldo II, que culminaram na fundação do Estado Independente do Congo, mobilizaram um grupo de exploradores, entre os quais Stanley, Wissmann, Pogge e Delcomune. O quadro abaixo abrange estes viajantes, além de outros que passaram pela região do Congo durante a segunda metade do século XIX, alguns dos quais serão mencionados ao longo do texto por desempenharem importantes funções no processo de formação do Estado Independente do Congo.

Exploração das regiões do Congo		
Data	Explorador	Rio/Região
1857	Burton e Speke	Lago Tanganyika
1864	Backer	Lago Albert
1869-71	Schweinfurth	Uélé
1879-83	Junker e Casati	Mbomu, Nepoko, Bomokandi
1881-82	Pogge e Wissmann	Kasai e Lulua
1874-85,87-89	Stanley	Lualaba-Congo, Ruki, Ikelemba, Aruwimi
1883-86	Grenfell	Ubangi, Tshuapa, Mongala
1884-88	Delcommune	Sankuru, Lukenye, Lomami, Lubefu
1885	Wissmann	Kasai-Kwa
1886	Grenfell	Curso do Kwango
1886	Delcommune	Curso do Kwilu
1887	Vangele	Ubangi até Uélé-Mbomu
1893-94	Gotzen	Lago Kivu

Fonte: NZIEM, 2012¹⁹

¹⁹ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles; Kinshasa/Gombe; Tervuren: Le Cri; Buku; Musée Royal de l'Afrique Centrale, 2012, p. 268.

David Livingstone (1813-1873) foi um dos europeus que se fez famoso por suas jornadas de costa a costa, partindo de Luanda na costa ocidental até Quelimane na costa oriental. Obstinado a descobrir a nascente do Nilo, percorreu o Lualaba (que depois se soube ser o rio que origina o Congo) e tornou a região um destino cada vez mais atraente para outros exploradores. Médico, missionário e geógrafo, Livingstone era o exemplo de explorador que reunia características que englobavam ação missionária, curiosidade científica e iniciativa comercial. Gentili aponta que Livingstone defendia o comércio legal como “o caminho principal para o resgate das populações africanas da sua servidão e atraso”.²⁰ Livingstone viveu na África por décadas e em sua última expedição iniciada em 1866, deixou de dar notícias, o que levantou rumores na Europa e alavancou a carreira de um jovem jornalista, Henry Morton Stanley (1841-1904), transformando-o em um bem sucedido explorador.

Stanley tornou-se um dos viajantes mais conhecidos, primeiro por ter tomado para si a missão de ir em busca de Livingstone, expedição que atraiu a atenção de muitas pessoas. Mais tarde, Stanley acabou por ser o principal explorador representante dos interesses do rei belga Leopoldo II na região que veio a ser o Estado Independente do Congo. Com uma vida cheia de fatos controversos e percalços dignos de folhetins, Stanley foi assunto de inúmeras biografias. Filho de família instável, foi parar em um reformatório – onde hoje encontra-se o Hospital H. M. Stanley. Seu verdadeiro nome era John Rowlands, mas fugido do reformatório, foi adotado pelo comerciante Henry Hope Stanley, de quem herdou o nome. Profissionalmente, experimentou ser soldado na Guerra Civil Americana, sem sucesso. Ganharia um pouco mais de visibilidade como repórter de guerra, alcançando fama de fato ao abraçar a missão encomendada pelo periódico *New York Herald* de encontrar David Livingstone, que desaparecera misteriosamente em selvas africanas à procura da nascente do Nilo. Passados dez meses de sua saída de Zanzibar, em novembro de 1871, Stanley brindou com Livingstone o encontro que o deixaria famoso.²¹ Tornou-se célebre a suposta frase proferida por Stanley na ocasião do tão esperado encontro: *Dr. Livingstone, I presume?* Em março de 1872, Stanley voltou à Europa, satisfeito pelo sucesso da missão, embora sem Livingstone, que permaneceu na África e de lá nunca mais voltou, a essa altura já com a

---

²⁰ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 141.

²¹ STANLEY, Henry M. *How I Found Livingstone: Travels, Adventures and Discoveries in Central Africa, Including Four Months' Residence with Dr. Livingstone*. Londres: Sampson Low, Marston: Low & Searle, 1872.

saúde debilitada, morreria no ano seguinte. Além dos mistérios geográficos que se empenhou em elucidar, Livingstone era fervoroso missionário e tinha sua reputação em alta pela opinião pública europeia graças à sua campanha contra a escravidão.

Lovett Cameron dedicou-se principalmente em conferir e retificar as informações anunciadas por Livingstone, o que por si só garantiu-lhe grande reconhecimento. Em 1875, por exemplo, após um percurso de dois anos e meio a partir da África Oriental, Cameron chegou a Luanda, convencido de que o Lualaba era a continuação do rio Congo e não do Nilo, como indicava Livingstone. Esta expedição rendeu-lhe elogios no *Boletim da Sociedade Belga de Geografia*: “É uma das viagens cujos resultados foram os mais importantes para a ciência”. O citado *Boletim* ainda enalteceu Cameron com a observação:

Este viajante fixou numerosos pontos a partir de boas observações astronômicas e mediu altitudes com precisão incomum nesse gênero de viagem. Ele seguramente será lembrado no futuro entre os mais famosos exploradores de África, digno sucessor de Livingstone, de quem parece ter herdado, junto com seus últimos papéis, a energia e a constância, como também os sentimentos humanitários.²²

Assim, a publicação belga dirigida aos feitos geográficos no mundo dava àquele explorador uma espécie de menção honrosa pelo conjunto da obra, colocando-o à altura de seu predecessor Livingstone, de quem eram enaltecidas a energia, a constância e, principalmente, “os sentimentos humanitários”.

Pierre Savorgnan de Brazza (1852-1905) nasceu em Roma, mas adotou a França como pátria, tendo investido energias por longo tempo até ser aceito na marinha francesa em 1874, quando o almirante Louis de Montaignac tornou-se ministro da marinha e, simpático a Brazza, ofereceu-lhe a oportunidade de realizar suas aspirações exploratórias. Assim iniciou sua expedição pelo curso do rio Ogowe em 1875 (região que mais tarde se tornaria a colônia francesa do Gabão). Uma viagem que tinha previsão de durar um ano, mas durou três, para os quais Brazza não contou com adicional

---

²² *Bulletin [de la] Société Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1^{re} année, 1877, pp. 28-29. Sobre Lovett Cameron: “C’est un des voyages dont les résultats ont été les plus importants pour la science. (...) De plus, ce voyageur a fixé des points nombreux par de bonnes observations astronomiques, et mesuré les altitudes avec une exactitude peu commune dans ce genre de voyages. Il comptera à l’avenir parmi les plus illustres explorateurs de l’Afrique, digne successeur de Livingstone, dont il paraît avoir hérité, avec ses derniers papiers, l’énergie et la constance, comme aussi les sentiments humanitaires”.

financeiro do governo francês, sendo mais da metade dos gastos totais da viagem custeados por sua família. Brazza acabou por tornar-se o principal responsável pelas ações colonizadoras da França na África Central. Os percursos de Stanley e Brazza cruzaram-se algumas vezes, mas suas rivalidades ficaram famosas e fomentaram muitas especulações.²³

Por aqueles tempos, vários viajantes lançavam-se para o interior do continente em busca de “descobertas”. Como avaliou Mary Pratt de forma perspicaz, as tais “descobertas”, fossem de grandes lagos ou algum outro local, consistiam em percorrer uma pista em um lugar identificado anteriormente, recorrer às informações das populações locais e contratar quem soubesse o caminho para servir como guia. Dessa forma, conclui Pratt, “a descoberta neste contexto consistia em um ato de conversão dos conhecimentos (discursos) locais em conhecimentos europeus nacionais e continental, associados a formas e relações europeias de poder”.²⁴ Nesse sentido, as “descobertas” refletiam a presunção dos viajantes europeus de se colocarem como detentores do saber.

A inserção europeia no interior do continente africano no século XIX deu-se, de forma predominante, sob justificativa científica e civilizatória. Nos congressos de Geografia realizados nas principais cidades europeias, o continente africano apresentava-se como um campo promissor para investigações científicas. Nesse contexto, muitos cientistas, incluindo-se médicos, geógrafos, etnólogos, lançaram-se em comitivas de exploração como forma de conhecer locais sobre os quais pouco se sabia e colher o maior número de informações científicas.

Segundo Beatrix Heintze, o sucesso das travessias de Livingstone e Stanley foi reafirmado por um “eco publicitário enorme”, estabelecendo certo padrão que deveria ser seguido pelos próximos exploradores em África. Heintze afirma que as experiências relatadas por estes dois viajantes acabaram por representar os critérios com que se mediavam o sucesso alcançado por outros exploradores no continente africano: ter penetrado o mais profundamente possível na África “tenebrosa e obscura” e ainda inexplorada. Ao mesmo tempo, atravessar longos trajetos: “o percorrer de quilômetros apregoado por Richard Buttner”. Ainda segundo Heintze, estas perspectivas (muitas vezes adotadas pela opinião pública) tiveram consequências graves para a pesquisa em

---

²³ WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998, pp. 96-97. BRAZZA, Pierre Savorgnan de. *Em El corazón de África. Hacia la fuente de los grandes ríos*. Trad. Ana Atorresi e Diego Iturriza. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 1999.

²⁴ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 341.

África, pois não eram apenas a fama individual e o reconhecimento científico que estavam postos em questão, havia a necessidade de financiamento destas viagens que, de maneira geral, dava-se por doações privadas ou públicas, também sob orientação destes mesmos critérios. Nas palavras da autora: “criou-se assim uma necessidade de sucesso incrível, que sobrecarregava os exploradores”.²⁵

Era nítida a disputa entre exploradores e esse aspecto pode ser verificado tanto nas narrativas, quanto nas correspondências dirigidas às instituições promotoras das expedições. O alemão Hermann von Wissmann viajou como representante da Associação Internacional do Congo entre 1883 e 1885, fez o curso do rio Kasai, fundou um posto próximo ao rio Lulua, que deu origem à estação de Luluabourg, depois seguiu em direção às fronteiras orientais, conforme apontou Patricia Van Schuylenbergh ao sumarizar os relatos ligados aos belgas na África Central.²⁶ No sentido de atender um pouco às expectativas de êxito, o viajante não dispensou a oportunidade de responder a Stanley, mesmo que indiretamente, em uma carta de 1884, escrita no início de sua expedição rumo ao rio Kasai para dar as primeiras notícias à Associação Internacional do Congo:

“Gostaria de acrescentar, sobre a carta de Stanley, que ele atribuiu a mim por engano a opinião de que o Kasai é idêntico ao Quango. [...] Além disso, Cameron nunca viu o Kasai [...]”.²⁷

A comparação sobre seus feitos com os de outros viajantes deixa clara a tentativa de se sobrepor questionando a qualidade das informações divulgadas anteriormente, ou ainda a ausência delas: “Cameron nunca viu o Kasai”. Ainda nesta carta, Wissman mencionaria contradições nos dados divulgados por Stanley em relação ao rio Ikelemba, afirmando: “Espero vê-lo [o rio] em breve eu mesmo. Você terá mais detalhes na minha próxima carta”.²⁸ Assim, ainda que a carta não se dirigisse a Stanley,

---

²⁵ HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 28.

²⁶ VAN SCHUYLENBERGH, Patricia. *La Memoire des Belges en Afrique Centrale. Inventaire des Archives Historiques Privées du Musée Royal de L’Afrique Centrale, de 1858 à nos jours*. [dir. de Philippe MARECHAL] Tervuren, Belgique: Musée Royal de L’Afrique Centrale, 1997, vol. 8, p. 114. Heintze aponta Hermann von Wissmann como militar, p. 24.

²⁷ Carta de Malange, 29/5/1884. *Lettres de Wissmann au Comité*. AE (269) 325/2. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas.

²⁸ Carta de Malange, 29/5/1884. *Lettres de Wissmann au Comité*. AE (269) 325/2. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “J’ajouterais, quant à la lettre de Stanley, qu’il m’attribue par erreur l’opinion que le Kasai serait selon moi identique au Quango, je l’ai toujours pris pour l’Ikelemba. Du reste Cameron n’a jamais vu le Kasai est enfin le nouveau travail contredit complètement le

mas fosse endereçada à Associação para a qual Wissmann trabalhava naquela expedição, o viajante não se furtou à oportunidade de responder a um clima de competição, tomando para si a responsabilidade de dar respostas satisfatórias a questões em aberto e dando margem à expectativa de novas informações.

Oito anos mais tarde, em 1892, Wissman ainda reafirmava sua primazia no fato de ter percorrido o continente a partir do Ocidente em direção ao Oriente, diferente do que fez Stanley ou Cameron:

“entre as duas travessias conhecidas, a de Stanley e a de Cameron, pela primeira vez, de ocidente para oriente [...]. Assim estava desmentida a opinião, que se tinha formado nos últimos dez anos, segundo a qual não era possível penetrar muito no interior a partir do Ocidente.”²⁹

O estabelecimento de uma certa hierarquia entre os viajantes reflete-se também na preocupação demonstrada por Wissmann com a garantia de sua autonomia, quando solicitava o direito de se corresponder com o rei dos belgas, Leopoldo II, sem a intermediação de Stanley. Antes mesmo de iniciar sua expedição, Wissman pleiteava:

Solicito que minha Expedição fique sob minha responsabilidade pessoal e que ela seja independente daquela que está sob a direção do Sr. Stanley; eu gostaria ainda de ter o direito de corresponder-me - se necessário - com Sua Majestade o Rei.³⁰

Stanley havia sido apontado como o chefe do comitê criado pelo rei da Bélgica Leopoldo II em 1878, o *Comité d'Études du Haut-Congo* (CEHC), mas o comitê contava com o trabalho de outros viajantes, como o próprio Wissmann, que durante os preparativos de sua expedição indicava:

Os objetos pessoais da Expedição, armas, munições, ferramentas, instrumentos e objetos destinados a servir de presentes serão comprados na Europa e serão reduzidos ao estritamente necessário. [...] **As armas serão as mesmas que aquelas usadas na Expedição do Sr. Stanley.**³¹

---

précédent-écrit de Stanley relativement à “l’Ikelemba d’alors”. J’espère le voir bientôt moi même. Vous aurez plus de détails dans ma prochaine lettre”, tradução nossa.

²⁹ Wissmann, 1892. Apud: HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 29.

³⁰ *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição] *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “Je demande que mon Expédition soit sous ma responsabilité personnelle et qu’elle soit indépendante de celle qui est placée sous la direction de Mr. Stanley; je désire aussi avoir le droit de correspondre – en cas de nécessité – avec Sa Majesté le Roi.

³¹ *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição] *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “Les effets personnels de ‘Expédition, les armes, les munitions, les outils, les instruments et les articles destinés à servir de cadeaux seront achetés en Europe;

Esse clima de grande expectativa dava às expedições um sentido de verdadeiras missões, não apenas pelas rivalidades entre os viajantes, mas pelos investimentos necessários a estas viagens. Nesse sentido, ao final da carta em que acertava os últimos preparativos de sua viagem, Wissmann registrou:

Minha saúde, minhas forças, minha vida e minha honra são minha garantia para o sucesso do negócio. Espero que a contrapartida seja a confiança mais perfeita em mim.³²

O interesse do público, a publicidade em torno das expedições e a ambição dos viajantes em alcançar sucesso sobrepondo as informações divulgadas por seus antecessores; tudo isso somado aos interesses coloniais dos Estados europeus no continente africano, desencadearam um número grande de expedições. Ainda que seus relatos atendessem a uma expectativa do grande público como literatura de viagem, a pretensão dos exploradores por vezes mostrava-se exagerada. Nesse sentido, Stanley relaciona, por exemplo, as ações missionárias da *Church Missionary Society* em 1875 no Uganda como imediata resposta ao seu apelo para a cristianização daquele território, acrescentando ainda a esse respeito que, “apesar de ter sido um acontecimento importante e com grandes repercussões, a chegada dos missionários foi apenas um sinal da aurora”.³³ Importante ressaltar que esta missão que teve início em 1876 contava com apenas três missionários, dois dos quais foram massacrados durante a missão, sendo que em 1878 restava apenas um missionário no Uganda.

São muitas as passagens por meio das quais Stanley se autopromovia, ressaltando a importância de sua obra. No prefácio da edição de 1899 de seu relato, ele reclamava que, embora a publicação de seu trabalho em 1878 tenha tido um “interesse extraordinário”, com tradução para várias línguas e um “total de vendas prodigioso”, este não repercutiu em uma ação em África por parte do governo inglês, ao menos não da maneira como ele imaginava. Sobre essas expectativas frustradas, Stanley lamentou:

A Inglaterra perdeu a oportunidade de selecionar, incontestada, os territórios a explorar e durante tanto tempo permaneceu indiferente ao continente e às

---

ils seront réduits au strict nécessaire. [...] Les fusils seront les mêmes que ceux en usage dans l'Expédition de Mr. Stanley”. [grifo nosso]

³² *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição] *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Ma santé, mes forces, ma vie et mon honneur sont les gages que je donne en garantie du succès de mon entreprise; j’espère, en retour, que l’on aura en moi la confiance la plus parfaite”.

³³ STANLEY, Henry M. “Prefácio à edição de 1899”. In: *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 1, p. 11.

esplêndidas oportunidades que a esperavam que a África equatorial quase se fechou completamente a ela.³⁴

Percebe-se no discurso de Stanley a pretensão de apontar para a Inglaterra o que poderia ser um caminho promissor de exploração do continente africano, daí sua frustração ao constatar que a Inglaterra não lhe dera ouvidos. Como muitos de seus projetos e planos de ação na África Central não mereceram muita atenção por parte do governo inglês, Stanley encontrou quem abraçasse seus projetos, tornando-se o principal aliado de Leopoldo II em suas investidas no Congo.

Ainda no sentido de enaltecer aspectos da sua viagem e do futuro promissor reservado aos governos europeus na exploração da África, Stanley registrou um suposto diálogo que ele afirma ter tido com dois membros do *Royal Geographical Council* em 1878 quando fora indagado:

- Quanto tempo pensa que decorrerá antes de um homem branco voltar a ver as quedas de Stanley? [...]

[Ao que o viajante profetizou:]

- Arriscar-me-ei a dizer que, em menos de trinta anos, não haverá uma centena de milhas quadradas de território por explorar em todo o continente.³⁵

No mesmo texto, Stanley concluiria que, “com uma considerável soma, a África podia não só ser explorada, mas também civilizada e convertida em estados ordeiros”. A ideia de civilização para Stanley indicava um grande negócio, tanto que seus planos mostraram-se bastante ambiciosos. As “descobertas” traziam a ideia de imensidão, enaltecendo aspectos da natureza na mesma medida em que sugeriam que, sob o controle europeu, o continente poderia ser convertido em “civilização”. Stanley explicitou esse pensamento ao referir-se ao surgimento do Estado Independente do Congo em 1885 como a “fundação de um dos estados africanos que prometia ser civilizado algum dia”.³⁶ O reconhecimento da grandiosidade e beleza da natureza vinha acompanhado por um espírito empreendedor e presunçoso de que o crescimento e mais do que isso, a “civilização” da África era tarefa para os europeus.

Sobre as narrativas de viagem, há estudos que demonstram determinadas tendências no discurso do viajante conforme a época em que a viagem era realizada.

---

³⁴ STANLEY, Henry M. “Prefácio à edição de 1899”. In: *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 1, p. 12.

³⁵ STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 1, pp. 12-13, (prefácio à edição de 1899).

³⁶ STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 1, p. 13, (prefácio à edição de 1899).

Sobre este aspecto, Mary Pratt faz preciosos apontamentos a partir da descrição de Richard Burton sobre a “descoberta” do lago Tanganica em 1860 como um “promontório banhado pelo sol”, indicando que “ao identificar beleza, ordem e grandeza em sua paisagem, Burton o constituiu como um prêmio valioso, projetando então sobre ela a visão de um futuro ainda mais ordenado e belo sob a direção europeia. Tal é o precipitado otimismo do império incipiente”.³⁷ Ainda segundo Pratt, essa descrição de Burton revelava em primeiro lugar uma experiência passiva diante da paisagem, mesmo que houvesse a superação de barreiras geográficas, materiais ou logísticas e ainda que tantas vidas anônimas fossem sacrificadas para tal feito. Além disso, a “descoberta” era narrada como um ato heroico, pois o reconhecimento desse heroísmo era uma das garantias para uma carreira bem sucedida no retorno à Europa.³⁸

A valorização da descrição da paisagem e das informações geográficas por vezes chega a se sobrepor às informações sobre as populações a ponto de, em muitas narrativas, se ignorar a existência humana. Beatrix Heintze fez essa observação em seu estudo sobre as narrativas de viagem de alemães à África, apontando um reduzido interesse dos viajantes alemães pelas pessoas em África, fato que surpreende não apenas pelo descaso, mas nas palavras da autora: “surpreende tanto mais, quanto se sabe que a maioria deles se preocupava com a história da humanidade ou pelo menos foram para África com determinadas concepções gerais sobre a mesma”.³⁹

O conjunto de documentos preservados em arquivos belgas demonstra frequentemente esta lacuna. Há relatórios extensos e detalhados do ponto de vista técnico, mas com observações superficiais sobre a população. Como exemplo encontramos um relatório com o título “Viagem pela bacia Sudoeste do Congo”, do viajante alemão Otto Schütt no qual, entre várias páginas de informações sobre distâncias e características hidrográficas variadas, ele observa: “Os Kiokos [tchokwes] têm espírito observador, bons guias”.⁴⁰ Neste exemplo, mesmo quando o viajante se digna a fazer uma observação a respeito das populações, ele se limita a apontar uma o

---

³⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 361.

³⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 341.

³⁹ HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 23.

⁴⁰ Otto Schütt. *Voyage dans le bassin Sud Ouest du Congo* [sem data, aproximadamente 1884], AE (269) 326/1. *Archives Africaines - Ministère des Affaires Etrangères*, Bruxelas: “Kiokos ont l’esprit observateur, bons guides”.

que poderia ser uma “utilidade”, o fato de serem bons guias e dessa forma serviriam às necessidades imediatas dos expedicionários europeus.

A ausência de informações sobre aspectos dos modos de vida das populações verificada no relatório citado por vezes dá lugar a observações negativas que externavam incômodos dos viajantes na relação com a maior parte da população. Nesse sentido, quanto mais avançavam ao interior, mais sentiam-se importunados pela curiosidade da população que, ironicamente, devolviam-lhes olhares de estranhamento. Otto Schütt queixou-se dos “olhares fixos, a gritaria e a risota rudes”, mencionando ter tido que “pagar bem cara” a sua visita a um soba, porque este quis retribuir em seguida, acarretando-lhe ficar “preso [durante] duas horas”.⁴¹ Não seria de admirar que o sentimento fosse recíproco, embora estes viajantes fossem incapazes de imaginar que pudessem também causar alguma sensação de desagrado ou enfado.

Nesse sentido, Heintze afirma que “no fundo, os exploradores teriam preferido uma natureza africana sem os seus habitantes” e para corroborar essa ideia, a autora cita uma passagem em que o mesmo Otto Schütt demonstrou bastante satisfação ao narrar uma ocasião em que se afastara para lugares pouco habitados:

“Com isto, libertamo-nos completamente de todos os perigos por parte dos selvagens até as margens do Cuango; não havia mais nenhum grande chefe no nosso caminho que conduzia ao Ocidente, na maioria das vezes, através de regiões inóspitas e desabitadas. Esta foi para mim a parte mais bela da viagem, apesar de termos passado muita fome e dificuldades, estas últimas principalmente na travessia dos inúmeros pântanos e rios, onde não vivia ninguém, e que tivemos de atravessar por conta própria. Mas o melhor foi que raramente encontramos selvagens e em número tão reduzido, que não era possível pensar em injúrias da sua parte”.⁴²

Chama a atenção nas palavras de Otto Schütt não apenas o alívio em estar longe de grandes grupos, apesar das dificuldades práticas enfrentadas, inclusive com falta de comida, mas o sentimento de liberdade e o distanciamento dos “perigos” e possibilidades de “injúrias” que a presença dos africanos em maior número representava ao explorador. Além disso, mais do que o desejo de uma “natureza africana sem os seus

---

⁴¹ Otto Schütt citado por HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 75.

⁴² Otto Schütt citado por HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, pp. 75-76.

habitantes” apontado por Heintze, o menor número de habitantes mostrava-se como um aspecto facilitador para dominação.

Por vezes, mais do que um incômodo, os viajantes expressavam verdadeira repulsa em relação às pessoas africanas. Esse sentimento é escancarado por Stanley em alguns momentos:

“Vi diante de mim uma centena de seres do tipo mais degradado e repulsivo que é possível conceber e, embora eu soubesse que há milhares de anos os primórdios desta vil humanidade e os meus fossem iguais, apoderou-se de mim uma furtiva inclinação para não acreditar nisso. [...] Mas o bom senso diz-me que não devo tomar em consideração a esqualidez, a fealdade ou nudez desta gente e que devo avaliar a sua verdadeira posição entre a raça humana pela visão dos campos e hortas cultivados de Uhombo, **e sou compelido a admitir que estes espécimes aviltados da humanidade apenas plantam e ceifam os vegetais e os cereais que eu próprio cultivaria se fosse obrigado a prover à minha subsistência.** [...] Além do mais, os músculos, os tecidos e as fibras dos seus corpos e todos os órgãos da visão, audição, olfato ou locomoção estão tão desenvolvidos como os nossos. **Apenas temos gostos e julgamento superiores, baseados numa experiência mais ampla, no poder de expressão, nos princípios morais e na cultura intelectual**”.⁴³

É de se ressaltar no texto que Stanley admite com naturalidade o fato dele não ser obrigado a prover sua subsistência, tarefa esta deixada para “espécimes aviltados da humanidade”, ou seja, se há semelhança humana compartilhada entre ele e os africanos descritos, há uma hierarquização dessa humanidade, o que justificaria obrigar pessoas a um trabalho mais árduo. O discurso de Stanley explicita ainda a ideia de superioridade de “homem europeu”, a ponto de declarar que seria difícil conceber que a pessoa africana correspondia à mesma humanidade e mesmo quando encontra características humanas em comum, ele relembra os “gostos e julgamentos superiores”. No fundo trata-se de rejeitar a humanidade das pessoas africanas, ou pelo menos questionar uma humanidade compartilhada e percebida nas características físicas dos seres humanos, uma vez que o reconhecimento da inferioridade é uma forma de justificar a dominação ou, dito de outra maneira, a constatação de uma humanidade repulsiva leva à justificativa da dominação.

Ao analisar a percepção histórica do europeu em relação ao africano, Chinua Achebe avalia que ainda que pensemos na “cor de pele radicalmente diferente”, essa diferença não poderia “explicar satisfatoriamente a profunda imagem do ‘diferente’, do ‘estrangeiro’ que a África tem representado para a Europa”. Nesse sentido, Achebe

---

⁴³ STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 2, pp. 72-73.

conclui que essa imagem foi uma “*invenção* deliberada, concebida para facilitar dois gigantescos eventos históricos: o tráfico transatlântico de escravos e a colonização da África pela Europa”.⁴⁴ Assim, a ideia de uma humanidade “diferente” ou mesmo inferior era a alegação encontrada para que os europeus avançassem sobre outros territórios, a fim de sobrepor sua “civilização” e adquirir riquezas.

Na última década dos 1800 a percepção geral na Europa em relação aos avanços coloniais era de que a essa altura os interesses europeus eram de fato exploratórios. A suposta exclusividade dos objetivos científicos e civilizatórios dera lugar às campanhas governamentais de direito de exploração colonial do continente africano. Stanley ressaltou este aspecto no prefácio da edição de 1899 de seu relato:

Povos de várias nações estudavam agora os mapas africanos com outro intuito que não apenas o mero conhecimento geográfico. Sociedades, erradamente apelidadas ‘comerciais, geográficas ou científicas’, multiplicaram-se como cogumelos em França, na Alemanha, em Itália, na Bélgica e na Suécia e em pouco tempo prepararam-se inúmeras expedições a África, disfarçadas por designações inocentes.⁴⁵

No texto citado, Stanley ressalta uma mudança de interesses nos anos finais do século XIX, admitindo que os investimentos europeus na África tinham deixado há muito tempo de ser prioritariamente científicos para transparecer de forma mais clara suas reais intenções comerciais, ainda que “disfarçadas por designações inocentes”. No entanto, é difícil acreditar que se tenha havido viagem exploratória por “mero conhecimento geográfico”.

Vale a pena retomar aqui as considerações de Mary Pratt sobre as narrativas de europeus a respeito da África, principalmente no que concerne à acomodação do discurso sob demanda da opinião pública, uma vez que a autora aponta nuances dessa transformação retórica sobre as impressões de África desde Burton às narrativas do fim do século XIX. Segundo Pratt, enquanto Burton ou Speke descreviam lugares da África como “promontórios banhados pelo sol”, no fim do século XIX a África já tinha se transformado “no coração das trevas, dominado pela culpa, onde a ganância europeia pelo domínio se defrontava com a impossibilidade de controle total”.⁴⁶

---

⁴⁴ ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: ensaios*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 83.

⁴⁵ STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007, v. 1, p. 14, (prefácio à edição de 1899).

⁴⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 358.

Essa percepção coletiva dos europeus em relação ao continente africano como um lugar onde a ganância humana deixou profundos e desastrosos rastros foi influenciada pela literatura que era divulgada na Europa. Um dos textos que acabou por se perpetuar até os dias de hoje foi *Coração das trevas*, famosa novela escrita por Joseph Conrad e publicada em sua primeira versão em três partes ao longo de 1899 na revista mensal britânica *Blackwood's Magazine*. O autor, que era marinheiro antes de ser escritor, tinha estado no Congo por seis meses no ano de 1890 e esse fato conferia ao livro um lugar quase jornalístico. Ainda hoje há muitas discussões sobre o sentido documental outorgado à novela, que acabou por ocupar um lugar bastante destacado na literatura inglesa, traduzida para dezenas de línguas e reimpressa inúmeras vezes.⁴⁷

Independente de *Coração das trevas* poder ser considerada como documento histórico, Conrad de certo foi um dos autores que influenciaram a opinião pública naquele momento sobre o processo de colonização europeia na África, ou mais precisamente, o já reconhecido Estado Independente do Congo de Leopoldo II. Para além do texto de Conrad, eram cada vez mais recorrentes na imprensa europeia as críticas e denúncias sobre os trabalhos realizados na bacia do Congo principalmente na extração da borracha. Embora o tipo de exploração praticada no Congo fosse, na virada do século XIX para o XX, bastante criticada, isso não significa que houvesse um reconhecimento da capacidade de autonomia dos africanos, que eram considerados incapazes de tomar as rédeas de sua história. É nesse sentido que segue a crítica de Achebe a *Coração das trevas*, apontando em Conrad a identificação de uma “alma rudimentar” do africano frente à “alma pequena” do colonizador, tomado pela mesquinhez.⁴⁸

Num sentido aproximado, Edward Said afirma que Conrad - por meio de Marlow, o narrador do romance, e Kurtz, o protagonista -, reconhece as “trevas” africanas e ainda sua autonomia, ou seja, a ideia de que elas existem por conta própria. O que Conrad não consegue, segundo Said, é dar o passo seguinte, isto é, reconhecer

---

⁴⁷ Conforme Alencastro, *Coração das trevas* foi escrita em poucas semanas, publicada em três partes em 1899 sob o título de *The heart of darkness*, reeditada em 1902 como *Heart of darkness* no volume de título *Youth*, junto a mais duas novelas: *Youth: a narrative* e *The end of the tether*. CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Esta edição brasileira foi acrescida de um posfácio de Luiz Felipe de Alencastro, bastante útil para pensar o contexto histórico de lançamento da obra, pp. 155-6.

⁴⁸ ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: ensaios*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 91-92.

que o que viam, de modo depreciativo e desqualificador, como “treva” era de fato um mundo não europeu *resistindo* ao imperialismo capitalista colonial, “para algum dia reconquistar a soberania e a independência, e não, como diz Conrad de maneira reducionista, para restaurar as trevas”.⁴⁹ Desse modo, Conrad não reconhecia nos africanos a capacidade de transformação, nem tampouco sua liberdade, ainda que admita a existência de crueldades nos projetos coloniais europeus.

Para retomar Achebe, o continente africano, embora tão próximo ao europeu, separado apenas pelas águas do Mediterrâneo, foi por muito tempo, a “antítese da Europa”. Aos olhos europeus, o reconhecimento dessa diferença facilitou sua inserção e mais do que isso, justificou projetos “civilizadores” que se configuraram na tentativa de anular o que era diferente, ou mais do que isso, o que era considerado inaceitavelmente inferior.

Voltando às reflexões sobre as expedições empreendidas na região da África Central, e especificamente à viagem de Stanley que, após ter empreendido a expedição à procura de Livingstone, lançou-se à sua primeira grande jornada que partiu de Bagamoio, na África Oriental, em novembro de 1874. No início dessa empreitada, Stanley era acompanhado por quase 300 pessoas e os recursos necessários foram financiados pelos jornais *New York Herald* e o *Daily Telegraph*, de Londres, segundo as informações contidas no Boletim da Sociedade Belga de Geografia, atenta aos seus movimentos.⁵⁰ Do ponto de vista científico, esta viagem que durou cerca de mil dias, seguia questões suscitadas por Livingstone e Cameron, com o objetivo de desvendar pontos ainda obscuros em relação à região, principalmente sobre os cursos dos rios Lualaba, Congo, Níger e Nilo. Ainda restava saber a dimensão de alguns lagos “descobertos” por europeus como o Lago Vitória.

Dos quatro brancos que iniciaram a viagem com Stanley, ele foi o único a sobreviver e de uma tripulação de 224 pessoas, apenas 92 chegaram à costa oeste da expedição. O projeto de exploração de Stanley era ousado não apenas por atravessar o

---

⁴⁹ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63.

⁵⁰ *Bulletin [de la] Société Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, pp. 24-25. Essa publicação teve início em 1877, no bojo dos empreendimentos que se seguiram à Conferência de Bruxelas de 1876, e durou até 1946. A viagem de Stanley resultou na publicação de *Through the Dark Continent*, traduzida para várias línguas. Consultamos a edição em português: STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Trad. Luís Cadete. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2007.

continente africano de leste a oeste, como por lançar mão de uma inovação, pois o barco de aço *Lady Alice* era todo desmontável, de modo a ser levado por seus carregadores que percorriam as savanas encimados pelas partes do barco. Ao final de sua viagem, que durou de 1874 a 1877, Stanley cartografou dois grandes lagos: Vitória e Tanganica, e determinou a linha de divisão entre as águas dos dois maiores rios da África: Nilo e Congo, sendo este último cartografado com maior precisão.⁵¹

Quando retornou da expedição Anglo-Americana, em janeiro de 1878, Stanley havia batizado o lago Malebo com seu próprio nome e apresentou ao governo britânico um projeto ambicioso para tornar a exploração viável na região: segundo seus planos, a construção de uma ferrovia para desvio do trecho de cataratas do rio Congo (batizadas como Stanley Falls) e no curso superior, quando o rio voltava a ser navegável, a criação de entrepostos comerciais que seriam servidos por embarcações a vapor.⁵² Assim seriam dribladas as dificuldades naturais do rio Congo e a região tornar-se-ia acessível. A pouca atenção dispensada pela Inglaterra aos planos de Stanley facilitou a aproximação entre o explorador e o rei da Bélgica Leopoldo II sobre quem o viajante não poupou elogios:

Nenhum inglês, nem mesmo um perito em Geografia, prestou tão rigorosa atenção às minhas cartas no *Daily Telegraph*, ao meu livro e às minhas conferências sobre temas africanos como o rei [Leopoldo II] e nenhum homem partilhou o meu zelo e as esperanças que eu depositava em África como Sua Majestade.⁵³

Segundo o próprio Stanley, ele teria aguardado de janeiro a novembro de 1878 para que alguma “atenção séria” fosse dada por parte do governo inglês, mas após este período de espera, resolveu aceitar o posto de principal representante do *Comitê des Études du Haut Congo*, presidido pelo rei Leopoldo.⁵⁴ Dessa forma, a dedicação do viajante aos interesses do monarca belga na região o fez ocupar um papel importante na formação do Estado Independente do Congo em 1885, como aliado de Leopoldo II. Com o objetivo de explicar melhor as sucessivas criações das associações e dos comitês

---

⁵¹ Cf. REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Trad. Isabelle Rosselin. Paris: Actes Sud, 2012, pp. 52-54.

⁵² WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998, p. 103.

⁵³ STANLEY, , Henry.M. *Através do continente negro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007, 2v, prefácio à edição de 1899, p. 12.

⁵⁴ STANLEY, , Henry.M. *Através do continente negro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007, 2v, prefácio à edição de 1899, p. 12.

que antecederam o Estado Independente do Congo, farei a seguir um apanhado destes acontecimentos.

Associações e comitês europeus na África Central

Em 17 de fevereiro de 1860, o então Duc de Brabant e futuro Leopoldo II defenderia, pela primeira vez em um discurso, a possibilidade da Bélgica ter uma colônia em alguma parte do globo. A África Central não foi mencionada, mas a necessidade de promover o comércio e a exportação de produtos belgas justificaria a prioridade da Bélgica em encontrar um território para colonizar. Nessa ocasião, então como membro do Senado, ele declarou:

Creio que chegou o momento de expandirmos nossos territórios. E acho que não devemos perder tempo, sob pena de ver os poucos bons lugares restantes colocados sob o controle de nações mais empreendedoras do que a nossa.⁵⁵

A partir deste discurso, 1860 apresenta-se, para alguns autores, como marco para se pensar a inserção colonial belga na África, ou mais apropriado seria apontar este discurso como a primeira manifestação pública do interesse de Leopoldo II nos negócios coloniais.⁵⁶ Como monarca de uma nação recém instaurada, foi esta a principal herança deixada por ele: um imenso e rico território sob colonização belga. Impossível contar a história da formação do Estado Independente do Congo em 1885 sem remeter aos interesses e investimentos pessoais que já ocorriam há algumas décadas.

Na primeira metade do século XIX, a Bélgica era formada por um pequeno território que havia conseguido o *status* de Estado independente em 1830. Leopoldo II subira ao trono em 1865, quando o país contava com apenas cinco milhões de habitantes. O parlamento belga não almejava nenhuma colônia, fosse no continente africano ou qualquer outra localidade, sob alegação de que a aquisição de colônias não

---

⁵⁵Citado em HOEBRECHTS, Laurent. "Le caoutchouc rouge et la mort noire". Artigo do periódico eletrônico La Libre.be <http://www.lalibre.be/debats/opinions/le-caoutchouc-rouge-et-la-mort-noire-51b88333e4b0de6db9aa13f1> [publicado em 31/3/2004 às 00h00 e consultado em 25/01/2015]. "Je crois que le moment est venu pour nous d'étendre nos territoires. Je pense qu'il ne faut pas perdre de temps, sous peine de voir les quelques bons endroits restants mis sous la coupe de nations plus entreprenantes que la nôtre". [tradução nossa]

⁵⁶ Foi sob essa justificativa que Jean Stengers estabeleceu a delimitação cronológica de seu livro entre 1860 e 1960. STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007.

era condizente às expectativas liberais em voga principalmente na segunda metade do século XIX.⁵⁷

O monarca, no entanto, não compartilhava destes princípios: *Il faut à la Belgique une colonie!* – não importava onde. Antes mesmo de se tornar rei da Bélgica, procurou informações sobre regiões da China e do Japão, Ilha Formosa (Taiwan), Tonkin (Vietnã), Filipinas e ilhas do Pacífico. Somente a partir de 1875, quando já ocupava o trono, Leopoldo II passou a se interessar pela África Central.⁵⁸ Durante anos percorreu possibilidades de conquistar um território e colonizá-lo, empenhando-se em convencer o parlamento da importância de tal empreitada e não poupou esforços para encontrar parceiros numa possível investida. Sem conseguir o aval parlamentar, dedicou-se como indivíduo a este projeto, acumulando informações sobre territórios ainda inexplorados em África e seguindo os passos de viajantes que saíam em busca de aventuras e novos conhecimentos.

Nesse contexto, Leopoldo II acompanhou com interesse as notícias do Congresso da Sociedade Geográfica Francesa, em 1875 em Paris, para um ano depois fazer organizar a Conferência Geográfica de Bruxelas, em 12 de setembro de 1876, de interesse “internacional e humanitário”.⁵⁹ No convite enviado aos possíveis participantes, foi registrado o reconhecimento de uma grande movimentação feita por viajantes e exploradores que representavam as nações europeias:

Em quase todos os países há um grande interesse nas descobertas geográficas feitas na África Central. Várias expedições, alimentadas por subscrições particulares, que mostram o desejo que temos de chegar a um resultado importante, foram e ainda são feitas em África. Ingleses, americanos, alemães, italianos e franceses tomaram parte, em graus variados, deste generoso impulso. Estas expedições respondem a uma ideia eminentemente civilizadora e cristã: abolir a escravidão em África, perfurar a escuridão que ainda cerca esta parte do mundo, reconhecendo os recursos que parecem imensos. (...) Até agora, os esforços que têm sido tentados estavam sem acordo.⁶⁰

---

⁵⁷ Cf. WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998, pp. 87-88.

⁵⁸ REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Trad. Isabelle Rosselin. Paris: Actes Sud, 2012, p. 57.

⁵⁹ Essa conferência alavancou muitas expedições e contribuiu para que fosse iniciada a publicação do *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*, que, publicada em Bruxelas, durou de 1877 a 1946.

⁶⁰ *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, p. 256. “Dans presque tous les pays, on prend un vif intérêt aux découvertes géographiques faites dans l’Afrique centrale. Plusieurs expéditions, alimentés par des souscriptions particulières, qui prouvent le désir qu’on a d’arriver à un résultat important, se sont faites et se font encore en Afrique. Des Anglais, des Américains, des Allemands, des Italiens et des Français ont pris, à des degrés divers, part à ce généreux mouvement. Ces expéditions répondent à une idée éminemment civilisatrice et chrétienne: abolir l’esclavage en Afrique, percer les ténèbres qui enveloppent encore cette partie du monde, en reconnaître les ressources qui paraissent immenses. (...) Jusqu’ici les efforts que l’on a tentés ont été sans accord.

A partir da existência de uma movimentação bastante intensa de viajantes, a ideia era, portanto, unir esforços europeus com intuito civilizador e de cristianização, cujo principal foco era a abolição da escravidão em África, ideário que naquele momento estava presente nos discursos de muitos dos governos europeus, notadamente o da Inglaterra. Também havia um sentimento preponderante de que era necessário entrar em acordo no sentido de que as nações europeias definissem suas metas e delimitassem áreas para explorar para que os trabalhos não se duplicassem.⁶¹ É recorrente a ideia de que a África encontrava-se ainda na “escuridão” e precisava do auxílio europeu para iluminar seus passos futuros por meio da civilização e da cristianização.

Presidido por Leopoldo II, o encontro reuniu geógrafos e exploradores que, na cerimônia de abertura, ouviram o discurso do monarca belga, enaltecendo o espírito científico daquela reunião e a necessidade de se fazer chegar a civilização à África como temas que mereciam a atenção dos “amigos da humanidade”:

O tema que nos reúne hoje é (...) abrir para a civilização a única parte do mundo onde ela ainda não penetrou, perfurar a escuridão que envolve populações inteiras, isto é, se ousar dizer, **uma cruzada digna deste século de progresso**; e eu me alegro com a forma como a opinião pública é favorável à sua realização; a corrente está a nosso favor.⁶²

Assim, ressaltando interesses filantrópicos e cristãos, Leopoldo II arriscou chamar o projeto de “cruzada moderna” e apontou a Bélgica como um Estado “central e neutro” e, portanto, perfeito para a realização do encontro. Acrescentou ainda sua grande satisfação em fazer de Bruxelas a “sede do movimento civilizatório”.⁶³ Ainda no discurso de abertura do evento, o monarca elencou alguns objetivos a serem seguidos ao

---

⁶¹ Cf. *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, p. 256.

⁶² Discurso de abertura da Conferência de Bruxelas em 12 de setembro de 1876. *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, p. 258. “Le sujet qui nous réunit aujourd’hui est de ceux qui méritent au premier chef d’occuper les amis de l’humanité. Ouvrir à la civilisation la seule partie de notre globe où elle n’ait point encore pénétré, percer les ténèbres qui enveloppent des populations entières, c’est, si j’ose le dire, une croisade digne de ce siècle de progrès; et je suis heureux de constater combien le sentiment public est favorable à son accomplissement; le courant est avec nous”. (grifo nosso)

⁶³ Discurso de abertura da Conferência de Bruxelas em 12 de setembro de 1876. *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, pp. 258-9. “Il m’a paru que la Belgique, État central et neutre, serait un terrain bien choisi pour une semblable réunion (...). Je serais heureux que Bruxelles devint en quelque sorte le quartier général de ce mouvement civilisateur”.

longo do encontro: primeiramente, a designação precisa de bases de operação tanto na costa oriental do continente africano: região de Zanzibar e do lado ocidental, foz do rio Congo, fosse através de acordos com os chefes, fosse por compra ou locação a se regulamentar com particulares. Em segundo lugar, a designação das estradas e postos de hospedagem, estações científicas e pacificadoras como meio de abolir a escravidão e “estabelecer harmonia entre os chefes, proporcionando-lhes arbitragens justas e desinteressadas”. Por fim, sugeriu a criação de um comitê internacional e de comitês nacionais que trabalhariam em seus países não apenas para dar continuidade às atividades, como para esclarecimentos aos públicos de todos os países para sensibilização do “sentimento de caridade por uma boa causa, o que nunca se faz em vão”.⁶⁴

Conforme designado por Leopoldo II, a partir do encontro foram criadas comissões de trabalho para a formação de bases na África que serviriam para hospedagem e apoio estratégico aos viajantes e centralização de informações sobre os territórios percorridos e suas populações. A principal medida efetivada a partir da Conferência Geográfica de Bruxelas em 1876 foi, portanto, a criação da Associação Internacional Africana – cujo nome oficial era *Association pour l’exploration et la civilisation de l’Afrique centrale*⁶⁵ - presidida por Leopoldo II e com comitês distribuídos pelos países-membros.

Foi por meio da Associação Internacional Africana que muitos viajantes organizaram suas expedições no intuito de demonstrar objetivos científicos e filantrópicos condizentes com o discurso das nações europeias em suas incursões no continente africano. Estar vinculado à Associação podia trazer facilidades no percurso da viagem, no entanto muitos viajantes não queriam de fato abrir mão dos interesses nacionais em favor de uma associação internacional, e tampouco os governantes o desejavam. Nesse sentido, Pierre Savorgnan de Brazza, ainda que estivesse em viagem como representante da Associação Internacional Africana, confessou ter contado uma “mentirinha” aos chefes locais (lideranças Bateke identificados por ele como “vassalos do Makoko”) ao afirmar que fora enviado pelo “chefe dos franceses”, segundo ele por ser difícil explicar seu posto junto ao comitê francês da Associação Internacional

---

⁶⁴ Discurso de abertura da Conferência de Bruxelas em 12 de setembro de 1876. *Bulletin de Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877, pp. 259-60.

⁶⁵ Cf. VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 11.

Africana. Tudo isso para justificar porque, em seu encontro com o Makoko, Brazza distribuiu bandeiras francesas aos chefes Bateke presentes.⁶⁶

A realização da Conferência de Bruxelas e a criação da Associação Internacional Africana serviram não apenas para marcar o início da presença belga na incursão europeia na África, mas também foram úteis em particular aos propósitos de Leopoldo II e reforçaram a fama de sua benevolente pretensão humanitária - disso ele se aproveitaria de maneira astuta. Depois de dois anos desta conferência, quando Stanley chegou de sua expedição Anglo-Americana pelo rio Congo, com planos mirabolantes de exploração que foram friamente recebidos pelo governo britânico – como a construção da ferrovia para desvio do trecho de cataratas do rio Congo - Leopoldo II abraçou suas ideias e aproveitou a chance de agigantar o projeto de conquista da região. Esta parceria foi assim sintetizada por M'Bokolo: “Sem Henry Morton Stanley, (...) os sonhos de império colonial do rei dos belgas teriam permanecido letra morta”.⁶⁷ De sua parte, Stanley enaltecia o empenho e interesse de Leopoldo II como de uma pessoa “cujo caráter maravilhoso e capacidade extraordinária eram então desconhecidos no mundo”.⁶⁸

Para colocar em prática o projeto de Stanley, Leopoldo II criou o *Comité d'Études du Haut-Congo* (CEHC) em 1878, em sociedade com dois empresários de Roterdã, proprietários de uma empresa holandesa, a *Dutch House*, que já tinham experiência comercial em territórios africanos. Stanley assumiu o posto de “principal representante” do Comitê, sendo Leopoldo II o presidente. O *comitê*, tal como a Associação Internacional Africana, previa fins científicos e filantrópicos, ainda que acrescentasse em seu estatuto a possibilidade de se estabelecer nos territórios africanos para comércio e indústria. Esse acréscimo era o que diferenciava o comitê da antiga associação, já que de fato o comitê era uma empresa, uma *société en participation* com capital de um milhão de francos belgas, que incluía contribuição particular do próprio Leopoldo II e de outros fundadores.⁶⁹

---

⁶⁶ WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998, p. 108.

⁶⁷ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 505.

⁶⁸ STANLEY, Henry M. *Através do continente negro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007, 2v, prefácio à edição de 1899, p. 12.

⁶⁹ Cf. WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998, pp. 104-105.

Segundo M'Bokolo, a criação do Comitê de Estudos do Alto Congo em 1878 “deu o tom daquilo que iria ser, até por volta de 1908, a primeira ocupação colonial. Sob aparência de explorações geográficas, tratava-se de um poderoso sindicato financeiro que reunia, por trás de Leopoldo II, interesses holandeses e britânicos”.⁷⁰ Sob pretexto de pesquisas geográficas, o comitê era de fato uma poderosa instituição financeira de interesses privados, na qual, por tratar-se de um vasto território, faziam-se necessárias grandes somas de investimento e por consequência, a expectativa de lucros também não era pequena, embora as contas só tenham se equilibrado a partir de 1896.⁷¹

A criação da Associação Internacional Africana e do Comitê marcaram o início da incursão de Leopoldo numa região onde nunca colocaria os pés, mas de onde abocanharia vultosos lucros. Essas organizações, com objetivos oficialmente científicos e “civilizatórios” em relação à região da bacia do Congo, precederam, junto com a Associação Internacional do Congo, a criação do Estado Independente do Congo em 1885.⁷²

Em 1882, Leopoldo II tratou de criar a Associação Internacional do Congo que foi a base político-econômica de sustentação para a constiuição do Estado Independente do Congo. Foi a partir dessa associação que se definiram os papéis das concessionárias e suas relações com o Parlamento belga, além das regras para o confisco de terras e para o recrutamento de pessoas para as formas compulsórias de trabalho no Estado Independente do Congo. Na intenção de confundir a opinião pública, Leopoldo II teria optado por um nome próximo à Associação Internacional Africana, para não levantar problemas em suas investidas comerciais e despistar olhares críticos. A Associação Internacional do Congo era apresentada como:

Uma associação de ricos filantropos e de pessoas de ciência que, com um objetivo desinteressado de civilização e por amor do progresso, procuram abrir a bacia do Congo. A associação construiu a suas expensas e sem qualquer ajuda uma estrada livre que penetra do mar até à bacia superior do Congo, estando a trabalhar ativamente para estabelecer nesse rio **estações destinadas a tornar-se centros de civilização; para o fazer**

---

⁷⁰ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”, op. cit., p. 506.

⁷¹ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”, op. cit., pp. 506-509.

⁷² Para facilitar o entendimento, pode-se consultar ao final do texto uma pequena cronologia.

legalmente, obteve de alguns chefes indígenas a cessão dos seus direitos soberanos e, de muitos outros, grandes concessões.⁷³

O trecho citado traz informações sobre melhorias estruturais que foram ou seriam promovidas: estradas, contronando as dificuldades de navegação do Baixo Congo - e “centros de civilização”, por meio desta Associação. Menciona-se ainda a preocupação em estabelecer tais centros de forma legal, ou seja, por meio da assinatura de tratados por parte dos chefes locais que ora cediam autorizações para o comércio, ora traziam em suas cláusulas a cessão de território ou a transferência de soberania do chefe africano, conforme vamos analisar adiante. Dessa forma, com o suposto aval das autoridades locais, a Associação evitaria acusações que pudessem colocar em dúvida os benefícios filantrópicos da civilização europeia que eram oferecidos às populações africanas. Os objetivos de exploração comercial nem sempre eram declarados e caminhavam junto aos planos de civilização e desenvolvimento, fazendo parte de um projeto colonizador.

Assinaturas de tratados: autoridades africanas frente aos europeus

Por meio dessas associações eram, portanto, organizadas expedições que seguiram rumo à região da bacia do Congo para colher informações variadas, estabelecer contatos e assinar tratados com chefes africanos. Grande parte dos tratados assinados nessa região tinham selos destas associações. O teor destes tratados sofreu algumas alterações, de início os vínculos de comércio ocupavam maior atenção, mencionando-se a cessão de território para o comércio em troca de estabelecer melhorias. À medida que os avanços europeus em direção ao interior do continente se configuraram como ocupação efetiva, os tratados passaram a se apresentar muito mais políticos do que econômicos, mencionando-se a transferência de soberania do chefe africano sobre uma determinada área e permitindo aos habitantes que se mantivessem em suas moradias, produzindo para sua subsistência. A assinatura dos tratados era permeada por entrega de objetos ora referidos como pagamentos pelos territórios, ora apresentados como presentes. Como exemplo destes objetos, figuram tecidos, roupas, garrafas de bebidas como licores ou gin e fuzis.

---

⁷³ Apresentação da Associação Internacional do Congo, 1882. Reproduzida por M'BOKOLO, Elikia. *África negra: História e Civilizações. Tomo II: do século XIX aos nossos dias*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 365, grifo nosso.

Autores como Brunschwig e Wesseling apontam o acordo Brazza-Makoko como o grande acelerador para a propensão política que passou a ser verificada nos tratados, já que tal acordo impulsionou a disputa pelo alto Ogué. Tal como Stanley, Brazza também tinha sido procurado por Leopoldo II como possível aliado do rei belga. O explorador, no entanto, optou por permanecer fiel à bandeira francesa, mesmo nas ocasiões em que isso não lhe era solicitado. Foi nesse sentido que ao retornar à África Central em 1880, como representante do comitê francês vinculado à Associação Internacional Africana, com a missão de instalar um posto científico e de hospedagem no alto Ogué, Brazza, por iniciativa própria, seguiu viagem para o Pool, onde fez contato com o chefe Bateke, cujo título era makoko, mas que Brazza entendeu tratar-se do nome do chefe. O fato é que selaram aí o que ficou conhecido como o tratado Brazza-Makoko, mediante o qual era transferida a soberania do makoko Bateke a Brazza que, com a alcunha de “chefe dos brancos”, se colocou como representante da nação francesa e distribuiu bandeiras da França para selar a negociação. As notícias desse acordo ecoaram na Europa de modo a preocupar Leopoldo II que fez acelerar o processo de assinatura dos tratados firmados por meio do *Comité d'Études du Haut-Congo* (CEHC) e enfatizar o teor político, isto é, explicitar uma suposta “transferência de soberania”.⁷⁴

Ao longo do processo de realização dos tratados que foram estabelecidos pelos representantes do CEHC com vários chefes africanos, houve algumas variações quanto ao teor dos textos e ao número de cláusulas. É importante seguir em linha gerais os termos dos tratados, percebendo tanto sua composição em vários capítulos e itens, como também algumas mudanças que foram registradas em suplementos aos tratados. Entre os tratados mais extensos aos quais tivemos acesso nos acervos dos *Archives Africaines* de Bruxelas está um que fora estabelecido entre o tenente belga Liévin Van de Velde e cinco chefes do distrito de Palaballa, composto por 6 artigos, sendo o 1º:

1º [Os chefes] reconhecem ser altamente desejável que a Expedição Internacional do Alto Congo crie e desenvolva em seus estados estabelecimentos próprios para favorecer o comércio de troca e assegurar ao país e aos seus habitantes as vantagens que decorrem deste comércio.⁷⁵

---

⁷⁴ Sobre o acordo Brazza-Makoko, ver BRUNSCHWIG, Henri. “La négociation du traité Makoko”. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 5, n°17, 1965. pp. 5-56; BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 32; WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998, pp. 108.

⁷⁵ Tratado entre o Comité d'Études du Haut Congo (Liévin Vandeveld) e chefes do distrito de Palaballa, 7/jan/1883, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Article I.

Com clareza inequívoca, o primeiro artigo configurava-se em um tratado de comércio. Os artigos 2º ao 5º versavam sobre a cessão de território, enfatizando que os chefes afirmavam serem livres para dispor do território referido e que transferiam para o CEHC seus direitos soberanos. Esta ressalva dava-se principalmente para que não houvesse questionamentos sobre o direito que determinado chefe tinha em ceder soberania sobre um território. Como é recorrente nos tratados, são citados vários objetos oferecidos a estes chefes, principalmente garrafas de bebidas, tecidos e roupas. Neste tratado, no entanto, foi mencionada também a possibilidade de proteção à população, conforme o artigo V:

Artigo V: O Comitê de Estudos concorda especificamente em permitir aos nativos estabelecidos nos territórios cedidos, a propriedade e o livre usufruto das terras que ocupam atualmente para suas necessidades. [O comitê] promete proteger e defender as pessoas e suas propriedades contra ataques ou invasões de qualquer um que viole a sua liberdade individual ou que tente sequestrar o fruto dos seus trabalhos.⁷⁶

Ora, garantir proteção aos habitantes era condição imprescindível do ponto de vista empreendedor, já que a empresa europeia, fosse ela qual fosse, tinha que proteger seu próprio patrimônio que ali estava a nascer. Além disso, as ideias de controle e de proteção andavam juntas, pois o comitê tomaria para si a obrigação de garantir proteção àquela população em seu território, ao mesmo tempo em que controlaria o uso da terra. A lógica é perversa, pois o comitê passaria a ocupar uma porção de terra que não era sua, controlando a circulação, a moradia e a produção de seus habitantes. Além de controlar a população, o comitê procurou garantir braços para os trabalhos iniciais naquele território e para ocupar funções como carregadores nas viagens que se seguiriam em breve. Era o que constava em um dos quatro parágrafos do 6º artigo deste tratado:

2º Os chefes acima nomeados comprometem-se a fornecer a cada estação, fábrica ou instituição estabelecida nos seus territórios, cada um seis

---

Ngulinkamma Noso, Ngulinkamma Kiangalla, Ngulinkamma Tulenté, Ngulinkamma Nefutila et Ngulinkamma Nélombi reconnaissent qu'il est hautement désirable que l' expedition internationale du Haut Congo crée et développe dans leurs état des établissements propres à favoriser le commerce d'échange et à assurer au pays et a ses habitants les avantages qui en sont la conséquence".

⁷⁶ Tratado entre o Comité d'Études du Haut Congo (Liévin Vandeveldé) e chefes do distrito de Palaballa, 7/jan/1883, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: "Article V: Le Comité d'Études s'engage expressément à laisser aux indigènes établis sur les territoires cédés, la propriété et la libre jouissance des terres qu'ils occupent actuellement pour leurs besoins. Il promet de les protéger, de défendre leurs personnes et leurs biens contre les agressions ou les empiètements de quiconque porterait atteinte à leur liberté individuelle, ou chercherait à leur enlever le fruit de leurs travaux".

trabalhadores; para o serviço de caravanas ao interior um mínimo de cem carregadores e trabalhadores necessários para a construção e manutenção de estradas e estabelecimentos do Comitê de Estudos. Os homens [indicados] pelos chefes serão pagos segundo um contrato feito de comum acordo com base em salários.⁷⁷

Note-se que uma vez garantido o território e o direito à exploração do comércio, o comitê incluiu no contrato a obrigação dos chefes em ceder mão de obra, sendo para este trabalho previsto contrato e salário. Além disso, a expectativa de grandeza e alcance do futuro negócio também pode ser verificada no 4º parágrafo do artigo VI, no qual, sob a perspectiva de garantir algumas condições que facilitassem investimentos e empreitadas futuras, e contemplando a exploração dos recursos naturais que constituiriam a base da exploração colonial, o comitê reservava-se:

4º O direito de cultivar terras desocupadas, de explorar as florestas, e lá fazer cortes de árvores, colheita da borracha, [...] do mel e de todos os produtos naturais que geralmente são lá encontrados, de pescar nos rios, riachos e cursos d'água, e explorar todas as minas.⁷⁸

Tratava-se de colocar no tratado o confisco de terras e exploração de suas riquezas. Ainda que os direitos mencionados fossem bastante abrangentes, eles eram neste tratado voltados para o comércio e a exploração de produtos, o que mais adiante sofreu mudanças, à medida que o “processo de roedura” do continente africano fosse ganhando forma.⁷⁹ Por fim, para fechar o tratado, o último artigo impunha aos chefes o compromisso de tornaram-se aliados do comitê:

---

⁷⁷ Tratado entre o Comité d'Études du Haut Congo (Liévin Vandeveldé) e chefes do distrito de Palaballa, 7/jan/1883, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “2º Les chefs prénommés s'engagent en outre, à fournir à chaque station, factorerie ou établissement établi sur leur territoires, chacun six travailleurs; pour le service des caravanes vers l'intérieur un minimum de cent porteurs ainsi que les travailleurs nécessaires pour la construction et l'entretien des routes et établissements du Comité d'Études. Les hommes souvenis par les chefs seront payés suivant un contract fait de commun accord pour les salaires”.

⁷⁸ Tratado entre o Comité d'Études du Haut Congo (Liévin Vandeveldé) e chefes do distrito de Palaballa, 7/jan/1883, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “4º Le droit de cultiver les terres non occupées, d'exploiter les forêts, d'y faire des coupes d'arbres, d'y récolter le caoutchouc, [...] le miel et généralement tous les produits naturels qu'on y rencontre, de pêcher les fleuves, rivières, et cours d'eau, d'exploiter toutes les mines”.

⁷⁹ Empresto o termo “processo de roedura” utilizado por Leila Leite Hernandez, a partir de Ki-Zerbo, para referir-se ao processo de inserção europeia, estabelecimento de entrepostos e avanços coloniais no continente africano. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 45 e seguintes.

Artigo VII. Os chefes acima mencionados firmam um compromisso de unir forças com o Comité para repelir os ataques que possam ser movidos por parte de intrusos de qualquer cor.⁸⁰

Este artigo denota a possibilidade de negociação e a tentativa de articular os interesses das chefias africanas com os do comitê. Ressalte-se que o compromisso de estar aliado ao comitê no caso de conflitos ou invasões dava-se na defesa de quem quer que fosse, “não importa qual cor”, o que se poderia inferir que o comitê pressupunha uma aliança contra qualquer grupo de oposição, podendo atrair-se tanto de outras chefias africanas, como europeus ou ainda “árabes”.

Embora este tenha sido um tratado extenso se comparado aos que se seguiram, ainda foi complementado por um “tratado suplementar” de 10/4/1884, feito por Stanley (que nesse caso aparece como chefe da Associação Internacional Africana) e os mesmos chefes de Palaballa. Em especial, o tratado suplementar buscava esclarecer o sentido da aquisição de soberania por parte da Associação:

I. É acordado entre as partes acima mencionadas que o termo "transferência de território" não significa a compra do terreno pela associação, mas a aquisição da soberania pela Associação, e que isso é perfeitamente reconhecível pelos chefes assinados.⁸¹

Este acréscimo tem dois aspectos interessantes a se destacar, um deles é a afirmação de que a aquisição da soberania fosse “perfeitamente reconhecível pelos chefes assinados”, o que seria questionável, não apenas pelo fato da escrita em si tratar-se de um código pouco familiar aos chefes africanos, como a própria concepção ocidental de soberania. O conceito de soberania é bastante amplo, mas segundo explica Norberto Bobbio:

“de fato a Soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da **transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito**. [...] Obviamente, são diferentes as formas de caracterização da Soberania, de acordo com as diferentes formas de organização do poder que

---

⁸⁰ Tratado entre o Comité d'Études du Haut Congo (Liévin Vandeveldt) e chefes do distrito de Palaballa, 7/jan/1883, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelles: “Article VII. Les chefs susmentionnés prennent l'engagement de joindre leurs forces à celles du Comité pour repousser les attaques dont il pourrait être l'objet de la part d'intrus de n'importe quelle couleur”.

⁸¹ “Traité supplémentaire conclu entre Henry M. Stanley agent en chef de l'Association Internationale Africaine et les chefs du district de Palaballa”, 19/abril/1884, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelles: “I. Il est convenu entre les parties susmentionnées que le terme “cession de territoire” ne signifie pas achat du terrain par l'association, mais l'achat de la souveraineté par l'Association, et que cela est parfaitement reconnu par les chefs soussignés”.

ocorreram na história humana: em todas elas é possível sempre identificar uma autoridade suprema, mesmo que, na prática, esta autoridade se explicita ou venha a ser exercida de modos bastante diferentes”.⁸²

A soberania almejada pelos europeus a partir desses tratados tem o sentido de buscar legitimidade no domínio que eles procuravam alcançar de diferentes maneiras, inclusive na forma da intimidação pela força. Trata-se portanto de conquistar a soberania de um território que não era seu e nesse sentido, pode-se inferir o segundo aspecto a se destacar no acréscimo apontado: “o termo ‘transferência de território’ não significa a compra do terreno pela associação, mas a aquisição da soberania”. Dito de outra forma, a obtenção de soberania e poder político não necessariamente se daria pela transferência ou compra territorial, mas para emprestar a definição de Bobbio, daria-se pela “transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito”. Importante ressaltar que, a partir de 1883, a transferência de soberania passará a figurar em todos os tratados que encontramos em detrimento da transferência do território em si, que ou desaparece ou perde sua importância.

Se concordarmos que o conceito de soberania explicitado nos tratados refere-se ao contexto histórico europeu do século XIX, isso corroboraria a ideia de que, embora os tratados fossem de início utilizados como instrumento burocrático de negociação entre os governos europeus para o processo de colonização no continente africano, eles figuraram também como emblemas de poder e autonomia africanos. Dessa maneira, os tratados surgiram a serviço da lógica europeia e para os europeus, mas tornaram-se oportunos em conjunturas específicas de disputa de poder por parte de chefes africanos.

A segunda cláusula do tratado suplementar estabelecido por Stanley traz ainda outro aspecto a ser mencionado:

II. Está bem entendido pelos chefes assinados que [...] o direito de governar e resolver todas as questões concernentes aos estrangeiros de todas as cores e nacionalidades e os nativos de Palaballa e de decidir quais europeus podem se estabelecer em alguma parte do distrito de Palaballa está concedido plenamente à Associação Internacional Africana. Os chefes abaixo assinados ainda declaram aceitar a bandeira da Associação Internacional Africana como um sinal para todos da **associação como sua suserana** e que nenhuma outra bandeira será hasteada dentro dos limites do distrito de Palaballa.⁸³

---

⁸² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v.2, p. 1179, grifo nosso.

⁸³ “Traité supplémentaire conclu entre Henry M. Stanley agent en chef de l’Association Internationale Africaine et les chefs du district de Palaballa”, 19/avril/1884, AI (1377). *Archives Africaines* - Ministère

Há alguns pontos a serem destacados na cláusula citada: em primeiro lugar, tratava-se do estabelecimento de um contrato de suserania e vassalagem, que colocava a Associação como suserana de forma inequívoca. Como suserana, a Associação resolveria “todas as questões concernentes aos estrangeiros de todas as cores e nacionalidades”, sendo de sua alçada “decidir quais europeus podem se estabelecer em alguma parte do distrito”. Por fim, a bandeira da Associação Internacional Africana seria usada como investidura para selar o contrato de vassalagem, garantindo à Associação a exclusividade de suserana, ao acrescentar que “nenhuma outra bandeira será hasteada dentro dos limites do distrito”. A utilização da bandeira como insígnia de aliança não era novidade, lembrando por exemplo que Brazza, ao estabelecer o tratado com o makoko Bateke, não apenas hasteou a bandeira francesa, como a distribuiu aos chefes ali presentes.

Além disso, à medida que as notícias chegavam ao seu conhecimento, Leopoldo II demonstrava que seus interesses ultrapassavam em muito os exclusivos comerciais e avançavam cada vez mais para investidas políticas. Esse zelo político em relação à África Central não era exatamente uma novidade, mas podemos afirmar que seus interesses políticos reapareceram com força, o que ficou explicitado pelo conteúdo de uma carta do monarca Leopoldo II a um colaborador:

A leitura dos tratados de Stanley com os chefes não me deixou satisfeito. É preciso adicionar pelo menos um artigo em que eles nos deleguem seus direitos soberanos sobre os territórios. [...] Este trabalho é importante e urgente. É necessário que esses tratados sejam tão curtos quanto possível e que, em um artigo ou dois, eles nos concedam tudo.⁸⁴

Lembrando que Stanley, como chefe do Comitê de Estudos do Alto Congo (CEHC), e também outros representantes deste comitê ou de uma das associações, respondiam às instruções e advertências de Leopoldo II, pode-se verificar que a transferência de soberania ocupou lugar de destaque nos tratados que se seguiram e

---

des Affaires Etrangères, Bruxelas: “II. Il est bien entendu par les chefs soussignés que [...] le droit de gouverner et arranger toutes affaires concernant des étrangers de toute couleur et nationalité et les natifs de Palaballa, de décider quels européens pourront s’établir en quelque part du district de Palaballa est concédé pleinement à l’association internationale africaine. Les chefs soussignés en outre se déclarent comme acceptant le drapeau de l’association internationale africaine comme signe envers tous que l’association est leur suzerain et que pas d’autre drapeau ne sera hissé endéans les limites du district de Palaballa”.

⁸⁴ Carta de Leopoldo II: “La lecture des traités conclus par Stanley avec les chefs ne me satisfait pas. Il faut y ajouter au moins un article portant qu’ils nous délèguent leurs droits souverains sur les territoires. [...] Ce travail est important et urgent. Il faut que ces traités soient aussi courts que possible et qu’en un article ou deux, ils nous accordent tout”. Citada em REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Trad. Isabelle Rosselin. Paris: Actes Sud, 2012, pp. 69-70.

ainda em resposta à reclamação do monarca belga, houve alteração na extensão dos tratados sendo que alguns resumiam-se basicamente a este item. Em 19 de abril de 1884, o representante da Associação Internacional do Congo, Alexandre Delcomune, assinou nove tratados com chefes ou sobas da região da bacia do Congo, todos eles com teor muito parecido, como se pode verificar no exemplo que se segue:

Tratado

Entre Alexandre Delcommune, agindo em nome e por conta da Associação Internacional do Congo e do rei Né Para, chefe independente de N'Boma, agindo por ele, seus descendentes e sucessores, foi convencido do que segue:

Artigo I: O Rei Né Para cede à Associação Internacional do Congo, os direitos de **soberania sobre todos os territórios sob a sua autoridade e até mesmo em aldeias e terras dependentes listados abaixo:**

M'Banza – N' Canzancanza / No Celet / Haila / Soffou Casicta Chaves / Han Cuango (Handombi)

Artigo II Esta cessão ocorre verdadeiramente através de vinte pedaços de pano, dois fuzis, **presentes** que Né Para, reconhece ter recebido.

Todos assinados:⁸⁵

A simplificação do tratado é provavelmente uma resposta à demanda do próprio Leopoldo II ao apontar ser “necessário que esses tratados sejam tão curtos quanto possível” e que o mais importante é que os chefes “deleguem seus direitos soberanos sobre os territórios”. Importante assinalar que os objetos entregues na ocasião do tratado resumem-se a dois fuzis e vinte peças de tecidos como “presentes” entregues em troca da concessão de uma vantagem bastante valiosa: a soberania sobre territórios, reforçando o poder de fato em poder de direito. Em outro tratado também assinado por Delcomune no mesmo dia, desta vez em papel com timbre da “Expédition Internationale du Haut-Congo”, cujo artigo I permanece com mesmo texto ao citado, mas o artigo II traz um detalhe importante, os objetos deixados são mencionados como “pagamento” e não como “presentes”, sendo a variação de objetos um pouco maior, mas não foram mencionados fuzis:

O chefe reconhece ter recebido como **pagamento** às concessões feitas:

longs riscade, tanga Texas, *longs* Santiago, pulseiras, parasol, braças *saved* lista, garrafas de gin.⁸⁶

---

⁸⁵ “Traité” AI (1377) 1/2/a, *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “AI (1377) 1/2/a: “Traité -Entre Alexandre Delcommune, agissant au nom et pour le compte de l' Association Internationale du Congo et de roi [nome do rei] Né Para, chef indépendant de N'Boma, agissant pour lui ses descendants et successeurs, il a été convenu ce qui suit: Article I Le roi Né Para cède à l' Association Internationale du Congo, ses droits de Souveraineté sur tous les territoires soumis à son autorité et compris dans les villages et terres dépendantes, citées ci-après: M'Banza – N' Canzancanza / No Celet / Haila / Soffou Casicta Chaves / Han Cuango (Handombi). Article II Cette cession a lieu, moyennant vraiment de vingt pièces d'étoffe, deux fusils, cadeau que Né Para, reconnait avoir reçu. Ont signés:”

Importante salientar a utilização de uma escala de medida já conhecida desde o início do século XIX no Baixo Congo: os chamados *longs*. Segundo Wissenbach, “todos os produtos tinham seus preços agregados em escalas de *longs*, no vocábulo inglês, ou *peças*, em português, que nada mais eram do que conjuntos de mercadorias que davam equivalência aos valores das que seriam negociadas”.⁸⁷ Para o caso do porto de Ambriz, estudado pela autora, a contabilidade das transações comerciais era feita por um oficial capaz de ler e escrever, sendo seus registros realizados em livros e papéis que eram chamados *mucandas*.⁸⁸

Sobre os tratados, outra observação que nos parece importante destacar é a de que, pelo que se pode verificar na documentação, essas associações não foram substituídas umas pelas outras de forma automática, sendo que há tratados assinados com o Comitê de Estudos do Alto Congo, mesmo quando a Associação Internacional do Congo já tinha sido fundada.

Note-se ainda que em todos os tratados constam os nomes dos europeus seguidos de suas assinaturas e na frente dos nomes das autoridades africanas, consta uma marca que poderia ser lida como uma cruz, símbolo de possível convergência entre duas complexidades simbólicas distintas em sua essência. Os grupos de expedição europeia, mesmo quando não traziam missionários, traziam a cruz, símbolo perceptível e reconhecível entre europeus e populações da África Central.⁸⁹

Entre os interesses de Leopoldo II nesses tratados, bem como de outras nações europeias que colecionaram estes documentos, era claro o objetivo de munir-se com o máximo de papéis possíveis que serviriam para as longas negociações políticas sobre a

---

⁸⁶ “Traité” - Expédition Internationale du Haut-Congo - AI (1377) 1/2/b, *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “Le chef reconneit avoir reçu em paiement des concessions faites: longs riscade, pague Texas, longs Santiago, bracelets, parasol, fathons saved list, boudeilles de gin.

⁸⁷ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)”. *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p. 12.

⁸⁸ Sobre as *mucandas* na África Central, ver: RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho a Lunda, 1880-1888*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

⁸⁹ Dentre as análises sobre os símbolos de convergência na África Central ou ainda perceptíveis em outros locais de encontros culturais, podemos citar os trabalhos: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002 (principalmente o cap. 2); SOUZA, Marina de Mello e. “Catolicismo negro no Brasil: santos e *minkisi*, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. *Afro-Ásia*, v. 28, 2003, pp. 125-146. FROMONT, Cécile. *The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*. University of North Carolina Press, 2014. Realizamos também algumas observações sobre este aspecto em nosso trabalho de mestrado: *África Indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

quem pertencia o direito à ocupação de determinada área do continente africano, o que costuma ser designada por partilha. Por outro lado, o real entendimento dos chefes que assinavam estes tratados não nos foi possível aferir, uma vez que não há dados que apontem em que medida os africanos tinham ciência dos conteúdos dos tratados. Ainda assim, os contratos de amizade não eram novidade e muito menos a troca de objetos europeus por produtos africanos. Ainda que os chefes não compreendessem a língua em que eram escritos os tratados - em geral, francês ou inglês - estavam relativamente familiarizados com alguns sinais diplomáticos que permeavam o acordo: selo de amizade, direito de circulação, trocas de “presentes”, oferecimento de proteção mútua. Todavia, termos usados nos tratados como “soberania” ou “suserania” faziam referência a concepções de direitos políticos condizentes com o momento histórico europeu, notadamente conceitos relacionados ao imperialismo capitalista colonial. No entanto, ainda que tais termos não dissessem respeito às práticas de poder na África Central⁹⁰, parece-nos claro que a aceitação e a assinatura de tantos tratados por parte destes chefes passava por alguma lógica que os tornava vantajosos ou ao menos necessários na ocasião.

O fato é que, conforme apontou M'Bokolo, quando da criação do Estado Independente do Congo em 1885, já haviam sido concluídos mais de 500 tratados com os chefes locais, por meio dos quais as bandeiras das associações criadas por Leopoldo II foram distribuídas pelas localidades por onde seus representantes conseguissem estar na África Central.⁹¹ Para os objetivos europeus, ou especificamente de Leopoldo II, o papel dos viajantes era fundamental na intermediação desses contatos. Nesse sentido, Wissmann a serviço da Associação Internacional do Congo, fez registrar:

O objetivo da empresa é submeter os países situados ao longo do Kasai desde o sexto grau S até a embocadura deste rio e as terras compreendidas entre a estação Nuquenge e, assim que possível, uma dependência da Associação; de explorar o curso do Kasai e de fazer dos [?] um povo pronto para servir o objetivo da associação.⁹²

---

⁹⁰ Cf. REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Paris: Actes Sud, 2012, p 70.

⁹¹ Cf. M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 511.

⁹² *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição]. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Le but de l'entreprise est de soumettre les pays situés le long du Kasai depuis le sixième degré S jusqu'à l'embouchure de ce fleuve et les contrées comprises entre la station Nuquenge et, autant que possible, une dépendance de l'Association; d'explorer le cours du Kasai et de faire des [Fousihilanges?] un peuple propre à servir le but de l'association”. [nossa tradução]

Ao traçar seus planos de viagem, Wissmann deixa clara a intenção de submeter as populações, assim como verificar um bom local para estabelecer as dependências da Associação. Em seguida, ele comenta sua estratégia:

Os meios para chegar a este fim dependerão somente de mim. Vou me esforçar para chegar o mais rapidamente possível a Lubuku e munido da maior quantidade de fuzis que eu possa carregar. Estarei acompanhado por 3 ou 4 europeus pertencentes às classes superiores e por 3 ou 4 trabalhadores. Vou determinar os pontos importantes de administração para os meus sucessores.⁹³

As viagens ocorridas a essa altura, quando já tinha sido fundada a Associação Internacional do Congo parecem ter tido uma propensão mais inclinada à conquista. O discurso civilizatório estava presente, mas as estratégias de estabelecimentos de postos, de subjugar populações e se antecipar às investidas “inimigas” ganhavam destaque. No início de 1885, quando Wissman deixava a região do Kasai e se preparava para seguir à estação do Equador, localizada a leste do território que viria a formar o Estado Independente do Congo, recebeu as seguintes recomendações vindas de Bruxelas:

Faça o favor de enviar-nos o mais rapidamente possível os originais dos tratados que concluiu com os chefes de Muckenge e do vale do Kassai.

Informo a você, com satisfação, que a bandeira da Associação [Internacional do Congo] foi reconhecida sucessivamente, como a bandeira de um governo amigo, a saber: [elencar os países: Alemanha, Inglaterra, Holanda, EUA, Itália, Espanha]⁹⁴

Wissmann, portanto, como representante da Associação Internacional do Congo, tinha entre suas atribuições a realização do maior número de tratados possível. O trecho citado ainda deixa claro o uso dos tratados para compor um conjunto de papéis que serviriam ao convencimento de outras nações de que a Associação Internacional do Congo representava a “bandeira de um governo amigo”.

---

⁹³ *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição]. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Les moyens pour attendre ce but dépendront de moi seul. Je tâcherai d’arriver le plus tôt possible à Lubuku et muni d’autant de fusils que je pourrai en emporter. Je me ferai accompagner de 3 ou 4 européens appartenant aux classes supérieurs et de 3 ou 4 ouvriers. Je ferai administrer les points importants par mes adjoints”.

⁹⁴ *Lettres du Comité à Wissmann*. Bruxelles, 27/01/1885, AE (269) 325/3. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Nous vous prions de nous envoyer le plus tôt possible les originaux des traités que vous avez conclus avec les chefs de Muckenge et de la vallée du Kassai. Vous apprendrez avec satisfaction que le drapeau de l’Association a été reconnu successivement comme le drapeau d’un gouvernement ami, savoir:[...]”.

Por outro lado, Wissmann agiria com cautela quando a negociação exigisse alguns dias a mais e um empenho maior. Foi o que fez ao tratar com o chefe luba Kalamba Moukenge na região do Loubouku:

Moukenge me cedeu inteiramente o território embora o contrato ainda não tenha sido feito definitivamente. Evitei fazê-lo para não levantar desconfiança e há aqui na área circundante dois comerciantes brancos portugueses que vão partir em breve.⁹⁵

A relação estabelecida entre Wissmann e o chefe Moukenge não estava ainda embasada na assinatura de um contrato, mas ele se colocava como aliado a este chefe, uma vez que anunciava tomar providências no sentido de defendê-lo nos arredores:

Esses dias eu vou realizar uma expedição à mão armada contra tribos vizinhas do Kalamba Mukenge que argumenta com razão: “Se você quer se afastar a vários meses de viagem de meu país para ir ao Congo, você deve garantir que as minhas fronteiras, a segurança do meu país e o meu futuro não sejam ameaçados”.⁹⁶

Este documento explicita o interesse do Kalamba Moukenge em aliar-se a Wissmann, possivelmente por entender que ali tinha se estabelecido uma aliança de amizade que pressupunha proteção, entre outras trocas. De sua parte, Wissmann anunciava acatar e tomar providências no sentido de defender o território do chefe Moukenge, ao mesmo tempo em que contava com o aparato de carregadores que seriam recrutados entre os habitantes da aldeia:

Grande parte dos meus carregadores estão afastados, sendo que mantenho apenas 50 boas pessoas em serviço e como essas pessoas não são suficientes para trabalhar, eu sugeri a Moukenge de me ceder os Bena Kiniama, uma comunidade independente que anteriormente vivia onde está localizada a estação e que ele, por meio de violência, forçou a viver em sua residência. Essas pessoas construíram suas aldeias nas proximidades da estação, em um lugar que eu indiquei. **Eles estão completamente sob minha devoção por conta da ameaça que eu fiz de entregá-los ao Moukenge.** A estação está bastante avançada, com as construções mais necessárias quase concluídas. Mukenge me

---

⁹⁵ *Lettres de Wissmann au roi Leopold*. Traduzido do alemão por Van de Velde. AE (269), 1/dez/1884. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Moukenge m’a cédé entièrement le territoire quoique le contrat ne soit pas encore arrêté définitivement. J’ai évité cela pour ne pas rencontrer de méfiance et qu’il y a ici dans les environs deux blancs marchands portugais qui s’en iront sous peu”.

⁹⁶ *Lettres de Wissmann au roi Leopold*. Traduzido do alemão por Van de Velde. AE (269), 1/dez/1884. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Ces jours-ci j’entreprendrai une expédition à main armée contre des tribus voisines du Kalamba Mukenge dit avec raison: “Si vous voulez vous éloignez à plusieurs mois de voyage de mon pays pour aller au Congo, vous devez veiller à ce que mes frontières, la sécurité de mon pays, et mon avenir ne soient pas mis en danger.” [tradução nossa]

presenteou com extensos campos de mandioca que antes pertenciam aos Bena-Kiniama.⁹⁷

Trata-se de uma aliança na qual Wissmann se aproveitava de uma situação de poder anterior à sua chegada, já que ele mencionou serem os Bena Kiniama submetidos ao Moukenge “por meio de violência”. Ao aproximar-se dos Bena Kiniama e facilitar sua instalação nas proximidades da estação, Wissmann mantinha-os sob controle com a ameaça de que poderia entregá-los ao Moukenge, forjando dessa forma uma rede de relações hierarquizadas. Por meio dessas estratégias de dominação na região, Wissmann estabelecia aliança com um chefe importante que garantiria uma extensão de influência próxima à estação. Se de início, a garantia de segurança era trocada por fornecimento de mão de obra, as negociações acabaram por extrapolar este aspecto, somando ainda extensões agrícolas de mandioca que Wissmann teria ganho de “presente”, o que garantia parte do sustento das pessoas mantidas na estação.

Ao mesmo tempo, a serviço de Leopoldo II e da Associação Internacional do Congo, Wissman, embora como representante de uma associação internacional, tinha plena ciência de que os interesses de Leopoldo II podiam se chocar ao de outras nações europeias. Nesse sentido, ainda no início de sua expedição rumo ao Kasai, Wissman destacava a vantagem de representar uma certa “neutralidade” na região, já que era alemão:

Nosso [---?] me liberou da alfândega em Angola, não só por causa do pagamento, mas porque os portugueses não sabem reconhecer minhas patentes. Para o governo de Luanda e os chefes de Malange, eu sou recomendado como parte de uma expedição Científica Alemã.⁹⁸

Como alemão, conseguiria atravessar regiões sem levantar muitas desconfianças da parte dos portugueses:

---

⁹⁷ *Lettres de Wissmann au roi Leopold*. Traduzido do alemão por Van de Velde. AE (269), 1/dez/1884. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “La plus grande partie de mes porteurs est licenciée, j’ai cependant conserve 50 braves gens en service, et comme ces gens ne suffisent pas au travail, j’ai suggeré à Moukenge de me ceder les Bena Kiniama, une communauté indépendante qui habitaient auparavant l’endroit où se trouve la station et qu’il a par violence force à habiter sa résidence. Ces gens construisent leurs villages à proximité de la station, dans un endroit que je leur ai indiqué. Ils sont complètement à ma devotion par suite de la menace que je leur ai faite de les renvoyer chez Moukenge. La station est donc assez avancée, les constructions les plus nécessaires sont presque achevées. Mukenge m’a fait présent des champs de manioc étendus qui auparavant appartenaient aux Bena-Kinamia, pp.2 e 3. [tradução nossa]

⁹⁸ Carta de Hermann von Wissman, 7/11/1883. Correspondance Strauch-Wissman, AE (269) 325/1. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Notre --- [ilegível] ma fait leberté de la douane em Angola, non seulement à cause de la prix mais que les Portugais n’apprenent pas ouvrir mes charges. Aussi chez le Gouverneur de Loanda et les chefs de Malange etc je suis recommandé comme une expeditum Scientifivice [sic] allemande”. [grifo dele, tradução nossa]. *Charges* aqui tem o sentido de patente ou “distintivo” de farda militar.

Irei diretamente de Luanda-Malange para Lubuku porque será neste último ponto que eu poderei recrutar os carregadores necessários. A fim de não despertar as suspeitas dos portugueses e evitar o perigo da fome no país dos Kalundas, o número de portadores não poderá exceder trezentos; eles vão levar os quatrocentos fuzis.⁹⁹

Com esta estratégia, Wissmann acreditava não apenas evitar problemas com os portugueses, mas teria a possibilidade de garantir abastecimento de alimentos para o grupo de carregadores recrutados. As negociações para o estabelecimento de fronteiras se prolongaram por algumas décadas e por isso o clima era muitas vezes de desconfiança a depender da nacionalidade de quem se encontrasse no continente.

Por conta da trajetória das expedições de Stanley, a penetração colonial do Congo, cujas saídas marítimas ficavam no oceano Atlântico, iniciou-se pelas vias do Índico, a partir dos portos suaílis. Isso porque a costa atlântica, após 400 anos de exploração do comércio de escravos, passou a ser alvo da fiscalização antitráfico da Inglaterra, visando fomentar sociedades menos envolvidas no comércio de escravos e mais na produção ou exploração de recursos naturais. Na costa oriental, o escravismo e o comércio de escravos ampliaram-se justamente no século XIX, graças às pressões britânicas no lado ocidental e de acordo com os interesses britânicos no Índico, ao fornecimento de fuzis necessários para captura de escravos, bem como pela ampla exploração de marfim transportado por estes homens e especiarias advindas também da mão de obra escrava nas plantações. No contexto da contratação de carregadores e guias para a expedição, teve destaque a figura do mercador de escravos conhecido como Tippo Tip (seu nome verdadeiro era Ahmed ibn Mohammed el Marjebi ou Hamed ben Mohammed el-Murjebi). De origem afro-árabe e nascido de uma família de Zanzibar, tornou-se bastante influente em uma vasta região que se estendia dos Grandes Lagos à extremidade leste do rio Congo e respondia ao sultão de Zanzibar. Segundo Reybrouck, seu nome provocava arrepios por uma região tão grande quanto a metade da Europa, sendo a alcunha Tippo-Tip originada na onomatopeia do som de sua arma.¹⁰⁰

O fato é que Tippo Tip não só ajudou David Livingstone e Cameron em suas explorações, como mais tarde, em 1876, proporcionou facilidades a Stanley, o que

---

⁹⁹ *Lettres de Wissmann*. AE (269), 8/set/1883 [antes de partir para expedição] *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Je me rendrai directement de Loanda-Malange à Lubuku parceque [sic] ce n’est qu’en ce dernier point que je pourrai engager les porteurs nécessaires. Afin de ne pas exciter la méfiance des Portugais et d’éviter le danger de la famine dans le pays des Kalundas, le nombre de porteurs ne pourra pas dépasser trois cents; ils emporteront les quatre cents fusils.

¹⁰⁰ REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Paris: Actes Sud, 2012, p. 51.

garantiu ao viajante descobrir o sistema de navegação da bacia do Congo. Segundo Reybrouck, foi estabelecida entre Tippo Tip e Stanley uma parceria que beneficiava aos dois, pois Tippo Tip e seus homens acompanharam e garantiram segurança a Stanley e seu grupo no caminho que seguia o curso do Lualaba. Tippo Tip ainda intermediou a contratação de carregadores a Stanley. Em contrapartida, os negócios de escravidão gerenciados por Tippo Tip se expandiram até lugares onde ainda não haviam chegado, causando impacto a populações que estavam estabelecidas em plena floresta equatorial, uma vez que as pessoas escravizadas eram levadas para os pontos de comércio no Índico.¹⁰¹

M'Bokolo afirma que as características das ações estabelecidas por esta parceria definiram um tipo de exploração “cruel” e “arcaica” que marcou o período em que o Estado Independente do Congo foi possessão de Leopoldo II.¹⁰² Nesse mesmo sentido, Reybrouck avalia que o grupo coordenado por Tippo Tip impôs um tipo de relacionamento em que “a invasão predominou sobre o comércio, a pilhagem sobre a negociação e as armas de fogo tiveram a última palavra”.¹⁰³

---

¹⁰¹ REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Paris: Actes Sud, 2012, p. 53-60.

¹⁰² M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 505.

¹⁰³ REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Paris: Actes Sud, 2012, p. 51.

O lugar da Conferência de Berlim e a formação do estado Independente do Congo

Ao pensarmos no colonialismo do final do século XIX na África, somos levados ao famoso evento liderado por Otto von Bismarck. Nesse sentido, M'Bokolo afirma que a “Conferência de Berlim é um desses eventos fundadores que muitas vezes são investidos *a posteriori* de uma importância, real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram”.¹⁰⁴ Os principais objetivos da Conferência de Berlim, que durou de 15/11/1884 a 26/02/1885, se resumem basicamente em estabelecer o livre comércio na bacia do Congo, reiterar a liberdade de navegação dos rios Congo e Níger e delimitar regras para que as ocupações futuras nas faixas litorâneas do continente africano pudessem ser consideradas efetivas.¹⁰⁵ “Não havia aí nada de revolucionário”, afirma Brunschwig, e acrescenta: “Não se falava em dividir a África, mas antes assegurar a continuação do livre-cambismo tradicional em suas costas e em seus grandes rios”.¹⁰⁶

De fato, o interesse europeu na exploração comercial do continente africano data de alguns séculos antes e mesmo as formas de estabelecimento político também estavam já iniciadas, mas era a primeira vez que a África era objeto de uma conferência internacional na Europa, sem a presença, no entanto, de nenhuma autoridade africana. Ademais, os processos de delimitação de fronteiras e partilhas do continente africano não se finalizaram com essa conferência, mas adentraram toda a década de 1890 e ainda as primeiras décadas do século XX, permeados por diversos acordos bilaterais entre as potências europeias.

Em seu artigo sobre alguns mitos que se disseminaram no senso comum sobre o continente africano, Wolfgang Döpcke argumenta que, embora a conferência de Berlim tenha sido exaustivamente estudada, ela ainda é profundamente mitificada. Ele acredita que isso tem a ver, em parte, com a “encenação do acontecimento” recorrentemente representado pelos quinze delegados reunidos na residência oficial do anfitrião Bismarck na Wilhemstrasse, “junto a uma mesa em forma de ferradura sob um enorme

---

¹⁰⁴ M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações. Tomo II (do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 358. Foram 14 as potências participantes: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Império Otomano.

¹⁰⁵ Cf. BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 35-36; M'BOKOLO, Elikia. *África negra*. Op. Cit., p. 359.

¹⁰⁶ BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. Op. Cit., p. 35.

mapa do continente africano”.¹⁰⁷ Esta imagem que se perpetuou ao longo dos anos acabou contribuindo por dar à Conferência um significado maior para a colonização da África do que aquele que ela de fato teria tido.

No entanto, ainda segundo Döpcke, a Conferência não ficou sem impacto. Foi responsável por tornar popular a ideia colonial junto à opinião pública e mais do que isso, deu origem ao princípio da “ocupação efetiva” que, no âmbito da Conferência, dizia respeito ao direito de ocupação somente no litoral africano, mas que na prática acabou por estender-se também para o interior do continente. Döpcke explica que antes da Conferência, os acordos feitos com os chefes locais bastavam para a constituição de uma reivindicação territorial. Depois da Conferência, no entanto, tais acordos perderam seu valor, pois a França e a Inglaterra passaram a associar um suposto direito baseado no controle efetivo dos territórios disputados.¹⁰⁸ O princípio da “ocupação efetiva” foi base para várias negociações e tentativas de acordos entre as potências europeias, combinado a uma série de outras “regras” que as várias conjunturas políticas instaurariam. Foi a partir deste princípio que o governo português defendia, por exemplo, o famoso mapa cor de rosa que traria a Portugal a possibilidade de estender seus domínios de costa a costa, isto é, de Angola a Moçambique.

Como num primeiro momento a premissa da “ocupação efetiva” não se aplicava ao interior do continente mas exclusivamente nas regiões litorâneas, isto facilitava a manipulação a favor ou contra determinado Estado. Tanto que alguns meses depois da Conferência, houve um tratado anglo-germânico em 1886 em que se lançava mão de “nova” noção, a da “esfera de influência”, ou seja, o princípio de que um determinado território ou população africana encontrava-se sob influência de uma potência europeia pela frequência e atuação política na área, uma noção pouco precisa, como bem enfatizou Brunschwig: “a esfera de influência não se torna ainda nem explorada nem ocupada; nenhuma autoridade suficiente se exerce aí. Ela é uma caça guardada, cuja exploração se verificará no futuro”.¹⁰⁹ Esta noção é, portanto, ainda mais vaga e sujeita a manipulações conforme o jogo político estabelecido entre as partes, variável de acordo com o grau de capacidade de cada qual em angariar apoio de seus pares.

Foram necessárias muitas horas de negociação e ainda muitos tratados feitos *in loco* para que as delimitações territoriais fossem acertadas entre as potências europeias.

---

¹⁰⁷ DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 82.

¹⁰⁸ DÖPCKE. “A vida longa das linhas retas...” Op. Cit., pp. 84-85.

¹⁰⁹ BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra...* Op. Cit., p. 58.

Conforme nos informa Brunschwig, “folheando-se simplesmente a lista das convenções analisadas na coleção utilizada pelo Foreign Office, *The Map of Africa by Treaty* de Sir E. Hertslet, constata-se, por exemplo, que entre 12 de janeiro de 1869 e 3 de junho de 1907, a Inglaterra firmou trinta tratados de delimitação com Portugal. Houve vinte e cinco entre a Inglaterra e a Alemanha de 29 de abril de 1885 a 11 de junho de 1907, e duzentos e quarenta e nove com a França sobre a África Ocidental e Central, mais quatro que interessavam igualmente a Zanzibar, Marrocos e Egito, entre 28 de junho de 1882 e 25 de fevereiro de 1908”.¹¹⁰ Tudo isso somava-se ao arsenal burocrático, principalmente os tratados firmados pelos representantes europeus com chefes africanos durante suas viagens de exploração e demarcação. Os papéis acumulados por aqueles exploradores ainda representavam para os governos europeus valiosos documentos no jogo de negociações e demarcações territoriais das futuras colônias.

Ao estudar as dinâmicas de colonização da África sub-saariana, Anna Maria Gentili aponta uma tendência de interpretação dos estudos mais recentes acerca da função dos processos de colonização para a manutenção do equilíbrio de forças dos países europeus:

“De acordo com as interpretações de maior crédito, a expansão colonial do final do século teve, em todos os países europeus, um papel importante na política de manutenção do equilíbrio entre as grandes potências europeias e no interior de cada uma delas, na medida em que significou uma transferência deliberada da conflitualidade para cenários periféricos e serviu de meio para reorganizar o consenso tanto das camadas da pequena e média burguesia, a quem a empresa colonial prometia vantagens, como às camadas populares que, de formas várias e em diferentes medidas, passaram a apoiar o imperialismo colonial”.¹¹¹

Assim, segundo Gentili as causas da chamada partilha da África poderiam ser verificadas mais como soluções para questões internas aos países europeus, principalmente no que concerne a problemas econômicos, e menos no jogo de equilíbrios diplomáticos no cenário internacional.

Embora tenha sido no âmbito da Conferência de Berlim que Leopoldo II fizera aprovar as bases para a formação do Estado Independente do Congo, consideramos que o interesse e a inserção belga, ou ainda de Leopoldo II, na região tenha tido origem algumas décadas antes, pelo menos a partir da Conferência de Bruxelas de 1876, que foi

---

¹¹⁰ BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra...* Op. Cit., p. 58.

¹¹¹ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 138.

considerada aqui o ponto de partida para a análise dessa inserção e das bases para a formação do Estado Independente do Congo.

O Estado Independente do Congo e suas dinâmicas

A formação do Estado Independente do Congo tem sido relacionada à vontade pessoal de Leopoldo II em explorar um território e estabelecer nele uma situação colonial. Essa inclinação individual de certo o levou a se informar sobre os caminhos possíveis para efetivação de um domínio, mas é importante salientar que, embora o Parlamento belga não aprovasse a ideia de se ter um colônia naquele momento, acabou por aprovar ao menos dois montantes generosos como empréstimos que serviram a investimentos de Leopoldo II no Estado Independente do Congo. É necessário levar-se em conta primeiramente a conjuntura histórica. Talvez um dos maiores trunfos de Leopoldo II tenha sido o fato da Bélgica não representar na época uma grande ameaça na disputa de poder de grandes potências como Grã-Bretanha e França. A historiografia ressalta, no entanto, as dificuldades enfrentadas por Leopoldo II em relação aos países europeus mais influentes politicamente nesse período, Grã-Bretanha, França, Alemanha e ainda Portugal, que apesar de bastante enfraquecido, tinha alguma vantagem pelo reconhecido e propalado pioneirismo na região.

Ainda após a fundação do Estado Independente do Congo (EIC), os tratados continuaram a ser instrumentos de contato e negociação com as sociedades africanas, mas pelos exemplos que encontramos, o texto passou a ser impresso, com lacunas para preenchimento apenas dos nomes e data. A essa altura, o texto que constava nestes tratados já não sofria tantas variações. O que estava em jogo aí eram as delimitações de algumas fronteiras.

O militar inglês Francis Dhanis, que participou do primeiro grupo de administração central do recém fundado Estado, firmou tratados em 1890, dos quais encontramos 5 exemplos: com os chefes Mounié (Mpouta) M Panzi (chefe de M'Panzi) em 23 de agosto; Muene Kilunda (chefe de Kilunda) em 27 de agosto; Chimwangu (chefe de Lumba Chanou ou Lubuta) em 1 de setembro; N'Sovo (chefe de N'Sovo) em 4 de setembro; Capenda Camulemba (chefe des Schinsche) em 22 de setembro. Nestes tratados Dhanis apresenta-se em nome do Estado Independente do Congo. Os tratados

são pouco extensos, com três cláusulas escritas em apenas uma página, nas quais o foco está na cessão de soberania e território:

Artigo I: *Muene Kilunda* declara em seu próprio nome, em nome de seus vassalos, seus herdeiros e sucessores, ceder em plena propriedade ao Estado Livre do Congo todos os territórios que compõem seus Estados e os direitos soberanos a eles anexados.

Muene Kilunda declara solenemente que esses territórios pertencem a ele e seus vassalos, que ele não paga tributo a nenhum chefe, que ele não depende de nenhum chefe e que, portanto, goza de todos os direitos soberanos sobre o território de *Kilunda*.¹¹²

Por meio da primeira cláusula, o tratado procurava garantir que os chefes tivessem plenos poderes de agir por si só, sem ter vínculo de dependência com quem quer que fosse e que podiam responder também pelos sucessores, vassalos e herdeiros. Dito de outra maneira, era uma tentativa de impedir que houvessem reclamações futuras da parte de sucessores ou herdeiros que não concordassem com o que ficou firmado pelo tratado. A segunda cláusula menciona ter sido “estipulado um preço de venda entre as partes” pelo território e pelos direitos soberanos, mas não informa valores ou produtos utilizados nessa transação. Por fim, a terceira cláusula garantia ao “Rei *Muene Kilunda* e aos nativos estabelecidos nos territórios [...] a propriedade e o uso gratuito das terras que eles cultivam no momento”. Interessante observar que a informação de destaque neste tratado é a de que o chefe é independente e que age por si e por seus vassalos, seria uma forma de garantir que qualquer outra tramitação de acordos entre chefes com representantes de outras nações europeias esbarraria no tratado anteriormente assinado. Oportuno lembrar que as negociações de fronteiras estavam em marcha, principalmente entre Portugal, que reclamava sua primazia em algumas regiões, onde o território do EIC avançava.

No contexto da África Central, especificamente Angola, Isabel Castro Henriques propõe uma análise sobre as perspectivas simbólicas que a terra representa para as populações centro-africanas em oposição ao que significa a terra, ou a apropriação dela, para os europeus. Guardadas as ressalvas de que há variações e dinamismos específicos para cada negociação, parece-nos pertinente reproduzir as observações da autora:

---

¹¹² Papiers DHANIS, Francis (RG 586/49.54 - HA.01.3-210. *Musée Royal de l'Afrique Centrale*, Tervuren. Este documento apresenta a maior parte do texto impresso, com lacunas para preenchimento dos nomes de quem assina, local e a data da assinatura do tratado. (Tratado em anexo)

“A conquista colonial (...) procura transformar-se a terra africana (que integra, não o esqueçamos, o espaço religioso ou sagrado), em simples território europeu, o que expulsa as forças religiosas africanas, operação indispensável à laicização da terra e que precede e autoriza a sua comercialização. Pode dizer-se que encontramos aqui a linha fundamental que separa os africanos dos europeus: para os africanos a terra não é valor de troca, pois **ela não pertence ao grupo senão graças à mediação dos espíritos**; para os europeus a terra só adquire o seu vero sentido comercial a partir do momento em que pode ser apropriada por uma pessoa que, por esta via, a pode propor no mercado. O valor de uso social e simbólico opõe-se neste caso de maneira violenta ao valor de troca”.¹¹³

Partindo desse raciocínio e levando-se em conta os termos em que os tratados foram redigidos e assinados, chama a atenção a grande diferença ou até incompatibilidade dos significados da terra para os africanos e para os europeus. Os tratados de cessão de território tomariam uma conotação absolutamente diversa para os africanos e para os europeus, um diálogo inexistente. Para além do entendimento da língua em si, o que já seria discutível, somava-se o sentido que a terra tinha para os africanos, em essência a terra era dos antepassados e “ela não pertence ao grupo senão graças à mediação dos espíritos”. O fato da terra não apresentar valor comercial para a lógica africana faz pensar que, do ponto de vista econômico ela não tinha valor agregado para estes chefes, isto é, a possibilidade de “investimento” representada por estes tratados só existia para os europeus. Assim, os tratados podiam evidenciar uma negociação política que se mostrava útil no processo de inserção europeia no continente africano, mas não era óbvia a transposição do território como valor comercial.

No conjunto documental produzido por Francis Dhanis encontramos também um *Ato de submissão* [*Acte de soumission*], estabelecido entre ele como representante do Estado Independente do Congo e o chefe N’Guri Akama que, conforme o primeiro artigo, declarava reconhecer “plenamente a autoridade do Estado Livre do Congo e aceitar as leis, para as quais promete obediência”. Embora neste contrato de 5/10/1890 conste (como no tratado) informações a respeito da independência do chefe em relação a outros chefes em seu território, o foco se dá na promessa de submissão ao EIC. Conforme o artigo II:

---

¹¹³ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 11.

Artigo II. A submissão do dito chefe *N'Guri Akama* ao Estado independente é consagrada por sua aceitação da bandeira do Estado e pela entrega de um presente que ele declara ter recebido. [...]

Artigo III. O Estado independente garante ao Chefe *N'Guri Akama* e aos nativos estabelecidos nos territórios referidos no artigo I, **a propriedade e o uso gratuito da terra** que eles cultivam até o momento.¹¹⁴

Parece-nos que o “Ato de submissão” seria uma espécie de contrato de suserania e vassalagem consagrado pela aceitação da bandeira do Estado Independente do Congo e de um presente, elementos que seriam de investidura. Além disso, é de se notar que o ato de submissão não implicaria na transferência da propriedade da terra, continuando a pertencer ao grupo para o cultivo que já era realizado.

O formato deste “ato de submissão” é muito parecido com o do tratado, o que nos leva a avaliar que para as autoridades africanas não havia diferença. Assinar estes contrato em uma solenidade na qual eles recebiam “presentes” continuava a representar uma aliança de amizade, na qual os chefes poderiam receber alguma vantagem, ainda que fosse resumida a uma possível proteção.

Para traçar as fronteiras do Estado Independente do Congo, Leopoldo II colecionou tratados e se munuiu de papéis para convencer os Estados europeus de sua primazia na região, servindo portanto para as várias negociações com os principais países europeus para o reconhecimento do Estado Independente do Congo. Em seu discurso, continuavam presentes os objetivos humanitários, como a proteção dos nativos contra a escravidão “árabe” e o acesso dessa população à “civilização”, por meio de missionários cristãos. O Estado Independente do Congo não era ainda uma colônia belga, mas uma região de exploração de recursos naturais cuja administração era encabeçada por Leopoldo II, que gerenciava a exploração comercial da região, com investimentos dele próprio e de outras fontes privadas.

Para colocar em prática os planos de exploração de recursos no Estado Independente do Congo, bem como desenvolver uma infraestrutura necessária para a viabilização dessa empreitada, houve favorecimento de Companhias Concessionárias. Conforme explica Anna Maria Gentili, a *Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie* construiu a linha férrea de Kinshasa a Matadi e por cada quilômetro construído obteve a concessão de 1425 hectares de território no Congo (somando-se

---

¹¹⁴ Papiers DHANIS, Francis (RG 586/49.54 - HA.01.3-211). *Musée Royal de l'Afrique Centrale*, Tervuren. Acte de Soumission 05/outubro/1890. Este documento também apresenta a maior parte do texto impresso, com lacunas para preenchimento dos nomes de quem assina, local e a data da assinatura do tratado. Imagem do “Ato de Submissão em anexo.

770.000 hectares). Ainda a mesma *Compagnie* foi responsável pela construção de outras duas linhas: do Congo ao lago Tanganica e do rio Kasai à província de Shaba (Katanga), captando como recompensa mais algumas extensões territoriais. Ainda segundo Gentili, em 1891 a *Compagnie du Katanga* obteve o controle da região para desenvolver melhorias, mas teve que enfrentar uma longa resistência por parte dos Yeke de Msiri.¹¹⁵

Dessa forma, seria inaugurado um regime no qual as Companhias concessionárias mantinham um aparelho administrativo capaz de controlar uma determinada área sob sua jurisdição e investir em infraestrutura. Para essa empreitada recebiam do governo do Estado Independente do Congo concessão de terras e exclusividade na exploração de recursos naturais dessa área. Esse regime acabou por caracterizar-se de forma dura e cruel, no qual as populações eram obrigadas a trabalhar não apenas nessas construções de estrada de ferro, como na coleta de marfim ou na própria extração de látex para a produção de borracha.

A região da bacia do Congo, conforme explica M'Bokolo, por ser onde se concentravam elefantes e seringueiras, foi chamada “Congo útil”. Apesar de representar apenas um quarto do total do território, estavam ali as preciosidades, cuja exploração garantia enormes lucros. Não por acaso, em 1892, essa região foi repartida entre três parceiros: a Sociedade Antuerpiana do Comércio no Congo (Anversoise); a Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company (ABIR) e Leopoldo II, cujos interesses comuns eram os lucros advindos com o marfim e a borracha.¹¹⁶

Os investimentos nos negócios do Congo exigiam grandes somas de dinheiro, que Leopoldo II dispôs como principal acionista, tendo retirado parte de sua própria reserva pessoal (11,5 milhões de francos-ouro de 1878 a 1908) e outra grande parte por meio de empréstimos aos cofres do governo belga (25 milhões em 1890 e 6,8 milhões em 1895). Segundo explicou M'Bokolo, para proteger estas companhias do controle do Estado belga, Leopoldo II utilizou de uma manobra que consistiu em transformá-las de “sociedade de direito belga” em “sociedade de direito congolês”.¹¹⁷

Como um dos grandes investimentos iniciais, a construção da estrada de ferro Matadi-Stanley Pool foi inaugurada em 1898, após oito anos de obras realizadas sob a inspeção da *Compagnie Du Chemin de Fer Du Congo*, e representava a parte mais complexa e custosa dos planos idealizados por Stanley que, entre outras frases célebres,

---

¹¹⁵ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 150.

¹¹⁶ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”, Op. Cit., pp. 507-508.

¹¹⁷ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”, op. cit., pp. 507-508.

teria declarado: “Sem uma estrada de ferro, eu não daria pela bacia do Congo nem uma moeda de dois centavos”.¹¹⁸ Por meio desta ferrovia era transportada a borracha até Stanley Pool e de volta, eram trazidos até Matadi os barcos a vapor desmontados em peças maiores do que os carregadores conseguiam levar. Segundo Vellut, a difícil construção desta ferrovia simbolizava progresso e modernidade, trazendo ao Congo a reputação de uma colônia de vanguarda, apesar dos numerosos sacrifícios humanos.¹¹⁹

O padre jesuíta Arthur Vermeersch, no entanto, faz uma análise pouco otimista a respeito desta obra:

Mas a construção da estrada encontrou dificuldades imprevistas, ganhando aspectos de um negócio repleto de relatos desastrosos. Os trabalhadores morriam feito moscas; três anos foram empregados para fazer os primeiros sete quilômetros; e o custo total da linha foi de 75 milhões em vez de 25.¹²⁰

Assim, o projeto não apenas representou um custo três vezes maior que o previsto, como as perdas humanas foram bastante elevadas. Ki-Zerbo apresenta os seguintes números de mortos: 132 brancos e 1800 trabalhadores negros, mas ressalta que tais números foram “tomados muito por baixo”. Para ele, esta construção configurou-se em uma epopeia com “ritmo de marcha fúnebre”.¹²¹

---

¹¹⁸ “Sans un chemin de fer, je ne donnerais pas, pour le bassin du Congo, une pièce de deux sous”. Cf. VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 81.

¹¹⁹ VELLUT, Jean-Luc. “Regards sur le temps colonial”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelles: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’Afrique Centrale, 2005, pp. 12-13.

¹²⁰ VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 81: “Or, la construction de la voie rencontrait des difficultés imprévues, et prenait les apparences d’une affaire sous tous rapports désastreuse. Les ouvriers mouraient comme des mouches; trois ans étaient employés à faire les sept premiers kilomètres; et le coût total de la ligne fut de 75 millions au lieu de 25”.

¹²¹ KI-ZERBO. *História da África Negra*, op. cit., v. 2, p. 141.

Construção da estrada de ferro Matadi-Stanley-Pool (1889-1898)

Fonte: Vellut (2005, p. 12)

Placa comemorativa por ocasião dos 50 anos da construção da estrada de ferro entre Matadi e Leopoldville (1948): “Ici passait la première voie ferrée de Matadi au Stanley Pool. Elle ouvrit le bassin du Congo à la civilisation” = Aqui passou a primeira estrada de ferro de Matadi a Stanley Pool. Ela abriu a Bacia do Congo à civilização.

Fonte: Musée Royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Instalados os primeiros entrepostos comerciais, o principal produto de exploração foi de início o marfim, cuja comercialização já era bastante difundida. Posteriormente, graças ao avanço industrial nas potências centrais, a borracha passou a ser um produto valiosíssimo e seria extraída de forma predatória ao longo de todo o período de existência do EIC. A borracha nativa da África Central provinha de algumas espécies de plantas trepadeiras (*landolphia*) ou de uma árvore (*funtumia elastica*) e para sua extração era necessário subir em grandes árvores.¹²² Para este trabalho, foram recrutados inúmeros africanos, primeiro entre os Bangalas, forçados a trabalhar por horas a fio para dar conta da cota exigida. Houve resistência em maior ou menor grau

¹²² Cf. VOLPER, Serge. *Une histoire des plantes coloniales: du cacao à la vanille*. Versailles: Quae Éditions, 2011, pp. 114-115; COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “L’exploitation du caoutchouc par les compagnies concessionnaires”. In: *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*. Paris: Éditions de EHESS, 2001, tome 2.

por parte das populações, sendo que os Bakuba foram um exemplo de população que conseguiu permanecer em sua própria organização por mais tempo, submetidos ao trabalho com a borracha apenas com a criação da *Compagnie du Kasai* que, instalada na bacia do rio Kasai, foi a agência de borracha das mais lucrativas.¹²³

Além das resistências e conflitos locais, a política colonial do Estado Independente do Congo recebeu inúmeras críticas com repercussão internacional a partir de 1904, feitas por intelectuais e pessoas da imprensa acerca das condições de trabalho e do recrutamento das populações africanas atingidas pelos avanços da política expansionista e exploratória dessa situação colonial. Leopoldo II criou a *Force Publique* destinada para, entre outras atribuições, fiscalizar o trabalho de extração da borracha, cujos soldados foram acusados de empregar métodos violentos e cruéis para obrigar homens recrutados para este ofício. Um dos métodos utilizados era fazer reféns nas aldeias, entre mulheres e crianças, que seriam liberados somente após entregue a quantidade de borracha satisfatória.¹²⁴ O período áureo da borracha se daria a partir de 1890 e quanto mais lucrativa sua extração, mais cruéis se tornavam os métodos para se forçar o trabalho.

Para além destes investimentos, Leopoldo II teria feito uma sondagem cuidadosa, inclusive a respeito do nome que seria dado ao novo Estado. Segundo Isidore Ndaywel è Nziem, em 22 de abril de 1884 Leopoldo refere-se aos “Estados Livres” (*Free States*) em declarações trocadas com os Estados Unidos; mais adiante, em uma convenção na Bélgica em 23 de fevereiro de 1885, utiliza a expressão “Estado Livre” (*l'État libre*), desta vez no singular. Será somente na declaração de neutralidade de 1º de outubro de 1885, após o fim da Conferência de Berlim, que o nome *État Indépendent du Congo* seria fixado.¹²⁵

A construção formal do Estado Independente do Congo situou-se à margem da Conferência de Berlim e ainda nos meses subsequentes ao evento. A fórmula fora inventada por Leopoldo, consciente de que o Congo não poderia ser de imediato uma colônia belga, pois as potências europeias não aceitariam e a opinião pública de seu país

---

¹²³ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 510-513.

¹²⁴ Hochschild cita um documento “sigiloso” distribuído a agentes e postos estatais, em que constam métodos de como se fazer reféns. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 169-177.

¹²⁵ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles; Kinshasa/Gombe; Tervuren: Le Cri; Buku; Musée Royal de l'Afrique Centrale, 2012, p. 296.

não estava preparada para apreciar o projeto. Ndaywel è Nziem afirma que o caso da Libéria como modelo de Estado autônomo teria servido de precedente para a aceitação geral do Estado Independente do Congo.¹²⁶

Como o Estado Independente do Congo não tinha o estatuto oficial de colônia, Leopoldo II tratou de encabeçar sua administração, tornando-se chefe do novo Estado, com plena aprovação da câmara e senado belgas em abril de 1885. Para colocar em prática o governo desse Estado, nomeou três administradores: Van Eetvelde para o departamento de Assuntos Estrangeiros, Van Neuss para o departamento de Finanças e Strauch para o Interior.¹²⁷ Vale lembrar que todas as medidas tomadas, inclusive a estruturação da região, eram sempre tidas a partir dos preceitos maiores de educar e civilizar.

Outra questão importante para a ocupação e administração territorial foi a escolha de uma capital, a partir da qual se organizaria a ocupação do país. Vivi era um local que servia de base para a ocupação territorial desde 1880, mas depois do tratado Brazza/Makoko a margem direita do rio escapou à ocupação leopoldiana em favor da França. Por conta disso, em abril de 1886, a capital mudou de Vivi para Boma e assim permaneceu por 43 anos (1886-1929). Era na capital que se localizava a administração central que em 1887 passou a ser chefiada por um governador geral, representante do rei soberano, contando ainda com a assistência de um inspetor geral, de um secretário e de alguns diretores. Outro decreto de 22 de junho de 1889 criou as funções de vice-governador geral e fixou os serviços de Estado a sete direções administrativas.¹²⁸

Eram 11 as divisões administrativas em 1888, dirigidas por comissários, mas ainda haveria novas mudanças que determinaram por fim, em 1895, quinze distritos (conforme mapa em anexo): Banana, Boma, Matadi, Cataratas, Kwango, Kasai, Lualaba, Stanley Pool, Lago Leopoldo II, Equador, Bangala, Aruwimi, Stanley-Falls, Ubangi, Uélé, sendo que alguns destes ainda eram subdivididos em “zonas”. O número de distritos só variaria novamente em 1910, após o advento do Congo belga em 1908.¹²⁹

A administração do Estado dava-se pelo estabelecimento de postos e estações distribuídos pelos distritos. Em termos estruturais, os percalços trazidos pelo desconhecimento da região também aparecem na documentação. Um relatório referente

---

¹²⁶ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo*, op. cit., p. 296.

¹²⁷ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo*, op. cit., pp. 296-7.

¹²⁸ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo*, op. cit., p. 303.

¹²⁹ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo*, op. cit., p. 304.

ao posto de Katola, de 1904, registrou as dificuldades e os inconvenientes decorrentes de seu desconhecimento:

Do ponto de vista sanitário, a situação do posto é ruim. Ele é cercado por pântanos. O posto foi criado na época da seca, quando este problema não poderia ser percebido por quem o tenha instalado. Na estação chuvosa, só chegamos lá por piroga. Fica no fim do vale do Lulua, trancado em uma curva deste rio. Do ponto de vista da comunicação, é muito longe de Kanda-Kanda em comparação com a distância que o separa de Dilolo. Há 18 dias (96 horas) a pé da Kanda-Kanda para Katola e 8 de Katola para Dilolo.¹³⁰

Primeira cerimônia de bandeira – posto Katola (Dilolo) – loc. (Luluaba Kasai), Katola – provenance: Verdick, 1903

¹³⁰ “Rapport politique du poste de Katola pour septembre”, 17/11/1904 - AI (1375), nov-dez/1904 [doc 6], *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles. “Au point de vue sanitaire, la situation du poste est mauvaise. Il est entouré de marais. Le poste a été créé en saison sèche, l’inconvénient n’a pu se révéler à ceux qui l’ont installé. En saison des pluies, on n’y arrive qu’en pirogue. Il est au fond de la vallée de la Lulua, enfermé dans une boucle de cette rivière. Au point de vue des communications, il est trop loin de Kanda-Kanda comparativement à la distance que le sépare de Dilolo. Il y a 18 jours (96 heures) de marche de Kanda-Kanda à Katola et 8 de Katola à Dilolo”.

A partir desse registro, nota-se a ocorrência de um erro tão primário como a construção de um posto que em boa parte do ano, a depender das chuvas, tornava-se inacessível por pessoas que se arvoravam tecnologicamente superiores, revelando desprezo pelos saberes locais, pois é difícil imaginar que tal erro fosse cometido por quem ali vivia.

Ainda sobre percalços em relação às condições de estações, há um outro registro feito por Stanley na viagem a serviço de Leopoldo II, quando deparou-se com situações não muito animadoras quanto às condições da estação de Vivi, conforme registrou em abril de 1884:

Eu cheguei a Vivi há dois dias, e o que vi me fez mergulhar em uma verdadeira febre de espanto. As construções estão exatamente no mesmo ponto que em 1882, com exceção da casa do contador que é passável. Há aqui vinte e cinco brancos. A nova casa, que custou 29.000 francos está completamente em ruínas, pois nós aplicamos muitos materiais a destinações fúteis, lamentáveis. Juntando-se os materiais que restam daria para construir no máximo uma pequena casa ou cabine de 10m x 50 de extensão..... Na hora do jantar, fiz um sermão para a equipe sobre a desordem lamentável que reinava na estação. Eu disse que vim colocar um pouco de ordem neste caos, antes de dar o comando da expedição ao general Gordon, que não irá considerar indolência e extravagância com mais complacência do que eu.¹³¹

Vivi era ainda a essa altura uma estação sede para as pretensões coloniais na região, chegando a ser inclusive a capital do Estado Independente do Congo por alguns meses, o que é digno de nota já que não se tratava de uma estação secundária, mas de um lugar importante de passagem e instalação das comitivas e associações de Leopoldo II, mas ainda assim encontrava-se em situação lamentável.

Sobre as instalações dos postos, há um relatório do governo geral de 1904 no qual foram registrados 233 postos e estações espalhados pelo território, nos quais 637 europeus ocupavam cargos administrativos, médicos, financeiros, agrícolas ou de justiça. Por estes números chegamos à média de 2,7 europeus por posto ou estação. Este

---

¹³¹ STANLEY, Henry M. *Cinq années au Congo 1879-1884. Voyages – Explorations – Fondation de L'État Libre du Congo*. Traduit de l'anglais par Gérard Harry. Paris: Maurice Dreyfous Éditeurs, s.d. [1886?]. Annexe AN: “Je suis arrivé à Vivi il y a deux jours, et ce que j’y ai vu m’a plongé dans une véritable fièvre d’étonnement. Les constructions sont exactement au même point qu’en 1882. J’en excepte la maison du comptable qui est passable. Il y a ici vingt-cinq blancs. La nouvelle maison qui a coûté 29,000 francs est complètement en ruine. Car on en a appliqué plusieurs pièces à des destinations futiles, pitoyables. En somme les pièces qui restent, ne pourraient plus servir qu’à contruire une petite maison ou cabine de 10^m,50 de longueur..... A l’heure du diner, j’ai adressé un sermon au personnel au sujet du lamentable désordre qui régnait à la station. Je lui ai di que je venais remettre un peu d’ordre dans ce chaos, avant d’abandonner le commandement de l’expédition au général Gordon qui n’envisagera pas l’indolence et la prodigalité avec plus de complaisance que moi”, pp. 627-628.

relatório informa também que “o número de trabalhadores negros vinculados aos diversos serviços dos distritos” variava entre 14 e 15 mil homens.¹³² Entre os funcionários europeus incluíam-se os agentes de Estado, cuja grande maioria era belga, mas também italianos, alemães, escandinavos, ingleses. A estes agentes aconselhava-se que aprendessem os “dialetos indígenas” a fim de

“entrar em relações diretas com os negros, para estudar seus hábitos e costumes, e assim, decidir as medidas a serem empregadas para introduzir e desenvolver, sobretudo, **as nossas ideias de civilização**, ao mesmo tempo aproveitando as habilidades dos negros”.¹³³

Pode-se verificar claramente a ideia de aproximação e conhecimento dos costumes africanos como meio de facilitar o projeto de civilização europeia, sem, no entanto, desprezar-lhes as “habilidades”, ou seja, aquelas que pudessem servir como mão de obra. Nesse sentido, ainda segundo este relatório, optou-se pela instituição das *chefferies indigènes* por meio de um decreto de 1891, o que seria a apropriação de uma estrutura política já pré-estabelecida e a inserção de atribuições por meio delas. Para facilitar a comunicação, o governador geral convocava os “comissários distritais a servirem como intermediários naturais entre a autoridade europeia e os indígenas, para que exerçam seus deveres e responsabilidades de modo a facilitar a ação do governo”. O relatório é bastante explícito quanto às facilidades trazidas pela aproximação das chefaturas:

“as aplicações que foram feitas mostram vantagens no sistema e testemunham uma maior facilidade com que os indígenas alinham-se à nova ordem de coisas, quando esta é personificada, na sua visão, pelo chefe que sempre foi reconhecido como tal. Consta-se que o cumprimento das ordens da autoridade, a obediência às leis, a execução de obrigações legais, tais como o recrutamento militar e o pagamento de impostos, em uma palavra, os princípios de um estado social organizado, são inquestionavelmente mais assimilados pelos nativos sob

---

¹³² “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (1904), IRCB (717), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Le nombre des travailleurs noirs attachés aux divers services des districts varie entre 14.000 et 15.000 hommes”.

¹³³ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (1904), IRCB (717), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Afin que ce personnel devienne chaque jour plus expérimenté, en acquérant progressivement la connaissance du pays, de ses ressources et de ses habitants, il a été spécialement recommandé aux agents d’apprendre les dialectes indigènes – cela leur permet d’entrer en relations directes avec les noirs, d’étudier leurs mœurs et leurs coutumes, et par là même se rendre compte des mesures à employer pour introduire et développer surtout nos idées de civilisation, tout en mettant à profit les aptitudes des noirs”.

a liderança de uma chefatura que por aqueles que se tornaram independentes”.¹³⁴

Assinala-se a partir desse registro a percepção de que o reconhecimento de uma autoridade local como intermediária dos representantes da administração colonial facilitava o acesso ao grupo e mais do que isso, propiciava uma maior cooperação e mesmo uma “obediência” por parte das populações. Esse documento comprova a existência de um modelo de administração indireta, avaliada nesse caso como mais eficaz para os objetivos de exploração colonial, fosse de recrutamento de mão de obra ou de arrecadação de impostos.

Nesse sentido, há ainda outra iniciativa eficaz quanto à intervenção europeia nos arranjos de poder local. Como mostra Hein Vanhee, a distribuição de medalhas de mérito, prática bastante difundida no período em que o Congo foi uma colônia belga, mas que encontra suas origens já em 1889 quando a medalha simbolizava apoio e cooperação para com as diretrizes ditadas por Leopoldo II no Estado Independente do Congo: “Loyauté et Dévouement” marcava o verso da medalha. Segundo Vanhee, neste primeiro momento de negociação quando foram firmados centenas de tratados, é compreensível que Leopoldo contasse com lealdade e devoção. No entanto, em 1891, um decreto redefiniu a medalha como recompensa por serviços prestados, em cujo verso passou a constar “Travail et Progrès”.¹³⁵ Não por acaso, já que o período foi marcado pelo *boom* da borracha nativa e a exploração crescente dos trabalhadores que extraíam a borracha. O apelo então passava a ser econômico: trabalho e progresso, prevalecendo sobre a ideia inicial de lealdade à figura onipresente de Leopoldo II.

Ainda segundo o mesmo autor, em 1903, há registro de um caso de três chefes Mayombe parentados entre si, batizados Paul, Daniel e Thomas que receberam suas medalhas de distinção por sua contribuição no recrutamento de mão de obra para o trabalho de extração de borracha. Esses *chefs médaillés* receberam sua gratificação não só simbólica, como possuíam grandes casas, bem equipadas com móveis ao estilo

---

¹³⁴ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (1904), IRCB (717), p. 8. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Les cas d’application qui en ont été faits montrent cependant les avantages du système et témoignent de la facilité plus grande avec laquelle les indigènes se rallient à l’ordre de choses nouveau lorsqu’il est personnifié à leurs yeux par le chef qu’ils ont de tout temps reconnu pour tel. On constate que le respect des ordres de l’autorité, l’obéissance aux lois, l’exécution des obligations légales, telles que le recrutement militaire et le paiement des impôts, en un mot les principes d’un état social organisé, sont incontestablement plus assimilés par les indigènes relevant d’une chefferie que par ceux qui s’en trouvent indépendants”.

¹³⁵ VANHEE, Hein. “Maîtres et serviteurs. Les *chefs médaillés* dans le Congo colonial”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir) *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’Afrique Centrale, 2005, p. 79.

européu, onde recebiam viajantes em suas estadas. Este caso chegou a tornar-se um processo judicial incitado pela campanha do missionário De Cleene, mas apesar das alegações serem fundamentadas, não houve punição direta aos três *chefs médaillés*.¹³⁶

Nesse sentido, essas medalhas foram utilizadas pelos europeus como estímulo e mesmo premiação a quem se destacasse em meio à população nativa e foram apropriadas pelos africanos como signos de distinção, em uma leitura de mão dupla de significados do mesmo objeto. Compartilhando um pouco das interpretações propostas por Vanhee, nossa hipótese é de que os tratados, tal como as medalhas, também foram muitas vezes utilizados pelos africanos como instrumento de rearranjo de poder.

Neste capítulo buscamos apresentar as formas de inserção europeia no interior da África Central que se intensificaram no final do século XIX e que deram origem ao processo de colonização europeia e de partilha do continente africano. Nesse contexto, as expedições de viajantes ocuparam lugar importante não apenas como base de investigações científicas e geográficas, mas também como meio de estabelecer relações diplomáticas com chefes africanos. Estes contatos eram em geral permeados pelas trocas de presentes e pela assinatura de tratados que compuseram a documentação a partir da qual os governos europeus negociaram seus supostos direitos territoriais na partilha do continente africano.

Foi por meio de negociações e alianças europeias e pela garantia de livre comércio na bacia do Congo aos países europeus que se desenhou o Estado Independente do Congo. No entanto, a delimitação de algumas fronteiras ainda necessitou de acordos que ocorreram após muitas discussões como por exemplo a delimitação da fronteira do Estado Independente do Congo com Angola, bem como a tentativa de controle da circulação de pessoas entre territórios que, ao menos no mapa, eram de domínio de países europeus diferentes.

---

¹³⁶ VANHEE, Hein. *Op. Cit.*, p. 81.

Capítulo 2: Delimitações e negociações do Estado Independente do Congo

“O Estado Independente do Congo tornou-se uma experiência única na história: foi reconhecido antes que suas fronteiras estivessem fixadas, que seu espaço estivesse organizado e sobretudo, que sua população fosse informada do que se passava”.¹³⁷ As palavras de Isidore Ndaywel è Nziem são precisas para pensarmos alguns aspectos da organização daquele Estado. As ações colocadas em prática para a organização do Estado Independente do Congo foram realizadas muito mais externamente ao próprio Estado, isto é, na Europa. Lá foram discutidas e negociadas as medidas a serem tomadas para implementação deste Estado. Os tratados assinados com os chefes africanos, que poderiam ser lidos como tentativas de negociação com a população, tiveram de fato objetivos voltados para os acordos e as alianças europeias.

Os resultados das negociações de fronteira não levaram em conta as situações preexistentes, como por exemplo os impérios Lunda, Luba, Kuba. No entanto, embora as fronteiras tenham sido colocadas à revelia das divisões históricas, políticas ou étnicas dos grupos africanos, e ainda que esta nova organização não tenha tido consulta prévia às autoridades africanas, não podemos acreditar na passividade das populações e atribuir esse momento da história à vontade exclusiva das forças coloniais. Nesse sentido, Isabel Castro Henriques, ao analisar o processo de construção da Angola colonial, indica força e dinamismo às intervenções africanas que interferiram naquilo que seria uma ação colonial portuguesa. Ao indagar-se inclusive sobre o longo e difícil processo de independência de Angola, a autora aponta o que seria um aparente paradoxo, já que “onde se podia pensar ou prever que se desmoronariam as organizações culturais das populações dominadas pelos portugueses, registou-se – mau grado a guerra – a compreensão fulminante da necessidade urgente de reforçar a coesão nacional angolana”.¹³⁸

Em sentido próximo a esta ideia, Isidore Ndaywel è Nziem avalia que, se houve algo positivo no processo de formação do Estado Independente do Congo, apesar de todas as mazelas, foi o fato de ter sido criada no final do século XIX o que o autor chama de “uma identidade cartográfica do Congo”, e que mais tarde, a partir da

---

¹³⁷ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 297.

¹³⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 9.

independência da então colônia belga em 1960, resultou em uma “nacionalidade congoleza”, forjada em um longo processo, cujo “esboço” pode ser verificado, de certa forma, nas diretrizes encaminhadas com a administração colonial.¹³⁹ Para corroborar esta afirmação, o autor apresenta um decreto de 1892 que estipula as normas para uma pessoa ser considerada de “nacionalidade congoleza”:

Art. 1: A nacionalidade congoleza é adquirida pelo nascimento no território do Estado de pais congolezes, por naturalização, pela pressuposição da lei e pela opção.

Art. 5: Uma criança nascida no solo do Estado, de um estrangeiro, pode, no ano que estiver na época de sua maioridade, solicitar a qualidade de Congolês por uma declaração expressa de sua intenção a este respeito. Se a criança estava domiciliada no Congo durante o ano seguinte ao da sua maioridade e durante os três anos após o tempo de sua maioridade e durante os três anos anteriores, a intenção de adquirir a qualidade de Congolês é presumida existente ao final deste termo, exceto quando indicado o contrário.¹⁴⁰

A partir do citado decreto, estava previsto o reconhecimento da nacionalidade dos congolezes muito antes de existir qualquer sentimento de pertencimento a esta grande unidade que seria o Estado do Congo. Esta noção de Estado e de nacionalidade foi uma construção que ocorreu a longo prazo, com intensidade maior durante o processo de independência. A essa altura, a percepção de nacionalidade ou de pertencimento a uma suposta nação ou território não estavam presentes.¹⁴¹

Após o reconhecimento internacional do EIC, a preocupação de Leopoldo II foi ocupar o máximo de terras possível, convencido da eficiência da lei de primeiro ocupante. Além disso, havia a premência de estabelecer um acesso ao mar. A história das fronteiras do Congo aconteceu principalmente em duas etapas: entre 1885 e 1894 e

---

¹³⁹ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 302.

¹⁴⁰ “Décret Royal du 27 décembre 1892”. Apud NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 302.

¹⁴¹ Para esclarecer e historicizar conceitos como “pan-africanismo” e “negritude transnacional”, que emergiram no bojo dos movimentos de independência no continente africano, Manuela Ribeiro Sanches propôs revisitar textos de autores que de alguma forma contriubuíram para formulação desses conceitos. SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012. Outro trabalho importante para pensar a ideia de nacionalismo é o de Benedict Anderson que propõe a tese de que as nações são imaginadas, constituindo-se projeções forjadas coletivamente. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

entre 1910 e 1927. Mais precisamente, entre a Declaração de neutralidade do EIC de 1 de outubro de 1885 e a Declaração complementar de 18 de dezembro de 1894, de uma parte, e a Convenção de 11 de agosto de 1910 com a Alemanha sobre a fronteira com o Tanganica (Tanzânia) e a última Convenção com Portugal de 22 de julho de 1927, de outra parte.¹⁴²

De maneira geral, após 1910, as alterações de fronteiras foram muito pequenas. As negociações aconteceram portanto entre 1885 e 1910, sendo que as delimitações de fronteira a partir das quais este capítulo se desenvolverá refere-se à área que engloba os distritos do Cuango e do Kasai principalmente e que acabaram por merecer atenção dos governos tanto do Estado Independente do Congo, como de Angola ou mais precisamente dos portugueses. Nosso objetivo aqui é mais acompanhar os mecanismos de controle das populações que circulavam ou ainda os casos de pessoas ou grupos que foram inqueridos ou impedidos de circular graças à demarcação fronteiriça. E menos acompanhar as discussões sobre os direitos territoriais que cabiam a Portugal ou ao EIC. As negociações e discussões sobre as delimitações territoriais vão apenas tangenciar nossa análise.

Identities e territórios

“Mas o território não é o mapa”. Foi esta a epígrafe escolhida por Isabel Castro Henriques para iniciar o livro no qual discute a questão do estabelecimento territorial de Angola no contexto do colonialismo português.¹⁴³ Trabalho inspirador a partir do qual, juntamente com análises de outros autores, procuraremos encaminhar algumas questões suscitadas em nosso percurso de pesquisa à documentação concernente ao estabelecimento de fronteiras do Estado Independente do Congo.

A ideia de um território moderno e civilizado justificaria a desconstrução dos símbolos de marcação africanos, mas eles sempre lá estiveram e permaneceram. No entanto, há um esvaziamento simbólico do território para dar acesso a uma marcação “científica” europeia. Conforme analisa Isabel Castro Henriques, “a pretendida cientificidade que preside à elaboração do mapa garantiria pois a legitimidade da

---

¹⁴² NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, pp. 298-299.

¹⁴³ A frase é, na verdade, o título de um livro de autoria do poeta açoriano Eduardo Botelho, conforme HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 11. p. 5

apropriação dos territórios africanos pelas potências europeias”. Ainda seguindo o raciocínio de Henriques, o mapa, como um instrumento supostamente científico, constitui-se em uma ilusão de dominação e controle, no entanto, “o mapa não é o território”, mas um instrumento para a “criação de possessões coloniais”.¹⁴⁴ Ele é um sistema de símbolos que enseja o processo de dominação.

Assim, o desenho do mapa precede um longo trabalho de organização *in loco*. A marcação das linhas divisórias no mapa devem necessariamente ser sucedidas pelo trabalho de marcação natural ou artificial, além daquilo que representa a parte mais difícil, mas fundamental para o processo colonizador: o controle da população, ou ainda sua fixação numa área “permitida” pela administração colonial. Ilídio do Amaral, referindo-se genericamente ao continente africano, afirma que “durante o período colonial os conflitos de fronteiras quase passaram despercebidos”, motivo pelo qual, de acordo com Amaral, muitos autores afirmaram que a ocupação europeia “apaziguara” a África, organizando as populações dentro dos limites dos territórios coloniais. No entanto, ainda segundo o autor, algumas faixas de limite territorial permaneceram mal conhecidas ou simplesmente não foram demarcadas até o fim do regime colonial, principalmente aquelas demarcações que seriam localizadas em locais mais periféricos.¹⁴⁵

Assim, conforme ressalta Amaral, nos lugares onde as atividades coloniais fossem menos frequentes, as populações africanas continuavam suas atividades, “indiferentes à nova ordem” e “de acordo com seus hábitos seculares de vida”. Esse desconhecimento da fronteira por parte das populações e ainda a ausência de demarcações moldaram uma situação que em alguns casos permaneceu inalterada até que os processos de independência dos países africanos fossem iniciados e aí “o respeito pelas fronteiras passou a ter, como é óbvio, lugar proeminente nos sistemas de defesa nacional e de integridade territorial”. Ainda que as linhas fronteiriças não estivessem totalmente presentes, conforme explica o autor, a descolonização resultou nos países independentes que, de maneira geral, tinham seus territórios conforme foram desenhados nas formações coloniais. A existência do estado-nação coexiste à

---

¹⁴⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 32-33.

¹⁴⁵ AMARAL, Ilídio do. “Fronteiras internacionais africanas”. In: *As fronteiras de África* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 20.

“diversidade e multiplicidade étnicas, de grupos com percursos históricos e culturais diferentes”.¹⁴⁶

Embora o território do Estado Independente do Congo tenha sido vasto desde a sua origem, o que faz considerar que a demarcação de fronteiras tenha sido pontual em determinadas regiões, encontramos dezenas de documentos que dão conta de uma tentativa de controle de fronteira sobretudo nos caminhos próximos às estações coloniais. As fronteiras dos distritos Kwango e Kasai, por exemplo, são interessantes para nossa análise primeiro por apresentarem linhas de fronteiras que foram demarcadas em especialm por ter sido essa região alvo de disputas territoriais entre Bélgica e Portugal. Esta disputa gerou não apenas uma demarcação mais cuidadosa, como deu margem a um controle maior por parte das autoridades coloniais. Como resultado, foram gerados dezenas de documentos que são úteis para percebermos não apenas as providências tomadas para coibir movimentações populacionais, como as possíveis medidas punitivas que eram realizadas quando as supostas “regras” eram desobedecidas.

Em seu relatório 1904, o governador geral registrou observações sobre os deslocamentos da população e suas motivações:

Uma questão que tem inquietado o Governo e que venho considerar é sobre o deslocamento de populações. - Sabe-se que as tribos nativas têm uma marcada tendência a mudar facilmente de residência e, por essa razão, as ações administrativas são irrelevantes. - Vemos aldeias que se mudam porque ocorreu uma morte cuja causa é inexplicável – porque um feiticeiro assim ordenou – porque as chuvas foram muito fortes ou a colheita ruim, - ou, finalmente, porque foram constatados casos da doença do sono.¹⁴⁷

Assim, conforme explicitado neste documento, as populações se deslocavam por diversos motivos e os meios de controlar estes deslocamentos eram muitas vezes

---

¹⁴⁶ AMARAL, Ilídio do. “Fronteiras internacionais africanas”. In: *As fronteiras de África* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 21.

¹⁴⁷ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (1904), IRCB (717), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles. “Item IV: Déplacements de populations - Une question qui a été solvante [?] agitée et le Gouvernement vient encore de la soulever, c’est le déplacement des populations. – Il est connu que les tribos natives ont une tendance marquée à changer aisément de résidence et ce pour des raison qui, le plus solvante, ne relèvent nullement de l’action admnistrative.- On voit des villages se déplacer parce qu’il se produit um décès dont les causes sont inexplicquées,- qu’un féticheur en a ainsi ordonné, - que les pluies ont été trop abondantes ou la recolte mauvaise, - ou enfin qu’il a été constate des cas de maladie du sommeil”, p. 12.

ineficazes. Interessante observar que mesmo que fosse por não entender a nova lógica em voga na situação colonial, os deslocamentos eram mantidos de modo a prevalecer uma organização que antecede qualquer outra. Ainda que não fosse de maneira organizada, tais deslocamentos podem ser vistos como formas de resistência, pois seria uma maneira de não acatar uma nova organização espacial.

Por outro lado, havia uma “descoincidência”, para usar a expressão de Isabel Castro Henriques,¹⁴⁸ no que estava registrado no mapa e no que de fato ocorria no território. O mapa se mostra frágil a depender da maneira como se colocam os usos e as práticas no território propriamente dito. Nesse sentido, alguns autores da Geografia humanística propõem análises que colocam o ser humano como “agente da organização de determinada porção da superfície terrestre”, que considera muito mais os elos de ligação entre o homem e o seu espaço. Assim, o espaço passa a ser entendido como elemento reconhecível a partir dos sentimentos e emoções de cada indivíduo ou do grupo humano, conforme explica Meri Lourdes Bezzi, a “integração espacial faz-se mais pela dimensão afetiva que métrica”.¹⁴⁹ O espaço se organiza, portanto, a partir dos elementos de identidade do grupo, ainda que sofra as influências ou pressões externas, mas o sistema de símbolos representado pelo mapa não pode ser entendido como realidade única vivida pelas populações, sem levar em conta sua história e seus vínculos afetivos.

Bezzi defende que a “Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e também nos recortes regionais”. Seguindo esse raciocínio, a tentativa de controlar os deslocamentos populacionais e impor uma regionalização que respondesse às necessidades administrativas da construção do Estado Independente do Congo seriam inúteis, já que a divisão legítima de uma região passaria muito mais pela identidade cultural do que pela imposição de uma divisão administrativa.

Os recorrentes deslocamentos que podem ser percebidos por meio dos documentos nos deixam a percepção de que a noção de pertencimento a um grupo mostra-se legítima e determinante para estes deslocamentos, pois ainda que as

---

¹⁴⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 10.

¹⁴⁹ BEZZI, Meri Lourdes. “Região como foco de identidade cultural”. *Geografia*. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, Vol. 27, Número 1, abril 2002, p. 10.

motivações sejam provocadas muitas vezes por alguma imposição da situação colonial, elas ocorrem em grupo e muitas vezes com o deslocamento inteiro de uma aldeia. Assim, muitas populações se deslocavam e perpassavam as fronteiras porque a identificação cultural ligada ao grupo é mais forte do que a fronteira imposta pelo colonizador.

Por outro lado, há ainda outro aspecto a se considerar: a intensa movimentação e deslocamento das populações dava-se também pela dificuldade em controlar todas as localidades e caminhos possíveis. Nesse sentido, pode-se supor muitos vazios de aparatos de controle fronteiriço. Nesse sentido, as fronteiras eram na prática muito mais permeáveis do que propunha qualquer projeto territorial. Há talvez uma coexistência de concepções de fronteiras, uma colonial e europeia, que buscava inserir a população em uma organização administrativa que estivesse de acordo com o desenho do mapa. Outra é a concepção de “fronteira” africana que na verdade correspondia muito mais a divisões culturais e históricas.

Nesse sentido, a chave para o entendimento de uma “fronteira cultural” africana pode ser encontrada no conceito de “regiões enraizadas” elaborado por Armand Frémont, que explica: “O termo ‘enraizamento’ [...] implica, essencialmente no quadro de civilizações campesinas, [no qual ocorre] um certo tipo de relações entre os homens e os lugares. Os lugares pertencem aos homens e os homens pertencem aos lugares. Daí um modelo de região”.¹⁵⁰ Nesse modelo, há um elo de ligação profunda entre as pessoas e do grupo com o local, de modo que as pessoas

“projetam no espaço os seus valores próprios, concedendo uma importância muito grande à duração (a família, a história), à renovação da vida (a mãe, o solo), à delimitação do patrimônio (a casa, o *finage* e *terroir*). A terra encarna tudo isso. Daqui resulta uma organização do espaço assente no enraizamento, quer dizer, na ligação dos homens à terra, da casa à região. Esta, à sua escala, exprime estes valores”.¹⁵¹

Nesse sentido, as identidades determinavam as regiões, muito mais que qualquer divisão territorial. No entanto, as regionalizações estariam sujeitas a variações colocadas externamente. Nesse sentido, recorro novamente a Bezzi, para quem a região “possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala

---

¹⁵⁰ FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980, pp. 176-177.

¹⁵¹ FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980, p. 178.

particular do espaço... a região é o espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural”.¹⁵²

Assim, as populações teriam seus deslocamentos conectados a uma percepção de espaço que está inserida na noção de identidade e pertencimento a um grupo. Nesse sentido, em um relatório de 1904, o chefe do posto de Katola, Scarambone, queixava-se da saída de uma aldeia inteira da proximidade do posto:

O chef (Kioko) que se encontrava localizado na margem esquerda do Lulua, e que sempre demonstrou especial hostilidade para com o Estado com intenções de guerra, abandonou a região de Katola não ele apenas, mas com todo seu povo, passando o [rio] Kasai e fundou uma nova aldeia na possessão portuguesa. A aldeia a ele pertencente foi muito grande e a região de Katola perde desta forma uma das maiores aldeias Kioko.¹⁵³

Adiante, o chefe do posto registra que esse deslocamento foi motivado pelo oferecimento por parte dos portugueses de produtos de melhor qualidade do que na região do Estado Independente do Congo e que os kiokos (tchokwes) teriam “instinto comercial”. De todo modo, interessante observar que há uma coexistência aqui de duas fronteiras, uma imposta pelas decisões europeias que estabeleceram possessões no continente africano. A outra fronteira seria fluida e determinada pela identificação do grupo que se desloca, mantendo seus elos sociais e fundando uma nova região do outro lado do rio, na possessão portuguesa.

Como muitos outros temas que envolvem o continente africano, a noção de fronteira muitas vezes é vista como uma novidade inserida pelo europeu no contexto do colonialismo. No entanto, conforme afirma Wolfgang Döpcke em seu artigo sobre os mitos de fronteiras na África, a noção de fronteira era absolutamente presente no universo dos africanos muito antes da inserção europeia. Para demonstrar esta ideia, Döpcke dialoga com John Thornton, para quem não só os africanos tinham noção de

---

¹⁵² BEZZI, Meri Lourdes. “Região como foco de identidade cultural”. *Geografia*. Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, Vol. 27, Número 1, abril 2002, p. 12.

¹⁵³ “Rapport politique sur la situation générale du poste. Situations au poste: relations avec les indigènes”, 21/09/1904 – AI (1375). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Le chef (Kioko) qui se trouve sur la rive gauche de la Lulua, et qui a montré toujours une particulière hostilité à l’Etat avec des intentions de guerre, a abandonné la région de Katola non seulement, mais avec tout son monde a passé le Kasai et il est allé fonder un nouveau village dans la possession portugaise. Le village à lui appartenant était assez grand et la région de Katola vient à perdre de cette façon un des plus importants villages kioko”.

fronteira, como costumavam cobrar impostos ou pedágios sobre alguns territórios (para transitar ou cruzar). Em seu dizer:

“O controle político era simbolizado por estes dois poderes, cobrar imposto e fazer justiça, e eles eram definitivamente confinados às fronteiras. Refugiados, às vezes até mesmo aldeias inteiras poderiam escapar da jurisdição de uma autoridade, atravessando um rio ou uma floresta, e os que fugiam da justiça podiam ser abrigados ou extraditados pelas autoridades que também tinham essa consciência”.¹⁵⁴

Nessa mesma direção, Jean-Luc Vellut argumenta que a noção de fronteira na África equatorial é tão antiga quanto a de identidades étnicas e de poderes políticos, sendo que há diferentes “formas de delimitação, inegavelmente precisas e inegavelmente estáveis”. Com a inserção do colonialismo europeu, afirma Vellut, “as novas fronteiras vieram se juntar às antigas fronteiras, trazendo uma concepção de Estados como blocos homogêneos, beneficiando demarcações claras e racionais e evitando emaranhados confusos herdados do passado.” No entanto, ainda segundo Vellut, a transição entre diferentes concepções não se efetuou de maneira rápida. Numa época em que as fronteiras europeias estavam elas mesmas se formando, a cartografia europeia dos séculos XVI e XVII atesta conceitos geopolíticos africanos, fundados sobre fronteiras imprecisas e em superposição.¹⁵⁵

Ilídio Amaral chama a atenção para o fato de que as

“fronteiras políticas e étnicas raramente coincidiram na África pré-colonial. As ambições humanas eram demasiado fortes para permitirem que qualquer povo se mantivesse estático durante longos períodos de tempo. Pelo contrário, os grupos humanos sempre viveram em modificações de vários tipos; eram gerais e importantes os movimentos migratórios de cada grupo no território que sabia pertencer-lhe, e também para os territórios vizinhos onde, uma vez aí chegados, ficavam na situação de estrangeiros, olhados com suspeição. A África do século XIX ostentava uma riqueza muito grande de instituições políticas e sociais, algumas delas em vias de revisão quando o continente foi engolfado pelo colonialismo europeu”.¹⁵⁶

---

¹⁵⁴ Esta argumentação de Thornton foi registrada em um fórum de debates e citada por DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 79. Endereço do fórum, acessado em janeiro/2014: <http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl?trx=vx&list=h-africa&month=9901&week=c&msg=s136uASgvQgLiIpDGHoQzg&user=&pw=>

¹⁵⁵ VELLUT, Jean-Luc (ed). “Angola-Congo. L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893). *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, n° 9, pp. 159-160.

¹⁵⁶ AMARAL, Ilídio do. “Fronteiras internacionais africanas”. In: *As fronteiras de África* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 14

O sentido da afirmação de Amaral poderia ser combinada à ideia de região atrelada à identidade do grupo que se desloca, mas que mantém elos sociais.

Por outro lado, Döpcke afirma que embora não fosse totalmente desconhecida pelos africanos antes da colonização europeia, a fronteira como “linha” não era regra, sendo que as fronteiras pré-coloniais entre as unidades políticas consistiam mais em zonas do que em linhas estreitas. As unidades políticas, fossem elas pequenas chefias ou reinos de grande extensão, seriam cercadas por terras sem dono.¹⁵⁷

Estas terras sem dono, no entanto, tiveram seu destino, quando um decreto de 1889 determinou que as terras devolutas pertenceriam ao Estado. Embora as potências europeias tenham estabelecido na Conferência de Berlim a internacionalização da bacia do Congo, com liberdade de comércio para todos, este decreto contrariava o compromisso internacional. Numa outra perspectiva, este procedimento divergia também, conforme observa Ki-Zerbo, do costume e da regra africanos segundo os quais não há terras vagas.¹⁵⁸ Nesse sentido, em 1906, o padre jesuíta Arthur Vermeersch registrou suas impressões sobre questões que envolviam o colonialismo no Congo, entre as quais denunciou:

“No Congo é errado supor que a terra está vaga. A quem pertence a borracha que cresce na terra ocupada pelos autóctones do Congo? Aos autóctones e a mais ninguém sem o seu consentimento e uma justa compensação. A apropriação das terras pretensamente vagas coloca-nos em presença de uma gigantesca expropriação”.¹⁵⁹

O mesmo Vermeersch pondera mais adiante que as palavras *sans maître* ou *vacants* são elas mesmas inexatas.¹⁶⁰ Em outros termos, a própria imprecisão das expressões “sem proprietário” ou “vagas” para se referir às terras do Congo dão margem às apropriações não só territoriais, como dos produtos dessas terras.

Ki-Zerbo faz as contas e afirma que dos “2.450.000 quilômetros quadrados há 2.420.000 que passam assim para o domínio do Estado ou das sociedades de que ele [Leopoldo II] é um dos beneficiários: a Compagnie du Katanga, a Société Anversoise, a

---

¹⁵⁷ DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 80.

¹⁵⁸ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 3ª ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1999-2002, v. 2, p. 141.

¹⁵⁹ Cf. VERMEERSCH, Arthur, S.J. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906. Apud KI-ZERBO, op. Cit, v. 2, p. 142.

¹⁶⁰ VERMEERSCH. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 119.

Compagnie du Lomami, a Abir (Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company)”.¹⁶¹ Estas eram companhias de comércio, inicialmente com investimento privilegiado na recolha de marfim, produto que a partir de 1896 deu lugar cada vez maior à borracha.

Sobre estas terras considerada sem proprietário que foram colocadas sob o domínio do Estado, que passou então a controlar esta circulação, uma carta do governador geral trata do controle de “êxodos de populações” na região do Kasai e menciona este aspecto:

No que diz respeito ao êxodo coletivo de nativos que deixam sua aldeia onde eles têm o direito de ocupação para instalar-se em terras devolutas, o Estado, na sua qualidade de proprietário destas terras, tem o direito de se opor e forçar os nativos interessados a evacuar suas terras. Se eles se estabeleceram em terras pertencentes a não-nativos, o Estado não pode intervir, já que o direito de despejo pertence tão somente ao dono da terra.¹⁶²

Tratava-se, portanto, de colocar sob novas regras ou mesmo impedir as circulações de pessoas. A situação colonial impunha novas fronteiras cuja demarcação, na maior parte dos casos, ignorava as fronteiras pré-existentes, mas delimitava o território segundo interesses coloniais. Houve ainda um esforço por delimitar os domínios do governo do Estado Independente do Congo e aqueles onde as populações poderiam habitar.

Conforme afirma Vellut, sob uma tradição da geopolítica ocidental da época, era desejável se apoiar o máximo possível sobre marcos naturais, antes de tudo para estabelecer demarcações incontestáveis frente a eventuais concorrentes.¹⁶³ Quando não havia possibilidade de um marco natural, a delimitação das fronteiras apoiava-se em vários acordos bilaterais de países europeus, que entre outros documentos se utilizavam dos tratados, e reivindicavam seus direitos por meio de noções de ocupação efetiva ou esfera de influência.

---

¹⁶¹ KI-ZERBO. *História da África Negra*, op. cit., v. 2, p. 142.

¹⁶² “Lettre du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (14/08/1905), AI (1375), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “En ce qui concerne les exodes collectifs d’indigènes qui quittent leur village sur lequel ils ont un droit d’occupation pour aller s’installer sur des terres vacantes, l’Etat en sa qualité de propriétaire des dites terres a le droit de s’y opposer et d’obliger les indigènes intéressés à évacuer son terrain. Si ceux-ci s’installaient sur des terres appartenant à des non indigènes, l’Etat ne pourrait intervenir le droit d’expulsion n’appartenant qu’ au propriétaire du sol”.

¹⁶³ VELLUT, Jean-Luc (ed). “Angola-Congo. L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893). *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, n° 9, p. 160.

Uma outra exigência foi procurar um melhor conhecimento das políticas econômicas africanas. Ainda segundo Vellut, “este trabalho de inventário, longo e exigente, deu origem a uma cartografia rica em informações, não somente sobre as aspirações europeias, mas também sobre o mundo complexo das fronteiras africanas e em particular sobre as superposições incertas entre poderes políticos e comunidades culturais. Os mapas da época testemunharam apenas programas de dominação mas ao mesmo tempo, o progresso de conhecimentos e da transmissão escrita do domínio de saberes orais africanos”.¹⁶⁴

Ainda sobre as fronteiras pré-coloniais africanas, Döpcke afirma que as fronteiras não eram étnicas, mas políticas. Em uma delimitação política havia vários grupos étnicos, que podiam definir uma hierarquia interna, mas não uma divisão política. Para demonstrar essa tese, o autor cita grandes Estados como Ashanti e Songhai: “as fronteiras dos grandes Estados ou impérios nunca englobaram apenas uma etnia, língua ou grupo cultural. Eram máquinas de integração de grupos, sociedades, chefias de diversas origens, tradições, línguas etc”.¹⁶⁵ Os grandes Estados, como Ashanti e Songhai, afirma Döpcke, “integravam grupos diferentes em termos de descendência, cultura, língua etc. A etnicidade poderia ter tido uma certa importância, mas não para definir a ‘identidade’ do Estado, que era definida politicamente, e sim para estruturar a hierarquia interna”.¹⁶⁶

No entanto, o próprio Döpcke afirma adiante que muitas fronteiras foram responsáveis por dividir um grupo étnico. Ou seja, se a unidade política não era necessariamente determinada pela etnia, mas uma unidade política podia englobar vários grupos étnicos, por outro lado, um grupo étnico também podia estar dividido por uma fronteira colonial.

Na documentação a qual tivemos acesso, encontramos vários exemplos de fontes que tratam da questão do “êxodo de populações”. É interessante rastrear, sempre que possível, os motivos alegados para este deslocamento para entendermos se poderia tratar-se de algum tipo de resistência à política colonial, seja ela por meio de uma objeção pontual, ou simplesmente rastrear uma estratégia ou forma de organização.

---

¹⁶⁴ VELLUT, Jean-Luc (ed). “Angola-Congo. L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893). *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, n° 9, p. 160.

¹⁶⁵ DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 81.

¹⁶⁶ DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 81.

Nesse sentido, em um relatório mensal feito pelo chefe do setor Alto-Luapula, no distrito do Katanga, há o seguinte registro:

Durante sua última viagem, o chefe do posto percebeu que muitos nativos da Rodésia tinham se estabelecido em nosso território para evitar o aumento do “imposto-palhota”. Eu recomendo a este chefe de posto a fazer o mais rápido que puder os inquéritos prescritos sobre essas instalações e identificar todos esses recém-chegados. 1 branco, 21 soldados.¹⁶⁷

Nesse documento, há menção de uma oposição pontual, o “imposto-palhota” que resultou no deslocamento deste grupo. Este fator permitiu a diversos grupos fugirem de uma ou de outra presença colonial. Não há intenção de forçar o retorno destas pessoas, mas de abrir um inquérito, possivelmente para se ter documentado o fato para futuras implicações, por exemplo com a Rodésia.

O controle do deslocamento era de fato limitado pela própria dificuldade em controlar tão vasto território, sendo impossível dada a estrutura de pessoal da época. Por outro lado, as constantes circulações de pessoas de um território a outro só podem ser entendidas na permanência de um código social próprio destas populações que é anterior à colonização e que tem sentido com a história e a identidade desses grupos.

As negociações europeias e sua repercussão no Estado Independente do Congo

Em 1876, a Conferência Geográfica de Bruxelas, convocada por Leopoldo II da Bélgica, embora tivesse um tom “científico e internacional”, deixou Portugal de fora, participando do encontro representantes da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Áustria-Hungria, da Rússia, além da Bélgica. O fato de Portugal não ser convidado deixou resabiados os portugueses interessados na África. De sua parte, Portugal fundava naquele mesmo ano a Comissão Central Permanente de Geografia, substituída pela Sociedade de Geografia de Lisboa pouco tempo depois, que funcionava de forma

---

¹⁶⁷ “Rapport mensuel sur la situation du secteur du Haut-Luapula, Comité Spécial du Katanga” (novembro/1906) - Annexé au N° sp. 3108 du 31 janvier 1907. AI (1375), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “Pendant son dernier voyage, le Chef de poste a pu remarquer que beaucoup d’indigènes de la Rhodésie étaient venus s’installer sur notre territoire pour se soustraire au paiement de la hut-tax majorée. Je recommande à ce chef de poste de faire dès qu’il le pourra les enquêtes prescrites au sujet de ces installations et de recenser tous ces nouveaux venus. 1 blanc, 21 soldats”.

autônoma ao governo português. “Esta última iria esforçar-se por integrar o País no movimento geográfico contemporâneo”.¹⁶⁸

Portugal mantinha postos de comércio e estava presente há muito no continente africano, mas especialmente no interior do continente, os “potentados” ou reinos mantinham-se independentes, como foi o caso da Lunda. Tal como as comissões formadas na Conferência Geográfica de Bruxelas em 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa se empenhava em espalhar estações civilizadoras, conjuntamente às missões religiosas. Em 1883, tinha início o projeto do “domínio português em África”, representado mais tarde pelo famoso mapa cor de rosa (desenhado em 1886), que ambicionava estender o domínio português em uma faixa que se estendia de Angola a Moçambique, atravessando todo o interior. Tratava-se da província “Angolomoçambicana” de costa a costa. O desafio era “impedir que entre Angola e Moçambique se intercalasse o domínio de outra nação europeia que, expandindo-se, empurrasse os portugueses para as regiões menos colonizáveis do litoral”.¹⁶⁹

Para colocar em prática esse ambicioso projeto foram iniciados os trabalhos de grandes expedições como a de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto e ainda Henrique Dias de Carvalho. Conforme Madeira Santos, “Capelo e Ivens cruzavam a África de Angola a Moçambique. Serpa Pinto e Augusto Cardoso exploravam a Norte de Moçambique, tendo o segundo atingido o Niassa. Henrique de Carvalho percorria a Lunda até ao Muatiânvua”.¹⁷⁰

O fim da Conferência de Berlim acelerou ainda mais o ritmo das negociações e as investidas às regiões da África Central. A ilusão de que os portugueses tinham “direitos históricos” havia caído por terra. Tratava-se de um jogo mais complexo e para o qual as potências europeias estavam bastante empenhadas. Para colocar em prática seu

---

¹⁶⁸ SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 23.

¹⁶⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 24-30.

¹⁷⁰ SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 24-25.

projeto de domínio Portugal tinha que negociar com a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica.¹⁷¹

Uma questão que teria início nesse momento é a definição da fronteira que separa Angola do Estado Independente do Congo, aquela que ficou conhecida como a “questão da Lunda”. Essa negociação que se fez necessária por conta principalmente de interpretações diferentes sobre a mesma regra: fronteira sul do Estado Independente do Congo e norte de Angola. Conforme Maria Emília Madeira Santos, “Henrique de Carvalho não regressara ainda da sua viagem ao Muatiânvua e daí que o Estado da Lunda ficasse fora do Mapa Cor-de-Rosa, para leste do Cuango”.¹⁷² Esta área em branco traria grandes questões diplomáticas para Portugal. O tenente Sarmento, chefe das expedições portuguesas à Lunda em 1890, no bojo das discussões sobre o direito daquele território, encontrou o tenente belga Dhanis nos territórios de *Mona Samba*, sendo que o belga teria pedido licença para acampar na margem esquerda do *Camissanga*, a 300 metros de estação portuguesa *Costa e Silva* (expedição Henrique de Carvalho). Tendo o tenente Dhanis arvorado a bandeira estrelada protestando contra o “facto de estar arvorada n’aquella zona a bandeira portuguesa, a este protesto o chefe portuguez respondeu alegando”: Daí em diante ele elenca alguns direitos adquiridos:

“O tenente Dhanis entendeu depois mostrar-me o nosso celebre mapa cor de rosa, para me convencer que o governo portuguez tanto reconhecia que o Estado do Muantinvua não era da esphera de influencia de Portugal que estava em branco e como pelo tratado de 14 de fevereiro de 1885 o rio Cuango era o limite que separava a possessão portuguesa do estado Independente, razão porque no cumprimento da sua missão me apresentára o protesto para que os governos dos dois Estados resolvessem a pendencia. Mostrou-me ainda elle o seu itinerário, marginando o Cuango, e os régulos já sujeitos ao Estado Independente pelas suas vassalagens, mas mal imaginava elle que um dos sobas, a que intitolou de rei Anzovo, a quem deu um papel a que chamava, m’o havia já entregue, porque elle era súbdito de Muene Puto e nada queria com os inguerезes. Os tratados do Estado Independente são feitos e entregues aos sóbas sem consciencia do

---

¹⁷¹ SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 25.

¹⁷² SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 31.

que recebem, porque não sabem lêr, nem teem quem os leia por serem escriptos em francez, e o meu amigo sabe que por estes sítios só é conhecida a língua portuguesa. Muitos régulos sabendo que aquella expedição não é de Muene Puto, teem mesmo feito devolver os papeis”.¹⁷³

Para além das medições, negociações e interpretações, é interessante notar os discursos de “direito adquirido” por assim dizer. Os portugueses já haviam estabelecido acordos de amizade com os sobas da Lunda, o que lhes conferia uma certa primazia. Além disso, o documento acima aponta sinais de que a presença dos portugueses e consequentemente seus direitos na região podem ser percebidos pelo fato de na Lunda o monarca português ser chamado de *Muene Puto*, o que lhe conferia título de respeito perante os outros sobas, a ponto destes “devolverem os papeis” (ou seja os tratados) quando perceberam que os representantes não eram enviados do *Muene Puto*. Outro detalhe digno de nota é a observação de que os tratados escritos em francês e não em português não poderiam ter legitimidade já que a língua portuguesa seria a única conhecida na região.

Nossa análise privilegia os distritos do Kwango e do Kasai (ver mapa em anexo). especificamente as questões que envolvam as fronteiras do Estado Independente do Congo com Angola, principalmente com o objetivo de perceber como as populações africanas lidavam com as medidas de controle de fronteiras. Houve, pelo menos a partir de 1887, vasta documentação produzida por conta das questões de interesses políticos de Portugal, Inglaterra e Bélgica nessa região. Portugal se empenhava em fazer valer seu projeto ambicioso de cruzar no sentido horizontal o continente africano de costa a costa (Angola a Moçambique), apresentado por meio do famoso mapa cor de rosa. De seu lado, a Inglaterra, que também ambicionava cruzar a África no sentido vertical, exigia de Portugal uma “ocupação efetiva” para iniciar qualquer tipo de negociação. Conforme Vellut, restou a Portugal investir em expedições e ao mesmo tempo, procurar apoio diplomático contra as ambições inglesas em direção ao norte e que atrapalhavam o desenho do mapa cor de rosa.¹⁷⁴ Ainda segundo o autor, “estes diferentes projetos não aconteciam sem impor arbitragens com outras potências ávidas de plantar sua bandeira

---

¹⁷³ Jornal *Commercio de Portugal*, Lisboa, 27 novembro 1890.

¹⁷⁴ VELLUT, Jean-Luc (ed). “Angola-Congo. L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893). *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, n° 9, p. 167.

na África”.¹⁷⁵ Para essa longa negociação, as potências europeias lançavam mão de princípios ora de “esferas de influência”, ora de “ocupação efetiva”.¹⁷⁶

Em sua segunda expedição pela África entre 1883 e 1885, o militar Hermann von Wissmann, que representava a Associação Internacional do Congo e portanto estava a serviço de Leopoldo II, contou com os auxílios de uma equipe composta por Ludwig Wolf como medico e antropólogo, Franz Muller como meteorologista e fotógrafo, Hans Muller como zoólogo e botânico e o militar Curt von François que se ocupou com atividades geográficas.¹⁷⁷ A estada do grupo na região que foi denominada mais tarde como distrito do Kasai fora palco de negociações entre Wissmann e o chefe luba Kalamba Moukenge em 1884. A partir dessa relação, Wissmann apropriou-se de uma área para fundar a estação de Luluaburgo próximo ao curso do rio Lulua e lá deixou, a seu ver, uma estação com “sólida base de operações”.

Em 10 de novembro cheguei com a primeira parte da minha expedição a Loubouku na residência do Kalamba Moukenge; eu encontrei rapidamente, a um dia de caminhada a partir deste lugar, um local adequado para uma estação e encaminhei [...] as quatro caravanas para esta estação. [...] A estação está localizada em uma montanha com vista para a área circundante, na margem esquerda do magnífico rio Lulua e por essa situação, lembra uma fortaleza comandando o curso do rio. É por isso que eu me permiti dar o nome de *Louloua-Bourg* a esta estação, esperando que VM aprove.

A situação política da estação é extremamente vantajosa, uma vez que ela se localiza na fronteira norte do pequeno reino de Louboukou e tem como vizinhos do outro lado do [rio] Louloua a tribo dos Bena Moukangala que formam uma reunião de aldeias independentes, cuja posição estratégica e tática é boa e que sobre o Louloua não pode haver (devido a muitas corredeiras) uma passagem independente para pequenas embarcações.¹⁷⁸

---

¹⁷⁵ VELLUT, Jean-Luc (ed). “Angola-Congo. L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893), op. cit., p. 167.

¹⁷⁶ Estes princípios foram trazidos na obra de BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

¹⁷⁷ Cf. HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 31.

¹⁷⁸ “Lettre Wissmann a Leopold II”, 1/12/1884, AE (269), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Le 10 Novembre j’arrivais avec la 1^e partie de mon expédition à Loubouku la résidence du Kalamba Monkonge; j’eus trouvé bien vite, à une journée de marche de cet endroit, une place convenable pour une station et je dirigeai [...] les quatre caravanes vers cette station. [...] La station

Wissmann demorou-se mais tempo nessa localidade e considerou ter encontrado ali uma área promissora para “estabelecer uma sólida base de operações”, favorecida não apenas pelas características geográficas, como por facilidades políticas, já que ele considerava ter estabelecido uma parceria com o chefe luba Kalamba Moukenge, para a qual estava disposto a investir energias e tempo.

Isaacman e Vansina chamam a atenção para uma peculiaridade que se mostrou recorrente nas negociações entre europeus e chefes africanos, isto é, os administradores coloniais souberam usar de forma muito eficiente e frequente as desavenças ou conflitos entre as populações para favorecer interesses coloniais. Segundo os autores, “as rivalidades africanas permitiram aos administradores coloniais, “dividir para reinar”, estratégia em que davam mostras de consumada arte. Os anais do combate pela preservação da independência e da soberania africanas estão repletos de exemplos de africanos que, não contentes por se terem submetido, ainda ajudaram as potências coloniais, a fim de se vingar de abusos cometidos outrora por vizinhos”.¹⁷⁹

Nesse sentido, Wissmann estabelece uma clara negociação com o chefe luba, contando com grupos de pessoas subjugadas pelo chefe para servirem de carregadores. Ao mesmo tempo, o militar alemão registra a necessidade em salvaguardar a defesa da área kuba contra possíveis ataques durante o período em que estiver ausente.

Em resposta à carta de Wissmann de 1 de dezembro de 1884, Leopoldo II fez registrar sua satisfação:

Recebemos com satisfação a notícia da fundação da estação que você estabeleceu sobre o [rio] Louloua e aprovamos o nome de Loulouabourg que você lhe deu. Nós já informamos o Senhor Francis de Winton, o nosso Administrador-Geral no Congo, sobre os seus movimentos e seus projetos, recomendando vivamente de dar ordens para que o chefe Kalemba e seus homens recebam o

---

se trouve placée sur une montagne dominant les environs, sur la rive gauche de la magnifique rivière Louloua et rappelle par sa situation une forteresse commandant le cours de la rivière. C’est pourquoi je me suis permis de donner le nom de Louloua-Bourg à cette station espérant que VM voudra bien m’approuver. La situation politique de la station est excessivement avantageuse, puisqu’elle se trouve sur la frontière Nord du petit royaume de Louboukou et ayant comme voisins de l’autre côté du Louloua la tribu des Bena Moukangala habitant une réunion de villages indépendants, et que la position stratégique et tactique est bonne et que sur la Louloua il ne peut y avoir (par suite de nombreux rapides) un passage indépendant pour de petits bateaux”.

¹⁷⁹ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011, p. 202.

melhor acolhimento em todos os nossos estabelecimentos no Congo.¹⁸⁰

Wissmann registra bastante confiança, embora ainda considere necessária cautela com qualquer gesto que possa provocar desconfianças:

Este último [Ten. François] desce o [rio] Louloua neste momento para chegar aqui com três canoas que eu recebi de presente do Dsihingenge o primeiro vice-rei do Mukenge. Para o que diz respeito ao objetivo principal, o Kasai até sua embocadura, Kalamba Mukenge e seu primeiro vassalo Dshingenge estão empenhados em me acompanhar com 200 homens. Se esses chefes ainda não foram pagos, isso é por minha causa, mas eles se comprometeram formalmente pelo costume que existe aqui como juramento, de beber kigila. É óbvio que essas pessoas não permanecem a serviço da Associação, mas deverão se voltar aos seus senhores. Qualquer precipitação pode provocar desconfiança, que seria uma falha com este povo tão disposto a receber a civilização. Entretanto, as pessoas têm confiança em minha palavra, não tendo ainda sido enganados por “negociantes” brancos. Se nós pudermos aumentar a sua confiança, essas pessoas poderão ser empregadas em qualquer serviço. Se, no anseio dessas pessoas, uma comunicação por barco a vapor for estabelecida com os brancos, ou seja, com estações no Congo, nós encontraremos facilmente pessoas dispostas a trabalhar no Congo, e por um valor tão baixo quanto o que eu dou atualmente.¹⁸¹

Assim, Wissmann tem certeza de que todo contato feito neste momento de forma a não desapontar as relações de amizade estabelecidas garantirão uma “cooperação” positiva num futuro próximo. Essa cooperação se daria na verdade por meio da

---

¹⁸⁰ Carta em nome de Leopoldo II, 3/06/1885. AE (269), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas. “Nous avons appris avec satisfaction la foundation de la station que vous avez établie sur le Louloua et nous approuvons le nom de Loulouabourg que vous lui avez donné. Nous avons informe Sir Francis de Winton, notre Administrateurs-Général au Congo, de vos mouvements et de vos projets en lui recommandant vivement de donner des ordres pour que le chef Kalembe et ses hommes reçoivent le meilleur accueil dans tous nos établissements du Congo”.

¹⁸¹ “Lettre Wissmann a Leopold II”, 1/12/1884, AE (269), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas. “Ce dernier [lieutt. François] descend le Louloua en ce moment pour ce rendre ici avec trois canots que j’ai reçus en présent de Dsihingenge le premier vice roi de Mukenge. Pour ce qui regarde l’objectif principal, le Kassai jusqu’à son embouchure, Kalamba Mukenge et son premier vassal Dsihingenge s’est engagé à m’accompagner avec 200 hommes. Si ces chefs ne sont pas encore payés, cela tient à moi, mais ils se sont formellement engagés par la coutume qui existe ici comme serment, de boire du kigila. Il va de soi que ces gens ne restent pas au service de l’Association, mais qu’ils devront faire retour à leurs seigneurs. Toute précipitation pourrait provoquer la défiance et amener un échec avec ce peuple si bien disposé à recevoir la civilisation. En attendant les gens ont toute confiance en ma parole, n’ayant pas encore été trompés par les traitants blancs. Si on parvient à accroître leur confiance, ces gens pourront être employés à tout service. Si, selon l’ardent désir de ces gens, une communication par bateaux à vapeurs s’établit avec les blancs, c.a.d. avec les stations du Congo, on trouvera aisément des gens disposés à travailler au Congo, et à aussi bas prix que celui que je donne actuellement.

exploração do trabalho “por um valor tão baixo” quanto o que ele oferecia. Suas aspirações estariam muito além do estabelecimento do posto de serviço.

Antes de continuar sua viagem em direção às fronteiras orientais, Wissmann anunciava que o tenente Muller encabeçaria o controle da estação Luluaburg. Para agir nessa mesma região, Wissmann planejava enviar Ludwig Wolf em direção ao norte (do Kassai para Sankurru) “para visitar o poderoso rei do reino de Bakuba”, sobre o qual Wissmann informava:

Ele se chama Lukengo e o Dr. [Wolff] vai se concentrar em fazer negociações com ele favoráveis à minha missão. Quando o último Lukengo morreu, 2000 homens foram sacrificados no seu túmulo. Demora cerca de 7 dias para caminhar ao redor da residência de Lukengo e várias fábulas desse gênero dão uma ideia do poder desse potentado.¹⁸²

As informações e histórias que circulavam em relação a determinado chefe ou população eram de fato ouvidas com atenção, já que podiam trazer pistas que ajudariam em um futuro contato. Mais adiante Wissmann ainda registraria que se o Kalamba Mukenge for bem recebido nas estações do Congo, ele “se deixará influenciar mais facilmente, ou seja, se colocará sob o protetorado da bandeira da Associação, o que significa que a maioria das tribos do Tuchilange seguirá o seu exemplo se nós voltarmos com uma força suficiente”.¹⁸³

---

¹⁸² “Lettre Wissmann a Leopold II”, 1/12/1884, AE (269), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Dans quelques jours j’enverrai le Dr. Wolf vers le Nord afin de rendre visite au puissant Roi du royaume de Bakouba (du Kassai jusqu’au Sankurru). Il s’appelle Lukengo, et le Dr. s’attachera à nomer avec lui des négociations favorables à ma mission. Quand le dernier Lukengo mourut, 2000 hommes furent sacrifiés sur sa tombe. Il faut environ 7 jour de marche pour faire le tour de la résidence de Lukengo, et plusieurs fables de ce genre donnent une idée de la puissance de ce potentat”.

¹⁸³ “Lettre Wissmann a Leopold II”, 1/12/1884, AE (269), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Avant tout j’espère que Kalamba Mukenge bien reçu dans les stations du Congo se laissera plus facilement influencer c.à.d. [c’est à dire] qu’il se mettra sous le protectorat du drapeau de l’Ass.^{on} c’est à dire que la plus grande partie des tribus du Tuchilange suivra son exemple si nous revenons avec une force suffisante”.

Uma “entrevue” com um chefe “indígena” em Kasongo-Lunda – loc. Kwango, (sem data)
 fonte: Musée Royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Passagem do Dunbo (Dilolo) - loc. Lulua – provenance Verhaevert, sem data
 fonte: Musée royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Voltando à questão do controle de fronteiras, um relatório anual do comissário de distrito registrava essa preocupação, mesmo tendo relatado inicialmente uma situação de tranquilidade nos aspectos do avanço colonial na região do Kasai:

O evento mais significativo do ano consiste na ocupação pacífica dos territórios do Sul do distrito, onde foram fundados o posto fronteiriço do Lago Dilolo e o posto intermediário de Katola. [...]. Embora contando apenas com duas estações intermediárias (Katola e Kanda-Kanda), localizadas, respectivamente a distâncias relativamente grandes das outras estações do distrito, o caminho para Dilolo apresenta plena segurança. Caravanas e mensageiros isolados estão circulando calmamente. [...] Sem voltar às principais consequências resultantes da ocupação do Sul sob o ponto de vista do comércio de escravos, e em relação à extensão da autoridade do Estado, consequências que foram consideradas e tratadas pelos meus antecessores, é preciso trazer a atenção do pessoal do Sul sobre a questão comercial, a passagem por duas caravanas de comerciantes portugueses pelo posto do Dilolo, onde vieram para colocarem-se em boa posição com as leis do estado, mostra a importância que esses traficantes anexam aos recursos do país e destaca a urgência de monitoramento da fronteira, porque ainda há muitos casos de fraude a partir do sul em direção a leste. [...] Em resumo, os incidentes em questão podem ser considerados encerrados, a presença de um agente do Estado em Luebo impedirá a recorrência [de outros episódios] e fará renascer a paz entre as populações Bachilele.¹⁸⁴

De início, é importante destacar a preocupação com as fronteiras ao sul do distrito do Kasai e portanto, com Angola. Em consequência, o controle sobre o comércio que circulava em direção a Angola, que segundo consta, era falho. Por outro lado, o relatório traz informações sobre uma ocorrência de ataques que, embora não tenham sido detalhados, davam conta de envolvimento das populações Bachilele.

---

¹⁸⁴ “RAPPORT ANNUEL sur une situation générale du district du LUALABA-KASAI au 31 décembre 1903”, IRCB (717), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles. “L’évènement le plus marquant de l’année consiste dans l’occupation pacifique des territoires du Sud du district, où ont été fondés le poste frontière du lac Dilolo et le poste intermédiaire de Katola. [...] Quoique ne s’appuyant que sur deux postes intermédiaires (Katola et Kanda-Kanda) situés respectivement à des distances relativement grandes des autres postes du district, cette route vers Dilolo présente la sécurité la plus parfaite. Les caravanes et les courriers isolés y circulent paisiblement. [...] Sans revenir sur les grandes conséquences qui résulteront de cette occupation du Sud au point de vue de la traite des esclaves, et relativement à l’extension de l’autorité de l’Etat, conséquences qui ont été envisagées et traitées par mes prédécesseurs, il y a lieu aujourd’hui de porter l’attention du personnel du Sud sur la question commerciale, passage de deux caravanes de commerçants portugais par le poste du Dilolo, où elles venaient se mettre en règle vis à vis des lois de l’Etat, montre l’importante que ces trafiquants attachent aux ressources du pays et fait ressortir l’urgence qu’il y a de surveiller la frontière car la fraude a encore de nombreuses issues le Sud vers l’Est. [...] En résumé les incidents en question peuvent être considérés comme clos, la présence d’un agent de l’Etat à Luebo empêchera qu’ils se reproduisent et fera renaître le calme chez les populations Bachilele”.

Nesse sentido, encontramos uma longa discussão sobre as delimitações territoriais implantadas e ao mesmo tempo, o direito de ir e vir dos nativos no sentido de que, se há um consenso de que os objetivos da colonização eram humanitários e civilizadores, e que, portanto, a escravidão era absolutamente interdita, como se faz então o controle das pessoas que circulavam por aqueles territórios? Como fazer valer o estabelecimento de fronteiras e a soberania naqueles territórios? Foi neste sentido a preocupação presente na carta recebida pelo secretário geral em dezembro de 1904.

Sem dúvida, como apresentado pelo projeto de decreto, a proibição do movimento das aldeias sem autorização prévia, parece uma violação da liberdade dos nativos. Em minha opinião, seria conveniente para melhor embasar esta proibição, de se ter em conta que os nativos não podem ocupar, sem autorização, terras pertencentes ao Estado.

Parece possível encontrar uma formulação que, tendo em conta esse sério argumento, visaria os deslocamentos das aldeias.¹⁸⁵

Conforme explicitado neste documento acima, o controle dos movimentos estaria condicionado à ocupação das terras pela administração do Estado Independente do Congo. O autor da carta reconhecia, portanto, uma brecha na regulamentação que poderia resultar em acusações contra a administração do EIC, sugerindo então alterar o sentido da redação, ou seja, em vez de constar “controle de deslocamento”, inferir “controle de ocupação das terras que pertenciam ao Estado”, o que compreendia a maior parte do território. O documento de 1904 segue avaliando o projeto de decreto anexado à carta, trazendo o seguinte comentário:

O artigo 3º prevê que “em caso de dificuldades internas” as aldeias podem ser obrigadas a voltar para as suas instalações primitivas ou a ocupar qualquer outro território que lhes seja indicado. Em minha opinião, esta restrição relativa aos direitos do Estado não deveria ser admitida, e toda população que ocupasse ilegalmente as terras pertencentes ao Estado, deveria ser notificada a reintegrar seus antigos estabelecimentos, ou qualquer outro designado pela autoridade competente.¹⁸⁶

---

¹⁸⁵ Carta e projeto de decreto anexo, dezembro/1904, AI (1375). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Sans doute, présentée telle qu’elle l’est par le projet de décret, l’interdiction du déplacement des villages sans autorisation préalable, semble une atteinte à la liberté des indigènes. A mon avis, il conviendrait pour motiver mieux cette interdiction, de faire entrer en ligne de compte que les indigènes ne peuvent occuper, sans autorisation, des terres appartenant à l’Etat. Il semble possible de trouver une rédaction qui, en tenant compte de cet argument sérieux, viserait les déplacements des villages”. (doc.7)

¹⁸⁶ Carta e projeto de decreto anexo, dezembro/1904, AI (1375). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “L’article 3 prévoit que ‘en cas de difficultés intestines’ les villages peuvent être tenus à réintégrer leurs installations primitives ou à occuper tel autre territoire qui leur sera indiqué. A mon avis, cette restriction relative aux droits de l’Etat ne devrait pas être admise, et toute

Para finalizar, os comentários ao decreto mencionam a questão do controle de deslocamentos populacionais envolvendo as dependências territoriais de outras colônias:

Também me parece muito perigoso de ser incluído no decreto, um artigo relativo às populações dependentes de uma potência estrangeira. Seria melhor, tenho a impressão, para evitar qualquer reclamação da parte de potências estrangeiras, ignorar este caso, se você não julga oportuno dizer que as populações do exterior não serão admitidas no território do Estado e serão devolvidas ao seu país de origem.¹⁸⁷

O cuidado que o autor assinala em não se comprometer com as “potências estrangeiras” dava-se pelo fato de que esta era uma medida que envolvia outras implicações. Em outras palavras, seria melhor não se comprometer em “devolver” para sua origem populações que pudessem ser aproveitadas em trabalhos no interior do Estado. Por outro lado, a grande preocupação por parte das autoridades do EIC com os deslocamentos de populações que tanto se procurava controlar indica que de alguma forma as populações africanas souberam tirar proveito, passando de uma a outra área de domínio para resistir contra determinada situação.

Assim, o estabelecimento de fronteiras no Estado Independente do Congo, que foi permeado por várias negociações no âmbito europeu, encontrou no território uma situação de difícil controle, não apenas pela limitação do aparato colonial que não conseguia dar conta do território como um todo, mas também porque estavam postas ali dinâmicas que antecederam em muitos anos aquela “nova” forma de organização. Além disso, as populações africanas se mantinham agrupadas por meio de elos sociais e de identidade, estabelecendo uma espécie de regionalização que não necessariamente se refletia no território ocupado, mas estava ligada ao grupo.

---

population ayant occupé illégalement des terres appartenant à l'Etat, devrait pouvoir être mise en demeure de réintégrer ses anciens emplacements, ou tout autre à désigner par l'autorité compétente”.

¹⁸⁷ Carta e projeto de decreto anexo, dezembro/1904, AI (1375). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Étrangères, Bruxelas: “Il me paraît aussi fort dangereux de faire figurer dans le décret, un article relatif aux populations dépendant d'une puissance étrangère. Il vaudrait mieux, me semble-t-il, pour éviter toute réclamation de la part des puissances étrangères, passer sous silence ce cas, si vous ne jugez pas opportun de dire que les villages provenant de l'étranger, ne seront pas admis sur le territoire de l'Etat et seront renvoyés dans leur pays d'origine”, grifo nosso.

Capítulo 3: A questão da mão de obra na África Central

Ao debruçar-se sobre a análise do colonialismo europeu no continente africano do século XIX, Mudimbe aponta que a “missão civilizadora”, colocada em prática na região do Congo por volta de 1876, tinha enquanto frentes: o antiescravismo e as campanhas de evangelização.¹⁸⁸ Com estes objetivos, os europeus adentravam os territórios interiores, buscando içar bandeiras, estabelecer tratados, oferecer presentes - entre os quais fuzis, tecidos e bebidas - e iniciar campanhas missionárias.

Para além de atender às tendências e interesses de um sistema econômico – encabeçado pela Inglaterra - onde não mais cabiam as transações comerciais que giravam em torno do tráfico de africanos escravizados – após quatrocentos anos de tráfico negreiro, as campanhas contra a escravidão incutidas pelos europeus traziam um viés de superioridade da raça branca no sentido de proteger os negros africanos das mãos de traficantes árabes. No entanto, conforme explica Patricia Teixeira Santos, era equivocada e generalista a referência aos traficantes e mercadores de escravos como árabes, já que a estrutura escravista que ainda prevalecia, principalmente a partir da costa oriental africana em direção ao interior, envolvia africanos não muçulmanos (kafir) e mesmo europeus que haviam participado do circuito atlântico até as proibições decretadas pela Inglaterra, e que permaneciam na região do Índico.¹⁸⁹

De acordo com Catherine Coquery-Vidrovitch, o sultão de Omã, Said Bin fixou sua residência imperial na ilha de Zanzibar e lá instalou sua capital a partir de 1840. A Inglaterra, que se colocou contra o tráfico negreiro a partir de 1807, intermediou acordos com o sultão para a interdição da exportação de escravos, mas “os britânicos tiveram uma postura ambígua diante do sultão de Zanzibar. O que lhes importava era manter com ele as boas relações que lhes permitiam proteger a rota da Índia”.¹⁹⁰ Assim, fizeram acordos para controlar o tráfico de escravos, mas não tinham interesse em se colocarem como inimigos veementes do sultão. Por sua vez, o sultão expandia seus

---

¹⁸⁸ Conforme Mudimbe, o Vaticano seguia atentamente as atividades da Associação Internacional Africana desde sua fundação, em 1876. MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 142.

¹⁸⁹ SANTOS, Patricia Teixeira. *Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil. Catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX. Milagres no Brasil e no mundo no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 83.

¹⁹⁰ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “A colonização árabe em Zanzibar”. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 523.

negócios, levando para Zanzibar o cultivo de duas plantas, o cravo da Índia e o coqueiro. Conforme Isidore Ndaywel è Nziem, o cravo da Índia era bastante valorizado na Ásia, sendo que a Índia consumia 65% da produção de Zanzibar. Entre 1835 e 1845, o comércio destes produtos floresceu, porém o sucesso teve um efeito perverso: exigia mão de obra abundante. Assim, na segunda metade do século XIX, Zanzibar tornou-se o maior importador de escravos e também importante distribuidor para outros destinos. Estas pessoas tinham sua força de trabalho explorada não apenas na agricultura, como no comércio de marfim. De Zanzibar, o comércio de escravos se espalhou para o oeste do lago Tanganica, ultrapassando os rios Lualaba e Lomani e afetando populações que até então eram pouco ou nada afetadas.¹⁹¹

O marfim era um produto extraído há bastante tempo na África e encaminhado para a Índia e para a China. No século XIX, este comércio experimentou um crescimento fenomenal devido ao elevado aumento da demanda, uma vez que ao mercado tradicional do Oriente Médio e do Extremo Oriente, foram adicionados os da Europa e da América. Ndaywel è Nziem aponta que o rápido esgotamento das zonas de caça por causa das armas de fogo encorajou os caçadores a perseguirem manadas de elefantes cada vez mais longe, fazendo surgir áreas de abastecimento que se aprofundavam para o interior.¹⁹² O mesmo autor apresenta um excerto interessante de autoria do mercador Hamed ben Mohammed el-Murjebi, conhecido como Tippo Tip:

Eu comecei a jornada em direção ao Rumani (rio Lomani). O Rumani é um rio que tem suas fontes no alto do Manyema e desemboca no Congo. Depois de trinta dias, eu não tinha mais mercadorias. Aqui os indígenas não sabiam ainda que o marfim tinha valor comercial. No Rumani, quando se abate um elefante, comem a carne e as presas são colocadas em caixas para barricar a entrada; com outras amassam bananas em pilões; outras são usadas para fazer trombetas, enquanto outras são simplesmente jogadas na floresta, onde são roídas por animais como ratos, ou apodrecem espalhando um cheiro ruim (...).

Eu continuei minha viagem e depois de um mês, cheguei a Ukosi (Lukozi). Havia enormes vilas e muita comida. Mas a cada aldeia onde chegávamos, os nativos fugiam, abandonando a aldeia e os alimentos e cidade. Em Ukosi,

---

¹⁹¹ Cf. NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, pp. 234-235.

¹⁹² NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 235.

chamaram-me Mkangwanzaza (Nkangwa Nzala!), que significa: quem nada teme senão a fome talvez, mas a guerra jamais.¹⁹³

Tippo Tip, como representante do sultão de Zanzibar, foi um dos responsáveis por expandir as áreas de comércio de marfim e de escravos. Conforme aponta em seu depoimento, o marfim era encontrado com facilidade uma vez que as populações no entorno do rio Lomani não tinham ideia do valor comercial das presas de elefante. No entanto, os sequestros de seres humanos para serem escravizados e comercializados neste sistema comercial que funcionava a partir de Zanzibar já mais do que conhecidos, bastante temidos.

Reybrouck afirma que desde 1850, o comércio do marfim cresceu substancialmente, tornando-o o produto mais valioso da floresta equatorial, uma vez que as presas dos elefantes africanos eram maiores que as presas dos elefantes asiáticos, além destes últimos estarem mais escassos dado o longo período de caça. O marfim extraído na região destinava-se ao comércio não apenas a partir da ilha de Zanzibar, como da costa oriental da África (na atual Tanzânia), região onde os negociantes até hoje são chamados afro-árabes ou suaílo-árabes, conhecidos no século XIX como “arabizados”.¹⁹⁴

---

¹⁹³ BONTINCK, F. *L'autobiographie de Hamed ben Mohamed el-Murjebi Tippo Tip - ca. 1840-1905*, pp. 108 e 134. Apud NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, pp. 234-235. “Je me mis en marche vers le Rumani (Lomani). Le Rumani est une rivière qui a ses sources dans le haut du Manyema et se jette dans le Congo. Après trente jours, je n'avais plus de marchandises. Ici les indigènes ne savaient pas encore que l'ivoire avait une valeur commerciale. Au Rumani, quand on abattait un éléphant, on mangeait la viande; les défenses, on le mettait dans des cases pour en barricader l'entrée; avec d'autres, on faisait des pilons pour réduire les bananes en pâte dans les mortiers; d'autres servaient à faire des trompettes, tandis que d'autres étaient tout simplement jetées en forêt où elles étaient rongées par des animaux, tels que les rats, ou pourrissaient en répandant une mauvaise odeur (...). Je poursuivis mon voyage et, après un mois, j'atteignis l'Ukosi (Lukozi). Il y avait d'immenses villages et beaucoup de vivres. Mais à chaque village où nous arrivions, les indigènes prenaient la fuite, abandonnant à la fois village et vivres. Dans l'Ukosi, ils m'appelaient Mkangwanzaza (Nkangwa nzala!), ce qui signifie: qui n'a peur de rien si ce n'est de la famine peut-être, mais pas du tout de la guerre”.

¹⁹⁴ REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Trad. Isabelle Rosselin. Paris: Actes Sud, 2012, pp. 49-50.

As exportações de marfim do Congo (EIC) 1886-1900		
Ano	Peso (kg)	Valor (em francos belgas)
1886	--	373.320
1887	--	795.700
1888	5.824	1.096.240
1889	45.252	2.270.640
1890	76.448	4.668.887
1891	59.686	2.835.508
1892	118.739	3.730.420
1893	223.384	3.718.668
1894	185.558	5.041.660
1895	273.287	5.844.640
1896	246.125	3.826.320
1897	280.117	4.916.480
1898	201.240	--
1899	292.193	--
1900	330.491	5.253.000

Fonte: M'Bokolo, 2004

Caravana de marfim (sem data)

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

A viagem de Disasi Makulo

O depoimento de Disasi Makulo a um de seus filhos retoma uma história que está inserida neste contexto. Com apenas nove anos, Disasi era um menino como qualquer outro, vivia com seus pais em uma pequena aldeia chamada Bandio, localizada ao norte da atual República Democrática do Congo. Um dia, entre os anos 1879 e 1880, quando estava a caminho de outra aldeia para passar alguns dias de férias com sua tia, ele foi capturado por traficantes de escravos, os quais naquele momento o garoto não imaginava quem eram de fato. Apavorado em seus pensamentos, apenas se interrogava se aqueles homens eram “albinos ou espíritos”. Disasi foi aprisionado por vários dias e passou a ser chamado de “Lisasi” que significa “cartucho” na língua suaíle.¹⁹⁵ Disasi foi vendido a um explorador inglês, depois realocado algumas vezes sob a tutela de outros mestres. Junto com Mafuta, um garoto que fora aprisionado poucos dias antes dele de quem se tornou companheiro inseparável, foram ambos agrupados com os missionários da inglesa *Baptist Missionary Society* (BMS). Essa história, baseada no depoimento do

---

¹⁹⁵ Conforme MBEWA, Myriam Basolila. *Le Voyage de Disasi Makulo*. Saint-Denis: Edilivre, 2015, cap. 16: “L’arrivée au Congo”, p. 5/6.

próprio Disasi Makulo, foi contada de forma comovente pela jornalista congoleza Myriam Basolila Mbewa.¹⁹⁶

Presume-se, segundo aponta Reybrouck, que o explorador inglês que comprou Disasi tenha sido Stanley, em sua viagem ao Congo como representante do Comitê de Estudos do Alto Congo (CEHC). Em seu relato, Stanley narra ações violentas realizadas por grupos de sequestradores que invadiam aldeias na região de Stanley Falls (Kisangani):

Por sua própria confissão, os raptos de escravos têm atualmente 2.300 prisioneiros com eles. No entanto, eles viajaram como praga, matando e destruindo sem piedade todos que encontravam, invadiram um país do tamanho da Irlanda; 118 aldeias compostas por quarenta e três comunidades, que aos exterminadores representou não mais que 2.300 escravos entre mulheres e crianças, e cerca de 2.000 presas de marfim. A quantidade de lanças, espadas, armas de todo tipo que fizeram parte do butim indica que centenas de homens adultos morreram em combate. Supondo que cada uma das 118 aldeias tivesse uma população de no máximo 1.000 pessoas, os árabes sequestraram apenas dois por cento, e levando-se em conta os acidentes que ocorrem durante a viagem de Kiroundou e Nyangoué, os efeitos que causam as torturas do aprisionamento e as doenças e as epidemias causadas por sujeira e privação, podemos calcular que essas aventuras sangrentas deram um lucro de um por cento a seus tristes heróis.¹⁹⁷

Neste texto, Stanley aponta os prejuízos dos ataques violentos que, após ter causado destruições em 118 aldeias, deixando estragos e prejuízos a centenas de famílias, não apenas com a destruição de plantações e casas, mas sobretudo com perdas de muitas pessoas, sequestradas ou mortas. No entanto, o explorador conclui que esta ação resultou em um número pouco expressivo de capturas, colocando em xeque o seu

---

¹⁹⁶ MBEWA, Myriam Basolila. *Le Voyage de Disasi Makulo*. Saint-Denis: Edilivre, 2015.

¹⁹⁷ STANLEY, Henry M. *Cinq années au Congo 1879-1884. Voyages – Explorations – Fondation de L'État Libre du Congo. Traduit de l'anglais par Gérard Harry*. Ouvrage Illustré 120 Gravures sur bois et de 4 Cartes en couleur, dont une carte dressée par H. M. Stanley. Paris: Maurice Dreyfous Éditeurs, s.d. [1886?], pp. 459-460. “De leur propre aveu, les ravisseurs d’esclaves n’ont actuellement avec eux que 2.300 captifs. Et cependant ils ont parcouru comme un fléau, tuant et détruisant sans pitié tout ce qu’ils rencontraient, un pays aussi étendu que l’Irlande; 118 villages, représentant quarante-trois communautés aux exterminateurs que 2.300 esclaves femmes et enfants et environ 2.000 défenses d’ivoire. La quantité de lances, de sabres, d’armes de toute espèce [p. 460] qui font partie du butin indique que des centaines d’hommes adultes sont morts en combattant. En supposant que chacun des 118 villages n’ait eu qu’une population de 1.000 personnes, les Arabes n’en ont enlevé que deux pour cent, et en faisant la part des accidents qui surviendront pendant le voyage de Kiroundou et de Nyangoué, des effets qu’exerceront les tortures de la captivité et les maladies épidémiques engendrées par la malpropreté et les privations, on peut calculer que ces sanglantes aventures n’auront donné qu’un bénéfice de un pour cent à leurs tristes héros”.

próprio resultado que, após uma destruição violenta, acrescentaria não mais do que 2% da população que o grupo já havia aprisionado.

De acordo com Reybrouck, Stanley negociou com o mercador Tippo Tip a troca de um grupo de 18 crianças, incluindo-se Disasi Makulo, por rolos de tecido e alguns sacos de sal. Em Kinshasa, Stanley transferiu a tutela das crianças para o chefe da estação, Anthony Swinburne. Lá Disasi Makulo conheceria o cristianismo dos batistas, ajudaria na construção de uma igreja e aprenderia a ler e escrever. Swinburne, a quem Disasi chamava de mestre, tinha planos de transformar Disasi e seu companheiro Mafuta em catequistas com a missão de ajudar no ensino religioso das crianças que chegassem àquela localidade. A morte de Swinburne levou Disasi e Mafuta ao encontro do missionário batista nascido na Inglaterra George Grenfell que, por sua vez, os conduziu em sua companhia a Londres. A essa altura Disasi já contaria com aproximadamente 38 anos.

A vida de Disasi Makulo foi repleta de episódios inesperados, encontros com pessoas com quem acabou por criar uma relação de afeto filial, por exemplo com seus “mestres” Swinburne e depois Grenfell, mas nos dá alguma dimensão de uma vida de privações, a começar pela perda de sua liberdade no sentido pleno da palavra, perda do contato com a sua família, com a vida que tinha em sua aldeia, com a história de seus antepassados e com a cultura na qual estava inserido. Disasi morreu em 1941, então com aproximadamente 70 anos, deixando a um de seus filhos o depoimento de sua vida.

A narrativa de Stanley e sua atitude, segundo ele, ao libertar o grupo de crianças aprisionadas, escancara um movimento em direção aos objetivos explícitos na “missão civilizadora” europeia na África. Primeiro, o explorador descreve os horrores da destruição árabe em busca de marfim e seres humanos para escravização, evidenciando perdas e danos causados pelos árabes. Em seguida, o viajante explicita sua capacidade de negociação que, junto a Tippo Tip, consegue libertar 18 pequenas vítimas das mãos de seus algozes. Por fim, a salvação dessas crianças é concluída quando são deixadas aos cuidados de um grupo missionário, a partir de seu encaminhamento à estação em Kinshasa chefiada por uma pessoa da confiança de Stanley. Este episódio, mesmo que tomado de forma isolada, é demonstrado aqui como um exemplo de sucesso da “missão civilizadora” cujos principais objetivos eram o antiescravismo e o cristianismo.

Campanha antiescravista

Entre as ações que promoveram e enfatizaram a campanha europeia contra a escravidão e sob o pretexto de proteger os africanos, ocorreu em 1890 a “Conferência Antiescravista de Bruxelas”, em cuja ata as principais nações europeias declaravam estar:

motivadas por um forte desejo de dar fim aos crimes e devastações gerados pelo tráfico de escravos africanos, de proteger eficazmente as populações nativas da África, e para assegurar a este vasto continente os benefícios de paz e de civilização.¹⁹⁸

Após quatrocentos anos de tráfico de seres humanos, os interesses haviam mudado, os planos para a exploração do continente africano impunham uma outra abordagem sob a égide da paz e da civilização. Em um registro revestido de razões humanitárias, um dos assuntos centrais tratados durante a conferência foi o de como garantir a repressão ao tráfico de escravizados por via marítima. Nesta perspectiva, entre as regras estabelecidas e planejamentos feitos pelos participantes do encontro com objetivo de coibir formas de tráfico de escravos, foi registrado na ata o controle e restrição de transportar pessoas negras nas embarcações marítimas.¹⁹⁹

Sob alegação de objetivos humanitários, foi feita uma emenda à ata da “Conferência Antiescravista de Bruxelas”, na qual defendia-se a grande necessidade de impor interdições à fabricação e comercialização do chamado “álcool impuro” na África. Ainda que o documento destaque grande preocupação com a saúde daqueles que consumiam o produto, parece-nos evidente que a proibição do fabrico e da comercialização do “álcool impuro” está inserida na tentativa de cercar e atravancar negociações feitas por traficantes de escravos, já que esta aguardente era um produto muito utilizado no comércio de escravizados e não foi a toa que ele foi inserido na discussão de um encontro cujo objetivo principal era o fim do tráfico de seres humanos escravizados. De todo modo, a emenda em questão destacava preocupações em relação ao produto consumido e à saúde do consumidor, conforme segue:

---

¹⁹⁸ “Acte général de la Conférence de Bruxelles (1890)”, IRCB (717). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Également animés de la ferme volonté de mettre un terme aux crimes et aux dévastations qu’ engendre la traite des esclaves africains, de protéger efficacement les populations aborigènes de l’Afrique, et d’assurer à ce vaste continent les bienfaits de la paix et de la civilisation”.

¹⁹⁹ “Acte général de la Conférence de Bruxelles” (1890), IRCB (717). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas, especificamente o capítulo III: “Repression de la traite sur mer”.

A entrada de álcoois impuros, incompletamente corrigidos ou que contenham substâncias prejudiciais à saúde é estritamente proibida. [...] São os álcoois impuros e adulterados os mais perigosos e os mais tópicos, eles são os que causam a doença terrível, tão frequente hoje em dia, conhecida como alcoolismo. Estes álcoois são venenos que deixam estragos profundos no corpo humano, que são transmitidos aos descendentes do embriagado as degenerescências hereditárias. São eles que são as causas de doenças, loucuras, suicídios, da miséria e de inúmeros crimes pelo álcool. O álcool puro, aquele que se extrai do vinho e, por isso, leva o nome de álcool vínico ou álcool etílico é muito menos perigoso.²⁰⁰

O tom dramático com apelo moral e ao mesmo tempo justificado como prevenção de danos à saúde percorre todo este documento, sendo que na conclusão sugere-se que o uso deste tipo de bebida poderia culminar na “extinção da raça negra”:

Conclusão - É especialmente importante se opor à importação de álcoois impuros, não retificados e saturados de princípios tópicos, que fatalmente levarão a curto prazo, o envenenamento certo e rápido de todo um povo e isso **em benefício do miserável espírito de lucro de alguns traficantes**. [...] Teme-se que se as proposições acima não forem adotadas, a invasão alcoólica em breve **trará degeneração e logo a extinção da raça negra**. Estas medidas, do ponto de vista humanitário, constituem o **mínimo das concessões que são possíveis fazer ao espírito comercial**.²⁰¹

Destaca-se no documento não apenas a advertência dos perigos da bebida à saúde, mas a indicação de que o “envenenamento” das pessoas estava a serviço do “miserável espírito de lucro de alguns traficantes”. Ainda que a ênfase no espírito comercial não tenha ocorrido logo no início do documento, este nos parece ser o ponto

---

²⁰⁰ “Amendement à l’article III du Chapitre VI” (24/05/1890), IRCB (717). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “L’entrée des alcools impurs, incomplètement rectifiés ou contenant des matières nuisibles à la santé, est strictement interdite. [...] Ce sont les alcools impurs et frelatés qui sont les plus dangereux et les plus topiques; ce sont eux qui provoquent la maladie terrible, si fréquente de nos jours, désignée sous le nom d’alcoolisme. Ces alcools sont des poisons qui amènent dans l’organisme humain des ravages profonds et qui transmettent aux descendants de l’ivrogne des dégénérescences héréditaires. Ce sont eux qui sont les causes des maladies, des folies, des suicides, de la misère et des crimes sans nombre par l’alcool. L’alcool pur, celui qu’on extrayait autrefois du vin et qui porte à cause de cela le nom d’alcool vinique ou alcool éthylique est beaucoup moins dangereux”. Curiosamente, neste documento há a seguinte anotação: “très-confidentiel”.

²⁰¹ “Amendement à l’article III du Chapitre VI” (24/05/1890), IRCB (717). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas. “Conclusion – Il faut surtout s’opposer à l’importation des alcools impurs, non rectifiés et saturés de principes topiques, qui fatalement amèneront à courte échéance, l’empoisonnement certain et rapide de tous un peuple et cela au profit du miserable esprit de lucre de quelques trafiquants. [...] Il est à craindre que si les porpositions ci-dessus ne sont pas adoptées, l’invasion alcoolique ne tardera pas à amener la dégénérescence et bientôt l’extinction de la race noire. Ces mesures, au point de vue humanitaire, constituent le minimum des concessions qu’il est possible de faire à l’esprit comercial”, grifo nosso.

central e também o que explica a existência deste item na emenda à ata da conferência antiescravista, uma vez que, sob roupagem humanista, o que de fato estava em causa era a proibição de um produto bastante importante na troca por cativos desde há muito tempo: a cachaça ou jeribita. Produzida em territórios brasílicos, o que diminuía consideravelmente o custo de transporte para a costa africana se comparada à aguardente portuguesa, por exemplo, a jeribita chegava a alcançar o teor alcoólico de 60%. Em seu estudo, Roquinaldo Ferreira aponta ter sido por décadas uma das principais moedas de troca por escravos em Luanda.²⁰² A preocupação em reprimir o comércio desse tipo de bebida estava, portanto, associada principalmente à tentativa de dificultar a entrada dessa importante moeda de troca. Ao final, o texto ainda sentenciava a degeneração e a “extinção da raça negra” como resultantes do consumo daquela bebida tão prejudicial.

Outro item de grande importância na campanha antiescravista e que foi mencionado na ata geral da “Conferência Antiescravista de Bruxelas” foram as formas de desarmar chefes africanos sob pretexto de evitar a prática escravista. Assim, defendia-se o controle de entrada das armas de fogo no continente africano com a alegação de que este seria o principal instrumento de escravização. Ironicamente, as armas de fogo foram também das mais importantes moedas de troca alguns anos antes quando se queria dos mandatários africanos a concessão territorial em favor de nações europeias.

Contudo, ainda que o controle sobre a entrada das armas de fogo estivesse declarado nas atas, encontramos um documento de 1904 que menciona o oferecimento deste objeto como sinônimo de contato amistoso com um chefe. O referido documento é uma carta de 1904 de um agente de Iré (nordeste do Congo) ao seu comandante, na qual o agente registra uma promissora recepção:

---

²⁰² FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônial: jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 341-378. A pesquisa encaminhada por Roquinaldo Ferreira sobre este tema foi inspirada em alguns apontamentos feitos por ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 312 e seguintes. Há ainda sobre este tema o trabalho de José C. Curto. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.

Nosso retorno a Merridi [região Nordeste próximo a Iré] foi realmente triunfal, a comida era tão abundante que era fisicamente impossível para os carregadores e soldados levarem tudo o que nos trouxeram. [...] O chefe azandé Misaboro, o primeiro que eu vi durante a minha viagem, ainda parecia ter medo, apesar de minhas afirmações em contrário, que não vinha para fazer guerra. Enfim, eu dei-lhe uma arma, pó e cápsulas, dizendo: "Como fomos bem recebidos, ficou entendido que eu vim em amizade, mas para provar cabalmente que eu não quero guerra, dou-lhe um fuzil".²⁰³

Há duas suposições possíveis de serem feitas: ou o sistema escravista reconhecido como "árabe-suaíle" havia sido controlado e as armas de fogo poderiam voltar a ter seu lugar nas negociações ou oferecimento de presentes entre europeus e chefes africanos ou, o que parece mais provável, as armas de fogo nunca tinham deixado de ser utilizadas pelos europeus como preciosa moeda de troca no estabelecimento de contatos e negociações. Note-se ainda que o episódio se passa na região onde o comércio árabe-suaíle foi mais intenso.

A Conferência de Bruxelas de 1890 também serviu para dar continuidade às negociações europeias engendradas nos últimos anos em outras ocasiões, como foi o caso da Conferência de Berlim. Assim, no bojo das sucessivas organizações colonialistas, os representantes dos países europeus reuniram-se para decidir questões sobre serviços administrativos, judiciais, religiosos e militares que se implementavam nos vários territórios africanos sob crescente domínio europeu. Era preciso ainda definir medidas para a instalação de fortes no interior do continente e nas margens dos rios, a construção de estradas de ferro e de rodagem e a proteção da livre navegação fluvial, ainda que em áreas sobre as quais os europeus não tinham sequer arremedos de jurisdição. Tratava-se, portanto, de fortalecer e avaliar meios de colocar em prática o projeto colonizador e imperialista, delineando-se as formas de controle colonial que eram plurais e que apresentavam-se específicas em cada espaço colonial e em diferentes temporalidades.

De fato, houve uma série de embates e negociações de interesses europeus e árabe-suaíles até o fim do tráfico de escravizados na África Oriental. Catherine

---

²⁰³ Carta de 20/11/1904 ao comandante, IRCB (717). *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: "Notre retour de le Merridi a été vraiment triomphal; les vivres ont été si abondants qu'il a été matériellement impossible aux porteurs et aux soldats d'empiler [...] tout ce qu'on leur a apporté en vente.[...] Le chef azandé Misaboro, le 1^{er} que je vis lors de mon voyage, semblait encore craindre, malgré mes affirmations contraires, que je ne vins dans le pays pour faire la guerre. Je lui ai alors donné un fusil, de la poudre et des capsules en lui disant: 'En nous as bien reçus, fu as compris que je venais en ami, mais, pour bien le prouver que je ne veux pas la guerre, je te donne um fusil'."

Coquery-Vidrovitch afirma que embora o mercado de escravizados de Zanzibar tenha sido oficialmente fechado em 1873, a exportação de escravos na costa leste da África era calculada em aproximadamente 70 mil por ano na mesma época, sendo que Londres se tornara o núcleo do mercado mundial do marfim africano, produto vinculado diretamente ao comércio de seres humanos na região. Foi somente em 1897 que os britânicos decidiram intervir mais efetivamente, bombardeando o palácio real de Zanzibar e estabelecendo seu protetorado, “mas mantiveram a ficção do sultanato até 1964 e continuaram tolerando a escravidão (oficialmente proibida no mesmo ano de 1897), ao menos para as mulheres do harém, até 1911”.²⁰⁴

No Estado Independente do Congo, o controle do tráfico de escravos teve seu fim oficialmente decretado em 1894, após dois anos de guerra, sendo os suaílis expulsos ou submetidos, além de deixar para trás 70 mil mortos.²⁰⁵ No entanto, as negociações com os mercadores de escravos fizeram-se presentes de muitas maneiras. Stanley foi responsável por intermediar os acordos que fizeram Leopoldo II nomear Tippo Tip governador da província de Stanley Falls entre 1887 e 1890.²⁰⁶ Enquanto levantavam bandeiras antiescravistas, os europeus avançavam no processo de colonização da África, ao mesmo tempo que se fazia necessário compensar a gradual ausência desse lucrativo comércio de seres humanos.

A campanha antiescravista serviu ainda como pretexto de aproximação belga em relação às populações que se encontravam submetidas aos traficantes de escravos na África Oriental, uma vez que os belgas se colocavam contra o tráfico de escravos, nesse momento identificado com os grupos arabizados cujo fluxo comercial se restringia ao Índico. Nesse sentido, Isaacman e Vansina indicam que populações avassaladas do Congo teriam cooperado com os belgas “para se libertar da tutela dos Yeke e dos árabes, ou para eliminar os traficantes de escravos”.²⁰⁷ Esse quadro rapidamente se

---

²⁰⁴ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “A colonização árabe em Zanzibar”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 523-524.

²⁰⁵ A informação é dada por M’Bokolo, embora ele mesmo reconheça que o número é exagerado, cf. M’BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. Cf. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 516.

²⁰⁶ Cf. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “A colonização árabe em Zanzibar”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 528.

²⁰⁷ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011, p. 202.

transfigurou à medida que os trabalhos de exploração de produtos locais, como o marfim e a borracha, passaram a necessitar de braços que, se não podiam mais vir do tráfico de escravizados, encontravam outras formas de coerção, configurando-se uma “nova” maneira de trabalho forçado que passará a figurar no Estado Independente do Congo.

A extração da borracha

Como é sabido, de 1820 a 1870, toda a borracha consumida no mercado mundial, que compreendia aproximadamente 8.000 toneladas em 1870, provinha da América do Sul. A partir de 1880, houve uma transformação no mercado, não apenas com a entrada da extração de borracha do continente africano mas, principalmente, com o intenso crescimento da demanda de borracha por conta da difusão do uso da bicicleta. A borracha necessária para a fabricação de pneus de bicicleta, e mais adiante também de automóveis, redundaram em um consumo de mais de 50.000 toneladas em 1900, sendo que a metade era proveniente da África.²⁰⁸

A borracha da região do Congo podia ser extraída a partir de dois tipos de vegetação: do tronco de uma árvore ou de algumas plantas (lianes). A primeira era a *funtumia elastica* ou *ireh*, uma árvore com tronco relativamente estreito e alongado. Conforme Catherine Coquery-Vidrovitch, o trabalho de extração do látex era relativamente fácil quando se tratava de árvores (*funtumia*) quando estas apresentavam-se agrupadas em população bastante densa, mas as dificuldades se multiplicavam quando era preciso explorar plantas localizadas em matagais pantanosos, em áreas distantes e muitas vezes de difícil acesso. Ainda segundo a referida historiadora, os africanos estavam acostumados a derrubar árvores para fazer incisões circulares a cada 50 cm e recolher o látex em uma folha colocada logo abaixo. No caso das plantas (lianes), as mais comuns eram a *landolphia kleini* e a *landolphia owariensis* nas zonas silvestres; e a *landolphia tholonii* na savana, ambas com troncos que tendiam a fazer curvas e se ramificar por entre as árvores na floresta. Para extração do látex, essas plantas eram cortadas em ramos de 50 a 60 cm de comprimento e dispostas de maneira

---

²⁰⁸ Cf. VOLPER, Serge. *Une histoire des plantes coloniales: du cacao à la vanille*. Versailles: Quae Éditions, 2011, p. 114.

ligeiramente inclinada para que o látex fosse coletado em um bambu ou uma haste oca que o levava para um recipiente.²⁰⁹

De acordo com Serge Volper, as consequências da extração predatória, que simplesmente arrancava árvores ou plantas para retirada do látex, se fez sentir em poucas décadas, pois os povoamentos naturais de *landolphia* ou *funtumia* foram completamente devastados na África Central e também na região ocidental. Era preciso ir cada vez mais longe para colher o látex, que antes era encontrado de maneira abundante, para depois tornar-se raro.²¹⁰

À medida em que houve o crescimento da extração e da comercialização da borracha dessa região, houve também esforços para impedir a extração predatória e incentivar métodos de extração que não esgotassem essa riqueza. Conforme Coquery-Vidrovitch, um dos métodos era “sangrar” *irehs* através de incisões em “espinha de peixe”, a partir da base do tronco em direção aos ramos. Ainda assim, depois de intensamente exploradas, as árvores não morriam mas “secavam” por um longo tempo. Quanto ao corte das plantas (lianas), ao contrário de outros locais na África Ocidental, essa prática manteve-se bastante difundida no Congo, embora já se utilizasse a técnica de círculos de sangramento para ajudar a preservar estas espécie. Após a extração do látex, o preparo da borracha era feito de forma rudimentar, sendo a coagulação feita no fogo ou utilizando-se um líquido ácido ou amoníaco: limão, issangui (fruto de um arbusto local) ou urina.²¹¹

A borracha já era utilizada em menor escala pelos africanos principalmente em alguns utensílios domésticos ou na ponta de lanças. No Kwango, Francis Dhanis relatou o uso da borracha fragmentada em cubos que serviam como unidades monetárias em diversas transações comerciais.²¹²

---

²⁰⁹ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “L’exploitation du caoutchouc par les compagnies concessionnaires”. In: *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*. Paris: Edições da EHESS, 2001, tome 2.

²¹⁰ VOLPER, Serge. *Une histoire des plantes coloniales: du cacao à la vanille*. Versailles: Quae Éditions, 2011, p. 115.

²¹¹ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “L’exploitation du caoutchouc par les compagnies concessionnaires”. In: *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*. Paris: Edições da EHESS, 2001, tome 2.

²¹² VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 70.

As exportações de borracha do Congo (EIC) 1886-1909		
Ano	Peso (kg)	Valor (em francos belgas)
1886	--	79.503
1887	30.050	116.768
1888	74.294	260.029
1889	131.113	458.895
1890	123.666	556.497
1891	81.680	326.720
1892	156.339	625.356
1893	241.153	964.612
1894	338.194	1.472.994
1895	576.517	2.882.585
1896	1.317.346	6.586.730
1897	1.662.380	8.311.900
1898	2.113.465	15.850.987
1899	3.746.739	28.100.917
1900	5.316.534	39.874.005
1901	6.022.733	43.965.950
1902	5.350.452	41.733.525
1903	5.917.983	47.343.864
1904	4.830.939	43.478.451
1905	4.861.767	43.755.903
1906	4.848.930	48.489.310
1907	4.529.461	43.982.748
1908	4.262.531	30.770.550
1909	3.492.392	38.416.312

Fonte: M'Bokolo, 2004

Caravane portando etc [borracha] loc. Katola Kasai 1909
 fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Belgique.

Cozimento do latex e de “galettes” de borracha Lusambo - loc. Luluaba [sic] Kasai, Lusambo, 1897
 fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Belgique.

Secagem de “galettes” de borracha na floresta (Lusambo) - loc. Luluaba [sic] Kasai, Lusambo, 1897
fonte: Musée royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

As concessionárias e o trabalho forçado

Para implementar formas de controle da extração de látex, construir fábricas para produção e exportação de borracha, o EIC contou com um sistema de concessionárias que respondiam à administração do Estado. M’Bokolo lembra que o artigo 35 assinado pelas nações europeias na Conferência de Berlim assegurava “a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, se for o caso, a liberdade do comércio e do trânsito”. Nesse sentido, caso a atual administração não desse conta de garantir os interesses políticos e econômicos na região, as outras potências europeias fariam valer seus “direitos” à ocupação.²¹³

Entre estas concessionárias, houve algumas que alcançaram destaque, não apenas pela produtividade, mas também pelos episódios de enfrentamento com as populações, como a Sociedade Antuerpiana do Comércio no Congo (Anversoise); a *Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company* (ABIR) e a *Compagnie du Kasai*. As duas primeiras, ABIR e Anversoise, foram constituídas com ações do

²¹³ M’BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. Cf. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 507.

parlamento belga e também de um banqueiro de Antuérpia, Alex de Browne de Tiège. Conforme M'Bokolo, em 1898, foi feita uma manobra para que as duas empresas deixassem de ser “sociedades de direito belgas” para se tornarem “sociedades de direito congolês” com o intuito de se livrarem de eventuais controles por parte do Estado e dos parlamentares belgas.²¹⁴

Por si só, os dados da quantidade de produtos extraídos já dão margem para visualizar a necessidade premente de mão de obra empregada nas companhias concessionárias do EIC. Segundo informa Ki-Zerbo, em 1903, a Abir (Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company) trouxe para o mercado da Antuérpia 812.525 kg de borracha. Estima ainda o autor que “esta produção exigiu o trabalho permanente, durante todo o ano, de um mínimo de 30.000 homens a colhê-la, aos quais se devem acrescentar 3.000 remadores, carregadores, etc., com salário simbólico, sem contar 10.500 outros trabalhadores, ou seja, um total de 43.500 indígenas mobilizados. Ninguém sabe quantos mortos isso representa”.²¹⁵

---

²¹⁴ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. Cf. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 508.

²¹⁵ KI-ZERBO. *História da África Negra*, op. cit., v. 2, pp. 143-144.

Ocupação econômica do Congo

Fonte: Nziem, 2012.

Em seu livro *La question congolaise*, o padre jesuíta Vermeersch escreveu sobre vários assuntos que diziam respeito aos aspectos administrativos e fiscais do EIC. Com formação em Direito e Ciências Políticas e Administrativas, Vermeersch dedicou algumas páginas a argumentar sobre a regulamentação que implicava o estabelecimento das concessionárias para extração da borracha, afirmava que embora não condenasse as participações no projeto, que por força das circunstâncias, tinha que vir de várias origens, ele chamava a atenção para o fato dos recursos virem de “uma equipe completamente estrangeira para funções governamentais”. De qualquer modo, ele explica que há um imposto efetivo sobre cada arrecadação para cobrir gastos públicos, sem importar se os investimentos foram inicialmente feitos pelos indivíduos, ou foram diretamente empreendidos pelo Estado.²¹⁶ No sentido de avaliar os investimentos das concessionárias e os domínios tributários do Estado, Vermeersch questiona:

Qual deve ser a importância deste domínio fiscal, qual é o regime de propriedade e exploração mais desejável para o bem geral, que é um problema de grandes dificuldades quando se está diante de uma população por si só estacionária ou retrógrada que deve receber o impulso de fora.²¹⁷

Para ele, a instalação de concessionárias para exploração da borracha mostrava-se desejável “para o bem geral”, uma vez que a população era “estacionária e retrógrada”, sendo incapaz portanto de impulsionar todo sistema necessário para a produção, mas principalmente para a comercialização de borracha. Era preciso que houvesse investimentos financeiros e de tecnologia por meio das concessionárias para garantir a eficácia da exploração do produto. Nesse sentido também estaria justificada a exploração da mão de obra para benefício destas concessionárias, uma vez que eram elas que detinham o “saber fazer”.

Se por um lado, os europeus detinham o “saber fazer” necessário para levar as várias formas de civilização ao continente africano, por outro lado, os africanos mostravam-se “fortes para o trabalho”. E mais do que isso, em uma colônia que se

---

²¹⁶ VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, pp. 135-147.

²¹⁷ VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 131: “Quelle doit être l’importance de ce domaine fiscal, quel est le régime de possession et d’exploitation le plus souhaitable en vue du bien général, c’est là un problème gros de difficultés, quand on se trouve en face d’une population, par elle-même stationnaire ou rétrograde, qui doit recevoir l’impulsion du dehors”.

mostrava “inabitável aos europeus”, era preciso resolver o problema da mão de obra. Nesse sentido, a narrativa do Pe. Vermeersch apresenta-se:

A desonra da preguiça que acomete os negros é, até certo ponto, merecida, mas, formulada de uma maneira mais absoluta, torna-se uma calúnia. Que eles são capazes de trabalhar, o provérbio: *Trabalhar como um negro*, não o atesta? Os negros de uma forma geral são muito trabalhadores; seus escravos são submetidos ao trabalho. **O homem livre é muitas vezes apenas sem rumo.** Parece surpreendente? Não tendo aprendido a lutar contra o seu egoísmo natural, ele aproveita da vantagem de sua força para impor a sua jornada de trabalho aos mais fracos que ele. Infelizmente!²¹⁸

Pode-se verificar nas palavras de Vermeersch que a “indolência natural” do africano não poderia ser plenamente verificável, já que ele dá provas de sua força quando submetido ao trabalho, como o exemplo do escravo. Mas ao tornar-se livre, o negro se mostraria “sem rumo”. Nesse sentido estaria presente a formulação da necessidade de “dirigir” os africanos ao trabalho. Assim, o escravismo estava extinto porque o africano deixou de ser vendido como mercadoria, mas havia formas de se defender outros tipos de trabalho compulsório, uma vez que era considerado absolutamente legítimo que os africanos trabalhassem para fazer valer a civilização implantada pelos europeus.

Outra forma de justificar a utilização do trabalho forçado era colocá-lo como uma espécie de compensação, ou mesmo gratidão. Nesse sentido é o discurso do padre jesuíta A. Castelain, que defendia a “aceitação da nova soberania pelos indígenas” e justificava o trabalho forçado pela lei divina, advertindo que:

O povo bárbaro que se furte a esta lei nunca se civilizará. Podemos, portanto, obrigá-lo e, como ele só pode fornecer trabalho em compensação dos serviços que se lhes prestam para melhorar a sua sorte, temos motivo redobrado para impor e exigir esse trabalho.²¹⁹

Embora defenda veementemente a supressão do tráfico negreiro, perpetrado, diz ele, pelos árabes, Castelain não apenas admite a necessidade do trabalho forçado, como

---

²¹⁸ VERMEERSCH, Arthur. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906, p. 68: “Le reproche de paresse qu’encourent les nègres est, jusqu’à un certain point, mérité: mais, formulé d’une façon trop absolue, il devient une calomnie. Qu’ils soient capables de travailler, le proverbe: *Travailler comme un negre*, n’est-il pas là pour nous l’attester? Leurs compagnes sont très laborieuses; leurs esclaves sont soumis au travail. L’homme libre seulement est souvent désœuvré. Est-ce étonnant? N’ayant pas appris à lutter contre son égoïsme natif, il profite de l’avantage de sa force pour faire poser le poids du jour sur plus faible que lui. Hélas!”

²¹⁹ CASTELAIN, A. *L’État du Congo. Ses origines, ses droits, ses devoirs*. Bruxelles, 1907. Apud: Ki-Zerbo. *História da África Negra*, op. cit. v. 2, p. 142.

enxerga nele o único caminho possível para que os africanos façam sua parte e mereçam as melhorias da civilização.

Trabalho forçado como corretivo

Em carta encaminhada ao rei dos belgas, Leopoldo II, o viajante alemão Wissmann trazia impressões sobre a índole dos carregadores “de Angola”:

Quanto aos negros de Angola, agora a meu serviço, eu escolhi alguns para levar comigo, pois não há nada a fazer com esses negros de Angola, os mais desprezíveis que eu conheço. Fugiram duzentos carregadores que estavam com os dois portugueses que eu encontrei aqui na área. Eu estou muito satisfeito pois, até agora, dos meus cerca de 300 homens, não fugiram mais que seis. Os ladrões eram poucos e, uma vez acorrentados, eles se arrependeram de seus crimes.²²⁰

Interessante destacar nas palavras de Wissmann não apenas a discriminação que ele faz em relação aos “negros de Angola”, identificados como pessoas desprezíveis, mas a defesa da prática correcional dos supostos ladrões que, depois de acorrentados, teriam se arrependido do delito.

O discurso da necessidade de punir de forma exemplar e rígida era uma constante. O relatório do governador geral ao secretário de Estado em 1904 destaca este aspecto:

As estatísticas judiciárias mostram a vigilância com a qual são tratadas as infrações, visando não deixar nenhum crime impune; se erros foram cometidos (eles foram excepcionais), os culpados foram punidos nos termos da lei.²²¹

Conforme a análise de Isaacman e Vansina, a implantação do trabalho forçado mostrou-se interessante aos europeus de diversas formas, economicamente era uma solução muito barata colocada à disposição do governo e dos capitalistas europeus. O

---

²²⁰ *Lettres de Wissmann au roi Leopold*. Traduzido do alemão por Van de Velde. AE (269), 1/dez/1884. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Des noirs de l’Angola, actuellement à mon service, je ne prends avec moi que quelques hommes choisis. Il n’y a rien à faire avec ces nègres de l’Angola, les plus vils que je connaisse. Les deux Portugais dont j’ai déjà parlé se trouvent ici dans les environs, 200 de leurs porteurs se sont enfuis. Jusqu’ici j’ai été très heureux puisque sur 300 de mes hommes, il ne s’en est enfui que six, que les voleurs ont été peu nombreux, et qu’enchaînés ils se repentent de leurs méfaits”.

²²¹ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat” (1904), IRCB (717), *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Les statistiques judiciaires témoignent de la vigilance avec laquelle le parquet recherche les infractions et vise à ne laisser aucun délit impuni; si des fautes ont donc été commises (elles ont été exceptionnelles), les coupables ont été punis conformément à la loi”.

trabalhador ainda era submetido a uma tributação sufocante. No caso do Estado Independente do Congo, os africanos eram não apenas obrigados a fazer extração da borracha, como trabalhar nas ferrovias.²²² Além disso, as autoridades europeias “inventaram” várias maneiras de conseguir alimentos, fosse por meio de tributação, fosse como punição ou ainda como forma de butim na derrota de algum embate propriamente dito.

Controle e resistência

Ainda no início do estabelecimento das divisões administrativas no Estado Independente do Congo, conforme informa Isidore Ndaywel è Nziem, um decreto de 30 de outubro de 1885 citou pela primeira vez o nome *Force Publique* ainda como *division C* dentro do departamento do Interior. Alguns meses depois, o capitão adjunto do estado maior Léon Roget, do *Régiment des Carabiniers* foi nomeado comandante da *Force Publique* com a missão de organizar a armada colonial, a partir dos “voluntários da costa” (*Volontaires de la côte*), majoritariamente recrutados entre os Bangalas. A partir de 1887, no entanto, a guarnição de Boma, capital do Estado Independente do Congo, contava com duas companhias de cem homens cada, uma composta pelos haussás e outra pelos bangala. Ainda segundo Ndaywel è Nziem, em agosto de 1888, dois mil já haviam terminado a instrução militar e foram enviados para as estações no hinterland. Mas seria somente em 5 de agosto de 1888 que a *Force Publique* ganharia status de instituição militar, sendo sua organização especificada alguns meses depois, em 18 de novembro do mesmo ano - data em que, conforme Ndaywel è Nziem, se celebra a festa de armas no Congo até os dias de hoje.²²³

Segundo M'Bokolo, em 1889 a *Force Publique* contava com 1487 homens, chegando a atingir 13011 em 1907.²²⁴ Se inicialmente os soldados eram recrutados para trabalhos nas várias estações e postos, em 1904, um relatório do governador geral ao secretário de Estado apontava uma nova organização para a Força Pública:

---

²²² ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011, p. 203.

²²³ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 305.

²²⁴ M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 513.

O governo também decidiu que, doravante, os soldados da Força Pública não vão mais cooperar com os trabalhos das estações e que todo seu tempo deverá ser dedicado exclusivamente para a sua instrução, sua educação e para o serviço militar. As disposições anteriores que colocavam os soldados disponíveis durante certas horas do dia para os chefes territoriais, chefes de zona e chefes de posto quando estavam fora dos deveres militares foram revogadas e um novo quadro de jornada de serviço para a força pública será aplicado.²²⁵

Tratava-se de efetivamente “militarizar” uma instituição que foi criada para aquele intuito, mas cujas funções cotidianas, principalmente dos soldados, atendiam às demandas administrativa e ainda de fiscalização de circulação e trabalhadores.

Além disso, o serviço militar era obrigatório em alguns casos, mas era possível ser voluntário, como demonstra um relatório de 1904 do governador geral ao secretário do Estado:

É bom lembrar aqui que o serviço militar é tão longe de ser um serviço penoso para aqueles que são obrigados, sob a lei orgânica do recrutamento que os alistamentos voluntários têm aumentado ano a ano. [...] E não são somente os próprios indígenas do território congolês propriamente dito que procuram a profissão das armas, **muitos africanos das colônias inglesas na costa ocidental vêm solicitar matrículas a tal ponto que as autoridades locais inglesas se opõem repetidamente que o recrutamento seja realizado pelo Estado do Congo em suas colônias.**²²⁶

O governador ressaltava o grande número de pessoas interessadas no serviço militar graças, ainda segundo o relatório, ao fato deste oferecer ao soldado um “triplo

---

²²⁵ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat”, 1904, IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles, p. 16: “Le Gouvernement a aussi décidé que dorénavant, les soldats de la Force Publique ne devront plus coopérer aux travaux des stations et que tout leur temps devra être exclusivement consacré à leur instruction, à leur éducation et au service militaire. Les dispositions antérieures qui mettaient les soldats durant certaines heures de la journée à la disposition des chefs territoriaux, chefs de zone et chefs de poste, en dehors des heures consacrées aux devoirs militaires, ont donc été abrogées et un nouveau tableau de service journalier pour la force publique a été mis en vigueur”.

²²⁶ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat”, 1904, IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles, p. 15: “Il est bon de rappeler ici que le service militaire est si loin de constituer une servitude pénible pour ceux qui y sont astreints, en vertu de la loi organique de la conscription, que les engagements volontaires augmentent d’année en année. Et ce ne sont pas seulement les indigènes du territoire congolais proprement dit qui y recherchent le métier des armes, de nombreux africains issus des colonies anglaises de la côte occidentale viennent solliciter des enrôlements à ce point que les autorités territoriales anglaises se sont opposées à plusieurs reprises à ce que des recrutements soient effectués par l’Etat du Congo dans leurs colonies”.

bem-estar”, isto é, benefícios de habitação, alimentação e vestuário. Como destacado no documento acima, o interesse de pessoas que queriam tornar-se soldados da Força Pública podia extrapolar as fronteiras do Estado Independente do Congo, o que trazia inquietação para as autoridades representantes de outros países europeus, como o caso dos ingleses que dominavam territórios na costa ocidental isto é, o deslocamento de grupos de africanos de outras localidades para as áreas de controle do EIC com o interesse de serem recrutados para a Força Pública era uma fonte de preocupação por parte de outras administrações coloniais, por exemplo, inglesas.

No entanto, pela perspectiva dos próprios africanos, é possível imaginar de que não se tratava “apenas” de vantagens materiais, uma vez que a figura do soldado de certo trazia um *status*, uma forma do indivíduo se destacar e ao mesmo tempo livrar-se de trabalhos mais penosos. Nesse sentido, Isabel Castro Henriques, ao analisar um movimento similar e recorrente na situação colonial portuguesa em Angola, nomeia de *cumplicidades contraditórias*, cujo significado pode ser compreendido nas palavras da autora: “Tudo se passa como se os chefes africanos obrigados a obedecer aos portugueses, sentissem eles próprios a necessidade de “inventar” um grupo de africanos inferiorizados que permitissem compensar as sequelas da dominação excessiva dos europeus. Trata-se na realidade da utilização dos mecanismos do colonizador, que a lógica africana remete para as hierarquias seculares e para os dependentes “tradicionalmente” manipulados pelos chefes, desde sempre existentes nas sociedades africanas”.²²⁷ Assim, a situação colonial criava uma realidade perversa, na medida em que as autoridades africanas eram obrigadas a se subjugar aos mandos europeus, o que, por sua vez, as fazia inventar formas de se manter em uma situação de comando, ou mesmo de demonstração de poder, ainda que isso signifique reproduzir arbitrariedades ou formas de repressão.

Além disso, retomando o mesmo relatório, registra-se ainda uma preocupação em “nacionalizar as forças da polícia”, isto é, restringir o recrutamento aos territórios sob controle do EIC. O recrutamento de soldados entre as populações locais garantiria uma inserção e um controle consideráveis, primeiro por contar com pessoas que de alguma forma detinham os códigos sociais de populações as quais estavam inseridas ou com as quais mantinham algum contato. Por outro lado, além de oferecer vantagens materiais, tratava-se ainda de ceder aos “indígenas” um pequeno poder no sentido de

---

²²⁷ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 42.

deixá-lo ocupar uma posição de destaque, ou ainda uma função privilegiada se comparada aos trabalhos a que eram submetidas estas populações na engrenagem colonial.

Outro aspecto a se destacar são casos em que os soldados negros da Força Pública foram alvos de denúncias de terem cometido abusos contra civis e por conta disso, era necessário criar formas de controle:

O Governo está consciente de que os **militares negros** devam ser objeto de acompanhamento constante de modo que lhes seja impossível se envolverem em crueldades para as quais poderiam ser empurrados por seus **instintos primitivos**.

Repetidamente, tem sido lembrado aos oficiais e comandantes de tropas que eles devem se mostrar guardiões inflexíveis da observância destas instruções com vistas a proteger o nativo contra possíveis abusos da parte de soldados isolados ou insuficientemente supervisionados.²²⁸

Para os casos de abusos, eram encontradas razões nos “instintos primitivos” dos “militares negros” que poderiam ser controlados pela observância de regras e constante supervisão do superior. Obviamente, em momento algum se colocaria em questão o próprio sistema abusivo da administração colonial. A chave de interpretação destes casos reside provavelmente no fenômeno designado por Henriques de *cumplicidades contraditórias*, pois tais casos vêm demonstrar a reprodução de uma relação de reprodução de abusos, de acomodação ou ainda necessidade de reafirmação de poder frente a uma situação colonial.

---

²²⁸ “Rapport du Gouverneur General au Secrétaire d’Etat”, 1904, IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas, p. 15: “Le Gouvernement n’ignore pas que les militaires de race noire doivent être l’objet d’une surveillance constante afin qu’il leur soit impossible de se livrer à des cruautés auxquelles pourraient les pousser leurs instincts primitifs. A maintes reprises, il a été rappelé aux officiers et Commandants de troupes qu’ils devaient se montrer gardiens inflexibles de l’observance de ces instructions en vue de protéger le natif contre des abus possibles de la part de soldats isolés ou insuffisamment surveillés”, grifo nosso.

Soldado nativo da Força Pública (1896). Note-se que ele é apresentado no desenho todo paramentado, mas com os pés descalços.

Fonte: Vinkhuizen Collection, Draper Fund.

Um sentinela a 500 metros do posto de Dilolo

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Un “indigena” Kioko – (sem loc. sem data)

fonte: Musée royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Belgique.

Em 1901, o segundo tenente e comandante do “distrito dos Bangala”, na região de Giri e Kutu (oeste do EIC), escreveu um relatório sobre três operações militares que conduziu na região. As operações militares apresentadas neste documento trazem vários pontos a serem destacados e discutidos. Primeiramente, elas operaram como prática para coibir aldeias que de alguma forma não obedeciam às regras impostas pela situação colonial:

Eu conduzi uma operação militar contra a aldeia Lida que dava asilo a um grande número de fugitivos de outras aldeias que se encontravam submetidas na região de Kutu.²²⁹

Para punir a população que havia dado asilo a pessoas que fugiam de aldeias submetidas, o comandante militar afirma ter ocupado a vila com 50 soldados por 10 dias, ao fim dos quais, embora ele afirmasse que “os indígenas desta aldeia não fossem bravos”, os resultados foram 58 mortos em uma aldeia composta por aproximadamente 1.200 casas feitas de folha de palmeira.

O chefe da aldeia firmou a paz com este comandante, concedendo como butim não apenas produtos, mas entregando ao comandante homens que seriam utilizados como força de trabalho, conforme apresentado no item “resultados”:

58 mortos, o chefe fez a paz, 14 homens foram dados a mim para serem contratados na milícia, 5 para serem contratados como trabalhadores; três dos milicianos que fugiram na estrada Musa-Kutu foram imediatamente substituídos por outros, porque os fugitivos não retornaram para suas casas. O chefe prometeu trazer a cada quinze dias para Kutu: 1º cem cestos de 2 quilos e ½ de borracha em estado bruto; 2º 150 rações de peixe fumado; 3º 20 cestas de sementes de palmeira.²³⁰

Ainda que esta população não demonstrasse animosidades, causa surpresa o número de mortos chegar a 58 pessoas, o que denota uma violência considerável. Além disso, a prática das operações militares era não apenas um instrumento de dominação e

---

²²⁹ “Rapport sur des operations de guerre” (sous-lieutenant Mazy commandant région Giri), 17/04/1901. IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “J’ai dirigé une opération de guerre contre le village Lida qui donnait asile à un grand nombre de fyards des villages soumis de la région Kutu”.

²³⁰ “Rapport sur des operations de guerre” (sous-lieutenant Mazy commandant région Giri), 17/04/1901. IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “58 tués, le chef a fait la paix, 14 hommes m’ont été fournis pour être engagés comme miliciens, 5 pour être engagés comme travailleurs; trois des miliciens qui ont fui sur la route Musa-Kutu ont immédiatement été remplacés par d’autres parce que les fuyards ne sont pas rentrés chez eux. Le chef a promis d’apporter tous les quinze jours à Kutu: 1º cent paniers de 2 kil. et ½ de caoutchouc brut; 2º 150 rations de poissons fumés; 3º 20 paniers de noix de palme”.

repressão à qualquer desobediência, como apresentava outros resultados não menos importantes: o fornecimento de alimentos, alguma quantidade de borracha e, principalmente, a possibilidade de agregar pessoas tanto para aumentar o número das milícias, como para mão de obra que seria destinada aos vários trabalhos necessários nos postos administrativos coloniais.

A segunda operação militar relatada neste mesmo documento foi realizada em uma outra vila chamada Ekaw, que foi ocupada por 12 dias com 50 soldados. O comandante da operação afirmava que as populações desta aldeia, além de se negarem a trabalhar, “não forneciam qualquer tipo de imposto”, mesmo estando localizados a aproximadamente 3 dias de caminhada da estação. Embora a aldeia fosse um pouco menor, composta por 700 cabanas feitas de folhas de palmeira, o comandante adverte que:

“Os nativos desta aldeia são bravos; eles se beneficiam do menor tufo de grama para se dissimularem ao longo das estradas e jogar suas lanças; dois deles armados com facas, vieram em pleno dia atacar um sentinela colocado a 25 metros da minha tenda.”²³¹

Após a ocupação, o saldo se fazia também pelo abastecimento de alimentos, borracha, óleo de palma e 6 homens que foram aproveitados nas milícias. No entanto, é interessante aqui destacar que os resultados apontados pelo comandante trazem 54 mortos da população da aldeia, mas informa também ter havido 4 soldados levemente machucados, outro que teve o crânio “rachado” e um soldado morto por golpe de lança. Estas informações, somadas à declaração feita pelo comandante de que os nativos desta aldeia eram “bravos”, coloca-nos diante de um caso mais organizado de resistência, em que o grupo não apenas atacou de surpresa um sentinela, como travou embate com soldados.

Por fim, a última operação na região de Kutu não chegou a ocupar a aldeia Sombo, composta por 300 cabanas, uma vez que o comandante alcançou seu objetivo rapidamente, o qual tratava-se de fazer a população fornecer borracha e víveres.²³² Ainda assim, houve 2 mortos entre a população e cinco homens levados para serem

---

²³¹ “Rapport sur des operations de guerre” (sous-lieutenant Mazy commandant région Giri), 17/04/1901. IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “Les indigènes de ce village sont braves; ils profitent des moindres touffes d’herbes pour se dissimuler le long des chemins et nous jeter leurs lances; deux d’entre eux armés de couteaux, sont venus en plein jour attaquer une sentinelle placés à 25 mètres de ma tente.

²³² “Rapport sur des operations de guerre” (sous-lieutenant Mazy commandant région Giri), 17/04/1901. IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles.

engajados nas milícias, o que denota a violência da operação, pois ainda que o chefe da aldeia não tivesse organizado uma reação propriamente, houve dois mortos. Por outro lado, o não cumprimento de uma imposição da administração colonial que antecedeu a operação militar sugere um movimento de resistência, mesmo que ele não tenha sido levado às últimas consequências naquele momento.

Vale destacar que as sociedades africanas desde sempre foram extremamente dinâmicas e sofreram vários processos de mudanças e arranjos de poder locais, antes ou depois da entrada europeia. Conforme explica a historiadora Coquery-Vidrovitch, essas sociedades supostamente estáveis poucas vezes viram-se submersas pelo total equilíbrio que se presume ter sido rompido com o colonialismo.²³³

De todo modo, o estabelecimento das novas divisões políticas, a imposição de pesados impostos e ainda a exploração da mão de obra local trouxeram um desequilíbrio que, se em alguns momentos recebeu anuência de chefes africanos que vislumbravam melhorias tecnológicas para a região ou mesmo alguma vantagem política, em outros foram registrados muitos episódios de resistência de toda natureza. Isaacman e Vansina ressaltam que uma das formas iniciais de resistência africana foi a guerra, fenômeno que não só garantiu vantagem europeia graças à superioridade em armamento, mas que resultava na captura de escravos. Após longas e sucessivas derrotas, muitos chefes africanos rapidamente intensificaram o comércio internacional de armas e munições em troca de cativos; além de transações comerciais, muitas vezes clandestinas ou ainda o roubo a depósitos de armas europeus.²³⁴

A resistência ocorreu inúmeras vezes não só por meio do embate direto, como guerras e rebeliões organizadas, mas houve fenômenos de resistência cotidiana, cujas reivindicações são, por vezes, de difícil identificação. Leila Leite Hernandez lembra que essas “reações de enfrentamento são importantes enquanto expressões de descontentamentos e inquietações traduzidas em não resignação, contrapondo-se à ideia corrente de passividade e até mesmo de uma certa apatia frente às imposições do sistema colonial”.²³⁵ Em outras palavras, o esforço em recuperar essas resistências

---

²³³ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *The Political Economy of Contemporary Africa*. Beverly Hills, California: Sage Publications, 1976, p. 94.

²³⁴ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011, p. 209.

²³⁵ HERNANDEZ, Leila Leite. “Movimentos de resistência na África”. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, v. 141, 1999, p. 148.

cotidianas permite-nos compreender as incertezas e insatisfações dos africanos frente às imposições sofridas.

O historiador Terence Ranger defende que, ao contrário do senso comum em voga até a década de 70 de que os africanos mostraram-se submissos ou quando muito resistentes de maneira desesperada e ilógica, o colonialismo europeu na África encontrou muitos movimentos de resistência importantes e organizados e não foram somente as sociedades com Estado, houve casos em que sociedades sem Estado mostraram-se igualmente capazes de resistir. Ranger afirma que “praticamente todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia”.²³⁶

Outra característica observada em alguns estudos é a relação direta entre a existência de fenômenos sociais de resistência, cujas reivindicações são de difícil apreensão, e o surgimento de uma força policial recrutada entre africanos, com o propósito de controlar os movimentos dos autóctones e intimidar ações dos chefes locais. Dentre os casos em que é possível encontrar esta associação está a Força Pública do Congo, conforme lembra Leila Leite Hernandez.²³⁷

Por outro lado, a expectativa de que as regras condizentes com os interesses coloniais estivessem estabelecidas, bem como a efetiva nomeação de autoridades locais para fazer cumprir essas regras, dava aos dirigentes coloniais a falsa impressão de que as antigas divisões de poder estavam anuladas, sendo portanto, por vezes, surpreendidos por levantes e rebeliões. Um exemplo disso foi lembrado por Isaacman e Vansina, quando afirmam que os funcionários do Estado Independente do Congo “ficaram estupefatos ao ver Mushidi, rei dos Lunda, que acreditavam seu súdito, organizar uma rebelião de grande envergadura, a qual durou de 1905 a 1909”.²³⁸

Nesse sentido, em cartas ou relatórios, funcionários da Força Pública registravam temores e suspeitas:

“Estou esperando um levante geral. Acho que já o avisei disso antes, major. [...] O motivo é sempre o mesmo. Os nativos estão cansados de

---

²³⁶ RANGER, T. O. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista”. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Editora Ática; Unesco, 1991, pp. 69-86.

²³⁷ HERNANDEZ, Leila Leite. “Movimentos de resistência na África”. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, v. 141, 1999, pp. 147-8.

²³⁸ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Editora Ática; Unesco, 1991, p. 205.

[...] trabalhar como carregadores, coletar borracha, fornecer animais para nossos homens se alimentarem. [...] Há três meses venho lutando, com dez dias de descanso. [...] Tenho 152 prisioneiros. Há dois anos venho guerreando neste país, sempre acompanhado de quarenta ou cinquenta *Albinis* [soldados armados com rifles Albini, de retrocarga]. Entretanto não poderia dizer que subjuguéi o povo. [...] Eles preferem morrer. [...] Que remédio?”²³⁹

É de se notar nesse excerto um tom de desânimo e tédio, como se a guerra e a execução de tantas pessoas fizessem parte do cotidiano.

Quase todos os líderes passaram a admitir a necessidade de estabelecer alianças que ampliassem sua base de apoio. “As malsucedidas guerras do começo da resistência mostravam que, isoladas, as sociedades africanas não dispunham de recursos para resistir à penetração europeia”.²⁴⁰ Assim, mesmo aquelas sociedades que antes eram inimigas passaram a se unir pela causa anticolonialista. Em alguns casos, sociedades que iniciaram a negociação com os europeus, acreditando nas vantagens que essa presença acarretava, mudaram seus rumos, aliando-se a sociedades a quem se indispuseram em favor dos europeus. Assim ocorreu com os Lunda por exemplo que, “sob Mushidi, começaram por ajudar o Estado Livre do Congo contra os Chokwe, mas em 1905, após uma reviravolta espetacular, aliaram-se aos antigos inimigos, encetando uma luta que só foi terminada por causa da carestia de alimentos de 1910 a 1912.”²⁴¹

Houve, por outro lado, vários chefes africanos que, para além de sucumbirem ao imperialismo europeu, no afã de expandirem seu poder local, apoiavam os europeus. E de seu lado, autoridades europeias já de longa data usavam as rivalidades locais como potenciais mecanismos políticos de dominação. Foi o que caso de Tippu Tip e os filhos de Msiri que ajudaram o Estado Livre do Congo.²⁴²

Ainda que não tenham atingido seu objetivo maior, o de independência, os movimentos de resistência representaram por vezes um grave complicador por muitos anos. Foi o caso dos Chokwe no Congo que antes de sucumbir acabaram por infligir

---

²³⁹ Carta do tenente Édouard Tilkens da *Force Publique* a seu comandante. Apud HOCHSCHILD p. 200.

²⁴⁰ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). História Geral a África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Editora Ática; Unesco, 1991, p. 207.

²⁴¹ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. Op. cit., p. 208.

²⁴² ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. Op. cit., p. 196.

pesadas perdas à *Force Publique* por 20 anos.²⁴³ Dessa forma, a análise destes fenômenos torna-se fundamental para entender um pouco o impacto do colonialismo no continente africano, mesmo que a “partilha” tenha definido os limites de território no mapa, pois as organizações políticas pré-estabelecidas acabaram por influenciar os arranjos de poder local.

A partir do contexto de Moçambique como colônia portuguesa na segunda metade do século XIX, Valdemir Zamparoni faz uma análise sobre o trabalho forçado na qual alguns aspectos são análogos à situação colonial do EIC, principalmente no que tange aos discursos elaborados por ideólogos do Estado português para justificar a prática de obrigar africanos aos trabalhos que se faziam necessários para fazer funcionar os meios de produção. Além da arrecadação de tributos em forma de produtos, o autor destaca o discurso civilizacional do trabalho, isto é, a “necessidade” em obrigar as populações de Moçambique ao trabalho como forma de “tratamento” ou correção de sua “má índole natural”. Nesse sentido, o trabalho assalariado e disciplinado era visto como um avanço civilizacional e ainda um aporte cultural da Europa, suave caminho para os povos “primitivos” alcançarem alguma civilização.²⁴⁴ Ainda nesse texto, Zamparoni analisa que os aparatos de polícia ou de justiça, sob o pretexto de manter a ordem e os bons costumes da sociedade, acabavam por contribuir efetivamente e de forma constante para o recrutamento militar e de força de trabalho.²⁴⁵

Essas relações também podem ser percebidas na situação colonial do EIC. Nesse sentido, ao se deparar com um quadro de descontrole que ocorria no distrito de Lualaba Kasai, a solução sugerida pelo comissário Knitelius, em carta endereçada ao governador geral, segue nesse sentido. Segundo a narração do comissário, um grupo de trabalhadores da fábrica de borracha *Compagnie du Kasai* foram dispensados para retornarem às suas aldeias de origem na região de Lusambo. No entanto, este grupo, chegou à sua aldeia e retornou em seguida para os arredores do distrito de Lualaba Kasai, trazendo pessoas para trabalhar para eles próprios, como “escravos”, conforme ficou registrado:

---

²⁴³ ISAACMAN A. e VANSINA, J. “Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. Op. cit., p. 195.

²⁴⁴ ZAMPARONI, Valdemir, “Da Escravatura ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas”, *Africana Studia* 7, 2004, pp. 301-302.

²⁴⁵ ZAMPARONI, Valdemir, “Da Escravatura ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas”, *Africana Studia* 7, 2004, p. 304.

A ambição dessas pessoas é possuir escravos, o que dificilmente eles conseguem, mas, ao criar uma pequena comitiva com seus pais e familiares de todas as idades e ambos os sexos, eles prontamente abandonam as suas aldeias onde eles têm de contribuir para o pagamento das prestações [ao Estado] para viver como parasitas nos arredores das estações onde eles produzem comida suficiente para sua subsistência.²⁴⁶

Em sua carta, o comissário elabora a tese de que esses antigos trabalhadores da *Compagnie du Kasai* que retornaram ao distrito de Lualaba Kasai, abandonando suas aldeias de origem se beneficiavam duplamente, primeiramente a se livrarem das obrigações tributárias para com o Estado, já que abandonaram suas residências de origem. Depois, por explorarem como “escravos” outras pessoas com quem tinham laços de parentesco, beneficiando-se portanto do trabalho alheio para viverem “como parasitas”. Partindo do pressuposto de que essas pessoas realmente exploravam o trabalho de outras – no mais, como fazia o próprio aparelho colonial – recorremos ao conceito elaborado por Isabel Castro Henriques de *cumplicidades contraditórias* para a situação colonial portuguesa em Angola. Isto é, os chefes africanos reproduziam formas de subjugar outras pessoas, “inventando um grupo de africanos inferiorizados” como uma forma de compensação da pressão exercida pelas autoridades europeias detentoras do poder colonial.²⁴⁷ Ainda que no caso narrado acima não se trate necessariamente de chefes, há reprodução de uma submissão de pessoas ao trabalho para criar uma condição de privilégio a si próprio para usufruir da penalização do outro.

Voltando à narrativa do comissário acima, ele acrescenta ainda que alguns agentes comerciais, percebendo a fragilidade do grupo, passaram à prática de sequestros de crianças, muitas vezes à mão armada, o que provocou revoltas, nomeadamente uma revolta encabeçada pelos Bateke. Sem conseguir retomar o controle da situação e em busca de uma possível solução, o comissário propôs prender as pessoas que, presumivelmente, teriam iniciado o conflito e que não seriam residentes da região,

---

²⁴⁶ Carta do comissário Knitelius, do distrito de Lualaba Kassai, ao governador geral - 9/jun/1905, AI (1375), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “De plus l’ambition de tous ces gens est de posséder des esclaves ils n’y parviennent plus que très difficilement mais alors pour se créer quand même un petit entourage ils font venir leurs parents de tout âge et de tout sexe qui s’empressent de quitter leurs villages où ils doivent contribuer au paiement des prestations pour vivre en parasites dans les environs des stations où ils produisent à peine de quoi se nourrir”.

²⁴⁷ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 42.

justificando a prisão a partir do delito de vadiagem. Nesse sentido ele indaga ao governador geral:

Se, nos termos do decreto de 23 de maio de 1896, que trata da repressão da vagabundagem e nosso decreto de execução de 09 de abril de 1897, eu pudesse verificar todos os estrangeiros da região que não têm residência nestas aldeias, eu poderia controlar mais facilmente estes êxodos de população.²⁴⁸

Paralelo a isso, enquanto aguardava uma resposta do governador, o comissário de distrito solicitou ao chefe de um posto do distrito de Lualaba Kasai um recenseamento da população, no qual se faria uma espécie de registro de cada habitante. Infelizmente, esses números não se encontravam disponíveis nesse conjunto documental. No entanto, o que parece importante destacar aqui é não apenas a existência do delito de “vadiagem”, que por si só já é bastante vago, mas que é previsto na lógica do trabalho como parte de uma sociedade dita “civilizada” qualquer que seja ela. Mas principalmente a possibilidade de se fazer uso dessa lei para resolver uma situação na qual as autoridades viram-se sem controle devido a uma sucessão de atitudes aparentemente arbitrárias, agravadas com o acontecimento de uma revolta propriamente dita.

Ainda em 1905, em resposta ao comissário do distrito de Lualaba Kasai, o governador geral do EIC Wahis não apenas dá o aval para colocar em execução as prisões sob alegação de vadiagem, como esclarece detalhes do que estava previsto nas leis que regiam aquele Estado:

O termo "Vagabundo" (artigo 347 do Código Penal belga) refere-se àqueles que não têm residência fixa ou meios de subsistência e que não têm profissão nem trabalho regular. O resultado é que aquele que está temporariamente desempregado e sem recursos e que vive com outra pessoa que o mantém não é vagabundo.

Além da categoria de vagabundo definida acima, o decreto de 23 de Maio de 1896, artigo 3, especifica também indivíduos que são passíveis de serem punidos por confinamento maior em comparação àqueles que são simplesmente vagabundos. São os indivíduos que exploram a caridade

---

²⁴⁸ Carta do comissário Knetelius, do distrito de Lualaba Kassai, ao governador geral - 9/jun/1905, AI (1375), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Si aux termes du décret du 23 mai 1896 traitant de la répression du vagabondage et de notre arrêté d’exécution du 9 avril 1897 je pourrais faire poursuivre pour vagabondage toute étrangère à la région n’ayant pas l’autorisation de résider dans ces villages. Je parviendrai ainsi à enrayer plus facilement ces exodes de populations”.

como mendigos profissionais e aqueles que por preguiça, embriaguez ou imoralidade vivem em um estado habitual de vadiagem.²⁴⁹

Assim, não apenas era legalmente aceito que se prendessem pessoas pela ausência de trabalho regular, como a penalidade poderia ser aumentada se o dito “vagabundo” explorasse a caridade alheia por “preguiça, embriaguez ou imoralidade”. Note-se ainda que o governador geral tem como base o Código Penal belga que parecia se estender sem restrições ao Estado Independente do Congo.

Ainda como garantia de que houvesse um efetivo controle, o governador deixa claras instruções de que os agentes deveriam percorrer as instalações ao redor das missões e estabelecimentos comerciais investigando os meios de subsistência de “todos os indígenas adultos e válidos”. Por fim, o governador ressalta que:

Qualquer oficial de polícia judicial tem o direito de elaborar um processo verbal e realizar a **prisão de qualquer pessoa de cor** encontrada em estado de vadiagem ou mendicância.²⁵⁰

O governador infere, portanto, outra informação, a de que a “prisão de qualquer pessoa de cor” poderia ser realizada por um policial por meio de um processo verbal seguida de prisão, ou seja, seria legítimo um simples interrogatório, para em seguida realizar-se a prisão, o que daria margem a todo tipo de arbitrariedade.

As autoridades do Estado tinham como tarefa não apenas garantir mão de obra, arrecadar impostos e elaborar formas de obrigar as populações a contribuir com a administração colonial, mas também tinham que garantir a segurança para que as

---

²⁴⁹ “Lettre du Gouverneur Général du 14/7/1905 Wahis ao Monsieur le Commissaire de district du Lualaba-Kasaï, Lusambo”, AI (1375), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “On entend par “Vagabond” (article 347 du Code Pénal Belge) ceux qui n’ont ni domicile certain ni moyens de subsistance et qui n’exercent habituellement ni métier ni profession. Il en résulte que celui qui est momentanément sans emploi et sans ressources et qui habite chez une autre personne qui l’entretient n’est pas vagabond. En dehors de la catégorie des vagabonds tels qu’ils sont définis ci-dessus le décret du 23 mai 1896 article 3 énumère certains individus qui sont punis d’un internement supérieur à celui infligé aux simples vagabonds. Ce sont les individus valents qui exploitent la charité comme mendiants de profession et ceux qui, par fainéantise, ivrognerie ou dèrèglement de mœurs vivent en état habituel de vagabondage”.

²⁵⁰ “Lettre du Gouverneur Général du 14/7/1905 Wahis ao Monsieur le Commissaire de district du Lualaba-Kasaï, Lusambo”, AI (1375), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles: “Tout officier de police judiciaire a le droit de dresser procès-verbal et de procéder à l’arrestation de tout individu de couleur trouvé en état de vagabondage ou mendiant”.

concessionárias pudessem implantar suas fábricas em condições mínimas de segurança. Nesse sentido, no relatório anual de 1903 foi registrado que:

O diretor da *Cie du Kasai* me falou de seu desejo de enviar [um grupo] de reconhecimento comercial para estudo da região. Tendo em conta as orientações gerais do Governo e esperando os melhores resultados da presença de comerciantes imbuídos das ideias do Estado, prometi a ajuda dos nossos agentes, se o comércio estiver (como resultado da concorrência que não deve desviar-se da legalidade) nas mãos da CK [*Compagnie du Kasai*], os traficantes angolanos, que também são comerciantes, vão, obviamente, desistir de qualquer comércio de escravos, pois serão eles mesmos que transportarão para fora do território a borracha e o marfim que esses traficantes vêm para comprar. Além disso, **a atividade dos funcionários do Estado deve ter como objetivo a eliminação do tráfico.**[...]

A C.K. [Companhia do Kasai] formulou queixas sobre a falta de segurança enfrentada por seus agentes no rio Kamtsha e no Kasai [grifo dele] a jusante do Luebo; onde duas fábricas foram, de fato atacadas e mesmo uma delas incendiada. O magistrado do distrito está conduzindo uma investigação completa das causas que podem ter provocado estes atos hostis. A princípio, duas expedições foram enviadas para informar o ponto de vista administrativo, e reprimir, se necessário.²⁵¹

Há dois aspectos a se destacar: primeiramente uma dedução quase óbvia de que o combate ao tráfico de escravos seria útil, sobretudo, para garantir mão de obra nas fábricas *in loco*. Em segundo lugar, há ainda uma relação direta entre uma possível dificuldade que os “traficantes angolanos” (como comerciantes) teriam em conseguir sua “mercadoria”, qual seja, seres humanos e sua consequente propensão em fazer parte de outro sistema de comércio que surgiria com o pleno funcionamento da fábrica de borracha, passando a comercializar assim marfim e borracha.

---

²⁵¹ “Rapport annuel sur une situation générale du district du Lualaba-Kasai”, 31/12/1903, IRCB (717), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Le Directeur de la Cie du Kasai m’a fait part de son désir d’envoyer une reconnaissance commerciale étudier la région. Tenant compte des instructions générales du Gouvernement et esperant les meilleurs résultats de la présence de ce côté de commerçants imbus des idées de l’Etat, je lui ai promis l’aide de nos agents, si le commerce passait (par suite d’une concurrence qui devra ne pas s’écarter de la légalité) entre les mains de la C.K. les trafiquants angolais qui sont aussi des traitants, [? Dobra de papel no meio da palavra] renonceraient évidemment à tout commerce d’esclaves, car ce sont ceux-ci qui transportent hors de notre territoire le caoutchouc et l’ivoire que ces trafiquants viennent y acheter; au surplus, l’activité des agents de l’Etat doit viser la suppression de la traite. La C.K. a formulé des plaintes au sujet du manque de sécurité que rencontrent ses agents dans la rivière Kamtsha et sur le Kasai [grifo dele] en aval de Luebo; où 2 factoreries ont en effet été attaquées et même l’une d’elles incendiée. Le magistrat du district procède actuellement à une enquête approfondie sur les causes qui peuvent avoir provoqué ces actes d’hostilité. Au préalable, deux expéditions ont été envoyées, pour informer au point de vue administratif, et réprimer si besoin était”.

Por outro lado, a arbitrariedade por parte dos agentes de milícia da ABIR [*Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company*] e da *Compagnie du Kasai*, que pressionavam as populações e controlavam a produção da borracha ficou registrada em diversas ocorrências, tendo sido ressaltada quando foi implantada a comissão de inquérito em 1905 para investigar casos de abusos por parte das autoridades no Congo.

Um relatório de 1907 do comissário de distrito do Lualaba Kasai, Gustin, registra as seguintes ocorrências sobre a situação geral do distrito:

Kanda-Kanda. - Agentes da *Compagnie du Kasai* acusam o chefe Mukoko de cometer assassinatos. Foram dadas ordens para investigar esta questão judicialmente. Nada mais para mencionar.

Dilolo. - O chefe do posto avisa que dois grupos de indígenas, um com 30 pessoas e outro com 20, deixaram o território de Mochico (Angola portuguesa) para virem se estabelecer nas proximidades da estação. [...]

Chamo a atenção do tenente De Clerk sobre as consequências que deste êxodo podem resultar. Pergunto-lhe sobre as informações mais detalhadas. Kiniamo ainda não se submeteu.²⁵²

Acima temos alguns exemplos de resistência, principalmente no caso de acusação de assassinatos por parte do chefe Mukoko, ainda que não haja informações sobre as motivações dos supostos assassinatos. Sobre os deslocamentos populacionais, eles são recorrentes e as motivações podem também ser vistas como forma de resistência, pois muitas vezes as populações são levadas a sair de uma área para fugir da cobrança de tributos ou alguma outra pressão exercida pelas autoridades coloniais. Por fim, muito rapidamente, o comissário de distrito menciona o fato da aldeia Kiniamo não ter ainda se submetido.

Procurou-se resgatar aqui as maneiras com que a administração do Estado Independente do Congo em sua situação colonial, procurou controlar a população não apenas em seus deslocamentos, mas ainda nas formas de cobrar tributos, fossem por meio de víveres que deveriam ser disponibilizados para o bom funcionamento dos postos administrativos, fossem por meio de produtos com alto valor comercial, como o marfim e a borracha, que pressionavam as populações a cumprir metas excessivas.

---

²⁵² “Rapport mensuel du commissaire de district du Lualaba-Kasai”, mar/1907, AI (1375), *Archives Africaines* – Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “KANDA-KANDA. – Des agents de la compagnie du Kasai accusent le chef Mukoko d’avoir commis des meurtres. Des ordres sont donnés pour instruire cette affaire judiciairement. Rien d’autre à mentionner. DILOLO. – Le chef de poste me signale que deux groupes d’indigènes l’un comprenant 30 personnes, l’autre 20, ont quitté le territoire de Mochico (Angola Portugais) pour venir s’établir à proximité de la station. [...] J’attire l’attention du Lieutenant de Clerk sur les conséquences qui pourraient résulter de cet exode. Je lui demande à ce sujet les renseignements les plus détaillés. Kiniamo ne s’est pas encore soumis.

Além disso, o combate ao tráfico “árabe” de escravos apresentou-se de várias maneiras, primeiramente em forma de leis propriamente ditas que direta ou indiretamente pudessem dificultar este sistema comercial: proibição de entrada de armas, controle marítimo de transporte de pessoas negras e ainda a proibição da entrada de bebidas alcoólicas. De maneira mais pulverizada, havia ainda um controle de menor porte que se dava com a “compra” da liberdade de pessoas escravizadas, que em geral eram encaminhadas para a tutela de missionários.

Sobre este aspecto, é importante relativizar o caráter humanitário do abolicionismo europeu na segunda metade do século XIX, pois o controle dessa escravidão dita “árabe” era permeado pelas negociações com autoridades de alto escalão, como foi o caso dos acordos entre britânicos e o sultão de Zanzibar realizados inclusive para proteger o comércio inglês com a Índia. Além disso, as campanhas antiescravistas tiveram uma relação direta com a necessidade de se contar com mão de obra nos territórios onde os meios de produção vinham sendo implantados pelos europeus nos vários sistemas coloniais.

Por fim, o aspecto mais importante que buscamos trazer neste capítulo foi o fato de que as populações do Congo não foram passivas e procuraram resistir de diversas formas na medida em que a situação colonial era posta, fosse pelos deslocamentos, simplesmente abandonando aldeias em direção a outras localidades. Mas não foram poucos os casos de embates mais diretos fossem em forma de conflitos armados, fossem em agressões pontuais ou ainda destruindo ou incendiando fábricas como forma de escancarar insatisfações.

Capítulo 4: Crise do Estado Independente do Congo e transferência do território ao Estado Belga

A crise do Estado Independente do Congo e a consequente transferência [ou venda] deste território ao parlamento belga pode ser entendida a partir de alguns movimentos: as graves denúncias que ecoaram na imprensa internacional sobre as mais diversas histórias de crueldades contra as populações do Congo são, sem dúvida, dignas de nota. Além disso, é importante ressaltar que àquela altura, dadas as conjunturas político-econômicas europeias, havia um interesse crescente do parlamento belga em possuir uma colônia na África a exemplo de outros países europeus. No entanto, os movimentos de resistência que se fizeram presentes durante o período de implantação da “missão civilizadora” foram fundamentais no encaminhamento desta mudança. Ocorrendo ora de forma organizada como resistência em si, ora de forma “espontânea” por assim dizer, como circulações que não eram as previstas pela administração colonial ou reações individualizadas, essa movimentação agravou a situação.

Missionação e resistência

Quando o projeto colonial no Congo ainda se encontrava em sua fase inicial, com formações das associações internacionais com objetivos “científicos e civilizatórios”, o Vaticano dava mostras de seu interesse em participar da empreitada. Mudimbe aponta que o Papa Pio IX, pouco antes de morrer em 1878, havia escrito ao representante belga no Vaticano, o Barão de Anethan, sobre “o seu apreço benevolente e solidário para com a missão civilizadora de Leopoldo II”.²⁵³ Este “apreço” rendeu frutos, mesmo após a morte de Pio IX, principalmente porque aquele que seria uma figura central na organização e encaminhamento dos missionários católicos para o Congo foi o bispo Lavigerie.

De fato, desde 1848 existia um “Vicariato Apostólico na África Central”, organizado e constituído por missionários italianos de Verona cujo líder era o Bispo

---

²⁵³ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 142.

Comboni.²⁵⁴ No entanto, conforme explica Patricia Santos, “projetos que não se encaixaram no modelo proposto por Lavigerie de articulação da Igreja com as iniciativas coloniais foram preteridos e abandonados a partir, sobretudo, do papado de Leão XIII”.²⁵⁵ Chancelado, portanto, pelo papa Leão XIII, sucessor de Pio IX, por meio de um decreto de fevereiro de 1878, Lavigerie comandaria o início do projeto missionário na África Central, enviando poucas semanas depois o primeiro grupo de seus discípulos, os “Padres Brancos”, assim chamados por conta dos hábitos brancos que usavam. De acordo com Mudimbe, a primeira missão católica no Congo foi implantada em 25 de novembro de 1879 na costa oriental do lago Tanganica, perto da foz do rio Luwela em Masanze.²⁵⁶

Leopoldo II planejava que os missionários recrutados para o trabalho no Congo fossem todos belgas, supostamente porque estariam mais identificados com o catolicismo e com o nacionalismo pretendido pelo monarca.²⁵⁷ O então cardeal Dom Lavigerie que, nas palavras de Patricia Santos, “conjugava missão e colonização, reforçando a aliança entre o *Trono e o Altar*”,²⁵⁸ atendeu ao apelo do rei belga e a próxima caravana de “padres brancos” que seguiu em 1891 era composta exclusivamente de missionários belgas.

Outro grupo missionário que teve presença marcante nesse contexto foi o da *Congrégation du Coeur Immaculé de Mari* (*Congregatio Immaculati Cordis Mariae CICM*), fundado pelo belga Théophile Verbist na cidade de Scheut, nos arredores de Bruxelas e por esse motivo, estes missionários ficaram conhecidos como “scheutistas”, que mantiveram sede em Boma a partir de 1888²⁵⁹ e de lá partiriam para se instalar em outras localidades, como Nouvelle-Anvers (Mankanza) e Luluabourg com o intuito de

---

²⁵⁴ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 142.

²⁵⁵ SANTOS, Patricia Teixeira. *Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil. Catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX. Milagres no Brasil e no mundo no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 187.

²⁵⁶ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, pp. 142-143.

²⁵⁷ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 143.

²⁵⁸ SANTOS, Patricia Teixeira. *Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil. Catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX. Milagres no Brasil e no mundo no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 186.

²⁵⁹ Cf. VANDEWEYER, Luc. “Le missionnaire ethnographe”. In: TOLLEBEEK, Jo (dir.). *Mayombe: statuettes rituelles du Congo*. Tiel: Éditions Lannoo, 2010, pp. 37-38.

“belgicizar” as missões no Congo e ainda, conforme ressaltou Ndaywel è Nziem, deveriam se multiplicar para “conter o avanço protestante”.²⁶⁰

Os missionários eram responsáveis por receber crianças órfãs, fosse pela morte dos familiares, ou ainda a partir da compra das mãos de traficantes de escravos. Em 1890, uma carta do missionário scheutista Émeri Cambier refere-se à “compra” propriamente dita de crianças escravizadas:

Eu voltei de uma expedição onde comprei nove crianças. Do grupo de *Boukombe* (...) comprei quatro crianças. Meus artigos se esgotaram e eles me trouxeram outras crianças. Mandeí três homens à Mobeka para emprestar 2.000 *mitakos* (...). Eu tinha que chegar a 375 *mitakos* por criança. Comprei cinco (outras) a este preço. Restava uma última criança por quem eu não tinha mais a oferecer do que 370 *mitakos*. O “mestre” não quis ceder; e eu triste por não poder salvar a pobre, mas feliz e orgulhoso das minhas novas conquistas, tomei o caminho da estação do Sagrado Coração em Mpombou.²⁶¹

São frequentes as referências às crianças que chegavam às missões e foram elas que compuseram o grande grupo de convertidos cristãos. Esse tipo de referência leva-nos ao binômio da “missão civilizadora”: antiescravismo e cristianização, que nestes exemplos era completada, na medida em que a criança não apenas era libertada das mãos do traficante, como ainda se “civilizaria” em termos morais, tornando-se cristã.

Entre os “padres brancos” que se instalaram na região oriental do Congo, Mudimbe analisa o que ele chama de “paradigma” Victor Roelens que, em 1893, instalou uma missão no planalto de Marungu, fundou uma cidade que batizou de Baudoinville (em homenagem ao príncipe belga falecido recentemente) e em poucas semanas, controlava o dia a dia da aldeia. Embora o tráfico de escravos já não fosse praticado oficialmente desde 1894, os missionários ainda dispendiam recursos na

---

²⁶⁰ Cf. NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 321.

²⁶¹ CAMBIER, Émeri. *Correspondance du Congo (1888-1899). Un apprentissage missionnaire*. Bruxelles; Rome: Institut Belge de Rome, 2001, pp. 255-268: “Je reviens d’une expédition où j’ai “acheté neuf enfants. Au groupe de *Boukombe* (...), j’ai acheté quatre enfants. Mes articles étaient épuisés et on me présentait d’autres enfants. J’envoyai trois hommes à *Mobeka* pour emprunter 2.000 *mitakos* (...). Je dus arriver à 375 *mitakos* par enfant. J’en ai acheté cinq (autres) à ce prix. Restait un dernier enfant pour lequel je n’avais plus à offrir que 370 *mitakos*. Le maître ne voulut pas céder; et moi, triste de ne pouvoir sauver ce pauvre petit, mais heureux et fier de mes neuf conquêtes, je repris le chemin de la station du Sacré-Coeur à Mpombou”.

“compra” da liberdade de escravos em 1898. Sobre as moças que foram libertadas das mãos de traficantes, Roelens relata:

As nossas jovens pupilas vivem com muito pouco. A cada dois meses, oferecemos a cada uma 1,50 a 2 metros de tecido de algodão branco. As mais engenhosas conseguem vestir-se de um modo mais ou menos satisfatório. [...] No que se refere à alimentação, recebem diariamente, ao meio-dia, algumas batatas-doces ou raízes de mandioca [...]. É a primeira refeição do dia. À noite, cada uma recebe uma tigela com farinha de milho ou mandioca que acompanham com feijão. Duas vezes por semana, é-lhes oferecido sal. Nas festividades importantes, tentamos dar-lhes alguns peixes pequenos que elas apreciam bastante.

Após reproduzir o trecho acima, Mudimbe questiona: “Será uma vida assim uma bênção, mesmo para alguém acabado de ser libertado da escravatura?”²⁶² Essa condição de ser libertado da escravidão pelos missionários não era de fato uma condição de livre acesso ou de possibilidade de ir e vir, era o atrelamento à missão como um devedor eterno, pela possibilidade de ser civilizado pela via do trabalho e no aprendizado cristão.

Houve ainda um grande número de missionários evangélicos que se instalaram no Congo. Entre estes estava o *Baptist Missionary Society* (BMS) que já contava com seguidores que haviam sido “libertados” ainda crianças, entre os quais Disasi Makulo. Aproximadamente em 1900, o grupo de pupilos de George Grenfell construiu, sob a sua supervisão, o barco *Peace*, a partir de peças trazidas da Inglaterra. Saíram de Kinshasa e seguiram o rio Kasai para instalar uma nova missão, desta vez entre os songues. Nessa ocasião, uma moça Longeni, cuja liberdade foi negociada pelo missionário, estava cabisbaixa e sonhava retornar à sua aldeia “apesar da gentileza com que foi tratada na missão”. Para consolá-la Grenfell prometia-lhe educação e uma boa vida, acrescentando que “ao menos ela escapara de um casamento forçado com um velho ou com seu próprio sequestrador”.²⁶³

O próprio Disasi Makulo e seu companheiro Mafuta, depois de já estarem no grupo missionário e terem sido sequestrados de suas aldeias há 30 anos, ainda não tinham direito de sair da embarcação quando retornavam da viagem à Inglaterra. Apesar de terem passado mais tempo junto com os missionários do que com a própria família, a

²⁶² MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, pp. 149-150.

²⁶³ MBEWA, Myriam Basolila. *Le Voyage de Disasi Makulo*. Saint-Denis: Edilivre, 2015, cap. 16: “L’arrivée au Congo”, p. 5/6.

condição de terem sido escravos os acompanhava fosse onde fosse. A chave para explicar essa condição talvez resida na presença do racismo e de uma “superioridade da raça branca”. Nas palavras de Hannah Arendt: “a despeito de todas as explicações ideológicas, o homem negro teimosamente insistia em conservar suas características humanas, só restando ao homem branco reexaminar a sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro”.²⁶⁴

Nessa direção, Leila Leite Hernandez afirma que, a partilha da África era explicada pelo “cristianismo evangélico” como resultante de um impulso “missionário” e “humanitário”, orientado para regenerar os povos africanos. Assim, o movimento missionário “clamava a conquista da África pela Europa como um meio de pôr fim à escravidão e ao massacre dos negros, ao mesmo tempo que pretendia instaurar as condições necessárias para “regenerá-los”, isto é, torná-los cristãos e civilizados”.

As missões, fossem elas católicas ou evangélicas, tinham aspectos em comum, não apenas os objetivos da cristianização em si, mesmo sob influências diferentes, mas eram igualmente responsáveis por este movimento de tutelar crianças retiradas de seu meio familiar pelas mãos de traficantes ou abandonadas à própria sorte por uma fatalidade ocorrida com seus pais, trazendo-as para a missão e responsabilizando-se assim por ensinar diversos ofícios, além da alfabetização e da cristianização.²⁶⁵

---

²⁶⁴ ARENDT, Hannah. “Imperialismo”. In: *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 225.

²⁶⁵ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 80.

Igrejas e Fundações Missionárias (implantadas no século XIX)		
Denominação no Congo	Implantação	Data de Fundação
Livingstone Inland Mission (LIM)	1878	1877
Baptist Missionary Society (BMS)	1878	1792
Congr. des prêtres du Saint-Esprit (CSSP)	1880	1848
Missionnaires d'Afrique du C. Lavigerie (PB)	1880	1868
Svenka Missions Forbundet (SMF)	1881/1885	1878
American Bapt. Missionary (ABMU)	1888	1813
Garanganze Evangelical Mission (GEM)	1886	1886
Congrégation du Coeur Immaculé de Marie (CICM)	1888	1862
American Presbyterian Congo Mission (APCM)	1891	1891
Compagnie de Jésus (SJ)	1893	1540
Société Missionnaire de Saint-Joseph de Mill Hill (MHM)	1905	1866

Fonte: NZIEM, 2012 (adaptado)

Grupo de cristãos da missão de Luluabourg – loc. Luluabourg, 1897

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Escola da missão de Luluabourg – loc. Luluaba [sic] Kasai, Luluabourg, 1897

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Capela da missão de Luluabourg – loc. Kasai, 1897

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Componentes da missão de Luluabourg numa missa – loc. Kasai, 1897

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Interior da capela de Luluabourg – loc. Kasai, 1897

fonte: Musée royal de l'Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Paralelamente ao envio de missionários católicos, teve início uma organização administrativa eclesiástica no Congo, sendo que em 1911 já haviam dez regiões eclesiásticas divididas de acordo com as ordens religiosas em atividade no Congo. (conforme quadro abaixo) Mudimbe analisa que “o território africano foi submetido, em termos analíticos, às representações espirituais das ordens religiosas, e obrigado a adotar padrões restritivos: os convertidos de Cassai identificavam-se com o horizonte de referência scheutista, os de Kwilu com o jesuíta, os do nordeste com o dominicano, os do leste com o do Padre Branco, e os de Katanga com o espiritanos no norte, o beneditino no sul, e assim sucessivamente”.²⁶⁶ Nesse sentido, o autor explica que o convertido, em geral uma criança, recebe as informações segundo uma interpretação teológica assumida por um representante de determinada ordem.

O convertido teria diante de si um representante de um poder político e de uma “verdade absoluta” e passaria por um “processo de alienação” no qual assimilaria uma “essência cristã e um estilo, seja ele dominicano, beneditino ou jesuíta”. Mudimbe adverte que há outros fatores a se levar em conta, nomeadamente: origem étnica, tipo de educação e características do local de nascimento, se rural ou urbano. No entanto, há forte influência dessa essência espiritual forjada nessa conversão e formação espiritual sobre o convertido. O autor afirma ainda que esta setorização dos missionários, tal como um “tabuleiro de xadrez espiritual, no qual cada unidade ou quadrado era ocupado por um estilo religioso definido” teve reflexo inclusive no processo de independência do Congo na década de 1960, uma vez que a maior parte dos políticos na África Central na década de 1960 eram de fato antigos missionários e que os cientistas políticos realçaram fatores “tribais” em detrimento das formações espirituais destes antigos missionários, conforme sugere o autor.²⁶⁷

---

²⁶⁶ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 146.

²⁶⁷ MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013, pp. 146-147.

Regiões eclesiásticas implantadas no Congo até 1911		
Região do Vicariato	Ordens religiosas	Data de Implantação
Vicariato do Alto Congo	“Padres Brancos” e “Irmãs Brancas”	1886
Vicariato do Congo (com sede em Boma)	Scheutistas e Irmãs da Caridade de Gent, Trapistas de Westmalle e Irmãs, Padres de Mille-Hille	1888
Vicariato de Stanley Falls	Padres do Sagrado Coração de Jesus	?
Comunidade de Matadi	Redentoristas e Irmãs da Caridade de Gent	?
Comunidade de Kwango	Jesuítas	?1893
Comunidade do Alto Cassai	Scheutistas	?
Comunidade de Ubangui	Capuchinhos	?
Comunidade de Uele	Norbertinos e Dominicanos	?
Comunidade de Katanga do Norte	Espiritanos	?
Comunidade de Katanga	Benedictinos, Irmãs Benedictinas e Irmãs da Caridade de Gent	?

Fonte: Quadro elaborado a partir de informações de: MUDIMBE, 2013; NZIEM, 2012.

No entanto, a missionação católica, de maneira geral, tinha um vínculo maior com o projeto colonial de Leopoldo II, pois foi ele quem, com o aval do papa Leão XIII e sob instruções de Dom Lavigerie, outrora levara ao Congo os grupos missionários católicos. Os grupos missionários evangélicos não chegaram ao Congo sob solicitação de Leopoldo II, mas foram encaminhados para aquele território para cumprir a uma demanda “internacional” e não tinham portanto, um compromisso direto com o projeto colonizador de Leopoldo II.

Não por acaso, muitas das pessoas que acabaram por serem peças chave no processo de denúncia e que contribuíram com material encaminhado à imprensa para divulgar e denunciar as atrocidades cometidas por diversas autoridades do EIC eram missionários evangélicos.

Pode-se deduzir que os padres católicos designados pelo papa, que apoiava o projeto colonizador de Leopoldo, não se juntaram às denúncias simplesmente porque tinham sido colocados lá a partir dessa ligação, do projeto da “missão civilizadora” que unia os interesses coloniais e os do Vaticano.

O decréscimo populacional no Estado Independente do Congo

O EIC passou por um decréscimo populacional digno de nota. Segundo Isidore Ndaywel è Nziem, embora não haja um recenseamento confiável no qual podemos nos basear, é certo que houve um recuo importante no número populacional com o advento da desse Estado do Congo e que só haveria um novo crescimento demográfico a partir de 1945. Ainda de acordo com o autor, em 1880 a população do Congo não era, ao que tudo indica, inferior a 15 milhões de habitantes, talvez chegando a pouco menos de 20 milhões. Em 1930, ela era um pouco mais do que 10 milhões. Concluindo que entre 1880 e 1930, aproximadamente 10 milhões, ou mesmo que os números sejam exagerados, 5 milhões ao menos de pessoas no Congo simplesmente desapareceram com a introdução da “civilização”.²⁶⁸

Essa “civilização” trouxe como resultado uma destruição sem precedentes, mas há fatores que ocorreram de forma indireta por assim dizer, mas que foram dramaticamente destruidores, como as novas doenças e epidemias, advindas da grande circulação de pessoas de uma região a outra. As doenças mais graves e que fizeram vítimas mortais foram a doença do sono e a varíola. Além disso, houve uma situação de fome generalizada pela falta de alimentos à população, já que era preciso dar conta de um tributo para alimentar as pessoas.²⁶⁹ Acrescenta-se a este quadro, os maus tratos e as

---

²⁶⁸ Cf. NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 319.

²⁶⁹ Cf. NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 317.

condições de trabalho subhumanas na produção da borracha e estaríamos diante de uma verdadeira calamidade.

Nesse sentido, Hochschild ousou chamar essa perda populacional de “um verdadeiro holocausto”, e na própria contracapa da edição brasileira, há afirmação de que esteve em curso uma “pilhagem genocida e escravagista que dizimou cerca de 10 milhões de pessoas”.²⁷⁰ O livro de Hochschild ganhou enorme repercussão. Segundo Jean Stengers [p. 307], na edição em francês, o subtítulo ganhou força retórica: “un holocauste oublié”, com a afirmação do editor de que de 1880 a 1920, a metade de uma população de 20 milhões de pessoas foi exterminada. O original em inglês, no entanto, não inclui a palavra holocausto no subtítulo [*King Leopold's ghost: a story of greed, terror and heroism in colonial Africa*], embora o autor lance a tese de holocausto ou ainda genocídio no interior do livro.

Sobre as cifras populacionais, Stengers aponta que há um erro importante nas contas feitas por Stanley e que isso repercutiu em conclusões equivocadas sobre as perdas populacionais. Ao corrigir as contas de Stanley, o resultado da população em 1885 seria de 29 milhões, em vez dos 42 milhões apontados pelo explorador, números sobre os quais Hochschild se baseia.²⁷¹

Imprensa e missionários como agentes de denúncia ao Estado Independente do Congo

A partir de pelo menos o ano de 1903, notícias de abusos de poder e crueldades foram ganhando espaço e deram início a uma campanha de proteção aos direitos humanos a partir da veiculação pela imprensa de episódios e dados numéricos que davam uma impressão bastante negativa sobre a maneira pela qual vinha sendo imposta a administração colonial sobre o Estado Independente do Congo. Jornalistas e escritores haviam abraçado a causa e registravam incansavelmente denúncias de atrocidades cometidas na exploração da mão de obra na região, como o caso das mãos decepadas que se constituiu em prática frequente dos soldados para prestarem conta aos seus superiores da quantidade de balas utilizadas.

---

²⁷⁰ Cf. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 12 e contracapa.

²⁷¹ STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007, pp. 305-308.

Um “indígena” Lunda [sem mãos] – loc. Maniema - Lillye, 1904

fonte: Musée royal de l’Afrique Centrale, Tervuren, Bélgica.

Inicialmente mais esporádicos, os textos que apontavam a ação das autoridades do Estado Independente do Congo como cruel e arbitrária aos poucos chegaram a público de forma mais frequente e contundente. O primeiro a escrever publicamente contra a política encabeçada por Leopoldo II a fim de desmascarar suas intenções filantrópicas e científicas em relação ao Estado Independente do Congo foi um militar americano, George Washington Williams que em 1890, mesmo ano da Conferência Antiescravista de Bruxelas, escreveu uma “carta aberta” a Leopoldo II, que circulou pela Europa e pelos Estados Unidos, acusando o monarca de escravagista, apesar de publicamente fazer panfletagem e discursos antiescravistas.²⁷²

Antes destas acusações ao estado de coisa no Estado Independente do Congo, Williams, como ativista político, tinha como um dos seus projetos para o futuro dos negros estadunidenses o retorno ao território africano e para isso, já havia começado o recrutamento de negros dispostos a esse deslocamento, tendo decidido viajar para o Estado Independente do Congo, para verificar as condições de vida dos nativos, com intenção de lá instalar americanos afrodescendentes. Já conhecera pessoalmente Leopoldo II e ficara muito bem impressionado com seus “objetivos cristãos” em relação ao Congo, bem como com o “caráter altruísta” do monarca. Chegou, portanto, ao Estado Livre do Congo otimista de que havia encontrado um território neutro, capaz de receber os afro-americanos dispostos a construir uma nova vida. Ficou absolutamente espantado e decepcionado e em sua “carta aberta” denunciou a maneira com que Leopoldo havia adquirido terras por meio de trapanças e o regime de trabalho forçado a que os africanos negros da região eram submetidos, por meio de castigos cruéis e mortes indiscriminadas.²⁷³ A “carta aberta” teve ampla divulgação em veículos de imprensa, principalmente nos Estados Unidos.

Um grupo importante de divulgação da grave situação de exploração aos africanos no Estado Independente do Congo foi formado por missionários que após viverem em missões na região, retornaram para seus países de origem e deixarem registros importantes sobre várias histórias vividas e ouvidas por eles. Foi o caso do

---

²⁷² WILLIAMS, George Washington. "An Open Letter to His Serene Majesty Leopold II, King of the Belgians and Sovereign of the Independent State of Congo". A carta foi publicada integralmente em: FRANKLIN, John Hope (ed). *George Washington Williams*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985, pp. 243-254. Posteriormente, William escreveu também um relatório ao presidente dos Estados Unidos, Benjamin Harrison: WILLIAMS, G. W. "A Report Upon the Congo-State and Country to the President of the Republic of the United States". Reproduzido em FRANKLIN, John Hope (ed.). *George Washington Williams*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985. pp. 265-279.

²⁷³ Cf. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 114-122.

reverendo William H. Sheppard, missionário presbiteriano negro que, com sua capacidade de observação e reconhecimento da cultura Kuba, deixou registros detalhados sobre o seu modo de vida. Segundo Ramona Austin, Sheppard foi o primeiro afro-americano a reunir uma coleção de arte africana.²⁷⁴

Os Bakuba tinham um Estado centralizado e, inclusive pela dificuldade de acesso ao seu território, mantiveram-se isolados e independentes por bastante tempo mesmo com a implantação da administração colonial no Congo, sendo Sheppard um dos primeiros “intrusos” a colher informações sobre a história e a cultura desse povo. Em 1892, Sheppard conseguiu chegar ao território Kuba seguindo pistas, já que era proibido à população guiar alguém de fora para o território Kuba. Sheppard viveu quatro meses entre os Kuba e embora não tenha avançado muito em sua missão de conversão ao cristianismo – talvez porque tivesse um respeito tão grande pela cultura dos Bakuba que o fizesse muito mais aprender do que ensinar - manteve uma relação de “proximidade e admiração” com aquela população. Sua amizade com o chefe Kuba Kot a Mbweeky estendeu-se em um gesto simbolicamente importante, pois deu a seu filho o mesmo nome do filho do chefe Kuba, Maxamalinge. Curiosamente, o inverso do que ocorreu muitas vezes no “antigo” reino do Kongo no século XVII, quando alguns manikongo adotavam os nomes de reis portugueses ou seus familiares.²⁷⁵

Na imprensa, um dos principais responsáveis pela pressão exercida contra os métodos de trabalho forçado no Estado Independente do Congo foi Edmund Dene Morel (1873-1924) que, como repórter *free lance*, escreveu vários textos para jornais denunciando e documentando as atrocidades cometidas e em 1903 fundou o próprio jornal, o *West African Mail*, a fim de garantir liberdade de publicar tudo o que encontrasse, além de depoimentos de testemunhos vários, entre os quais de desertores ou ex-funcionários da *Force Publique*. Morel foi crítico contumaz das práticas de trabalho forçado no Estado Independente do Congo e acabou por chamar a atenção da

---

²⁷⁴ Cf. AUSTIN, Ramona. “William Henry Sheppard, le *Livingstone noir de l’Afrique*”. In: VELLUT, Jean-Luc. *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’Afrique Centrale, 2005, p. 224.

²⁷⁵ Procuramos apresentar um pouco deste aspecto em nosso trabalho de mestrado: *África Indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Alguns dos trabalhos de Marina de Mello e Souza abordam este assunto, por exemplo. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002 (principalmente o cap. 2).

opinião pública. Escreveu grande número de panfletos e algumas publicações e não perdia a oportunidade de levar a público tudo o que chegasse às suas mãos.²⁷⁶

No entanto, segundo Jean Stengers, na Bélgica Morel era visto com suspeita, primeiramente por acharem que sua oposição dava-se de forma interesseira, contra os interesses belgas e a favor dos interesses britânicos num primeiro momento e depois ainda a favor de interesses alemães.²⁷⁷ De todo modo, o barulho feito por Morel o tornou uma espécie de “cabeça” da campanha antileopoldiana na Europa em relação aos acontecimentos no Congo. Dessa forma, passou a ser responsável pela divulgação de muitas informações.

A força das imagens fez-se presente na veiculação desse material de denúncia por meio das fotografias, que se mostraram como um instrumento eficiente, pelo choque que causavam as cenas de pessoas com mãos decepadas, crianças exploradas e maltratadas no exercício de trabalhos penosos. Há uma grande produção fotográfica que compôs a documentação acusatória, pessoas que receberam maus tratos de todo tipo, principalmente mãos decepadas. Entre os fotógrafos destacamos Alice Seeley, que foi para o Congo em missão acompanhando o marido, o reverendo batista John Harris, e a partir de 1906 juntou-se ao grupo enviando sistematicamente suas fotos a Morel, que passaram a compor esse material.

O grande aliado de Morel foi, no entanto, Roger Casement, irlandês que já tinha vivido no Congo por muitos anos e que em 1903 foi enviado oficialmente ao Estado Independente do Congo como cônsul britânico. Ambos fundaram a Associação para a Reforma do Congo [*Congo Association Reform*] contra o governo de Leopoldo II no Estado Independente do Congo, que reuniu mais de mil pessoas em sua primeira reunião a 23 de março de 1904, contando mais adiante com a adesão de figuras importantes das sociedades europeias e americanas como Joseph Conrad, Arthur Conan Doyle e Mark Twain, que escreveram panfletos e publicaram livros em favor da causa.

Nesse processo de tomada de consciência da real situação do Congo, a imprensa, e, de alguma maneira, o parlamento britânico seriam representantes de um “fator imperial”, conceito criado por Hannah Arendt segundo o qual “os nativos eram não apenas protegidos mas, de certa forma, representados pelo Parlamento britânico, o

---

²⁷⁶ Entre suas publicações estão: MOREL, Edmund Dene. *King Leopold's Rule in Africa*. Londres: William Heinemann, 1904 e MOREL, Edmund Dene. *Red Rubber: the story of the rubber slave trade which flourished on the Congo for twenty years, 1890-1910*. Nova edição revista. Manchester: National Labour Press, 1919.

²⁷⁷ STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007, p. 129.

Parlamento Imperial".²⁷⁸ A imprensa poderia também se arrogar esse papel, ao sair em defesa das populações africanas, o que de fato, só reforçava o colonialismo.

Em contrapartida à avalanche de denúncias, Leopoldo II também lançou mão de contatos na imprensa para publicar textos a seu favor, entre os quais uma revista belga subsidiada pelo rei chamada "Nova África - a verdade sobre o Estado Livre do Congo" [*New Africa - The Truth on the Congo Free State*] em resposta ao panfleto "A verdade sobre o Congo" [*The Truth about the Congo*], publicado por Morel e distribuído gratuitamente nos trens de luxo. Nessa direção, também fez publicar um livro escrito pelo editor britânico Demetrius C. Boulger, intitulado O Estado do Congo NÃO é um Estado escravocrata [*The Congo State is NOT a Slave State*], no qual há defesa do açoite para combater a índole do nativo preguiçoso.²⁷⁹

A pressão exercida por essa associação fez Leopoldo II criar em 1904 uma Comissão de Inquérito, formada por três juízes que foram enviados ao Estado Independente do Congo a fim de verificar as acusações. Mesmo que enviados por Leopoldo II, essa comissão tinha sobre si as críticas e denúncias que já circulavam na imprensa. Eram oficiais do ministério público e não poderiam agir de forma irregular, ainda que pudessem amenizar críticas. Os depoimentos recolhidos culminaram em um relatório pouco favorável, seus esforços foram-se esvaindo e a defesa de Leopoldo tornava-se cada vez mais difícil. Entre os formulários da comissão, há por exemplo um questionário dirigido às missões, especificamente sobre a tutela das crianças com os grupos missionários:

A Comissão de Inquérito solicita fornecer no menor tempo possível, as seguintes informações:

- 1 - a sua associação recolhe crianças indígenas, incluindo o Decreto de 12 de julho de 1890, o artigo I, refere-se a tutela do Estado?
- 2 - Sua associação é aprovada pelo Governador Geral, nos termos do primeiro artigo do Decreto de 04 de março de 1892?
- 3 - Quantas crianças estão atualmente recolhidas em suas colônias profissionais ou agrícolas?
- 4 - Quais são as causas mais comuns para admissão das crianças em suas colônias?
- 5 - As crianças são mantidas sob sua tutela até a idade de 25 anos?
- 6 - Qual é a ocupação dos alunos de suas colônias?

---

²⁷⁸ ARENDT, Hannah. "Imperialismo". In: *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 162-163.

²⁷⁹ Cf. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 245-248.

Os depoimentos aparecem em formulários encabeçados pelo título completo da “Comissão de Inquérito instituída por decreto do Rei Soberano em 23 de julho de 1904”. Como exemplo citamos as palavras de M’Putila de Bokote:

“Como podem ver, minha mão direita foi cortada. [...] Quando eu era bem pequeno, os soldados vieram fazer guerra na minha aldeia, por causa da borracha. [...] Quando eu estava fugindo uma bala arranhou meu pescoço e fez uma ferida cuja cicatriz ainda dá para ver. Eu caí e me fingi de morto. Um soldado usou uma faca para cortar minha mão direita e levá-la embora. Eu vi que ele estava levando outras mãos cortadas. [...] No mesmo dia, meu pai e minha mãe foram mortos e eu sei que a mão deles também foi cortada fora”.²⁸¹

Prática comum das autoridades da *Force Publique*, os executados tinham uma das mãos decepada que serviam para inventariar o número de mortos e assim, justificar a munição utilizada.

A instauração da Comissão de inquérito gerou uma grande quantidade de documentos. Essa documentação é apresentada em geral a partir de questionários, seguidos por respostas dos responsáveis pelos setores, já que há uma divisão regional. Há ainda uma divisão por assuntos administrativos, por exemplo a regulamentação das concessionárias para as quais foram cedidos direitos de exploração do látex para produção de borracha. Ou ainda sobre as formas de cobrança de tributos. Há ainda parte do relatório que são apresentadas como forma de relato, em geral narrando algum acontecimento digno de nota. Em uma dessas partes, Casement registrou sua conversa com um habitante que teria fugido de sua aldeia próxima a Coquilhatville (Mbandaka) à margens do rio Congo:

Uma parte dos tributos exigidos de sua aldeia consistia de duas cabras para fornecer mensalmente à mesa do homem branco S **. Como todas as cabras em sua vizinhança estavam desaparecendo como resultado

---

²⁸⁰ “Rapport Commission d’ Enquête au Congo”, 1903 - D 1365 - Papiers E. Janssens. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “La Commission d’enquête vous prie de bien vouloir lui fournir dans le plus bref délai les renseignements suivants: 1 – votre association recueille-t-elle des enfants indigènes, dont le décret du 12 juillet 1890, article premier, défère la tutelle à l’Etat ? 2 – Votre association est-elle agréée par le Gouverneur Général, en exécution de l’article premier du décret du 4 mars 1892? 3 – Quel est le nombre de enfants actuellement recueillis dans vos colonies agricoles ou professionnelles? 4 – Quelles sont les causes les plus générales de l’admission des enfants dans vos colonies? 5 – Gardez-vous les enfants sous votre tutelle jusqu’à l’âge de 25 ans révolus? 6 – Quelle est l’occupation des pupilles de vos colonies? 7 – Ce travail est-il rémunéré et si oui quelle est la rémunération?”

²⁸¹ Depoimento à Comissão de Inquérito. Apud HOCHSCHILD. *Op. cit.*, p. 263.

dessas imposições, ele já não podia prover o imposto por meio da compra de cabras nos distritos do interior. Para fazer isso, ele teve que pagar 3.000 *baguettes* (150 francos) por cada cabra, e como o Estado não lhe pagava de volta como mais que 100 *baguettes* (5 francos) por cabra, ele já não tinha os meios para continuar a fornecer essas imposições. Tendo em vão solicitado um alívio dessa carga, nada mais restou-lhe senão fugir. Eu disse a este indígena que lamentava não poder ajudá-lo, pois o recurso regular era pedir a assistência das autoridades distritais; na falta delas, ele deveria se dirigir às autoridades superiores em Boma. Ele me respondeu que isso lhe era impossível. Quando ele se dirigiu aos funcionários superiores à S **, foi-lhe dito que, se seu próximo imposto não fosse pago, ele seria colocado na cadeia (*chain gang*). Ele acrescentou que um chefe dos arredores, que não pode cumprir suas obrigações nesse quesito, tinha acabado de morrer na prisão, e que este seria o seu destino se ele fosse pego.²⁸²

Note-se que os nomes das pessoas e das localidades são ocultados, constando apenas a primeira letra e o restante preenchido com um asterisco, para que o processo apresentasse lisura e os depoentes não tivessem receio de se exporem. A comissão tinha como objetivo aferir todo tipo de abuso de poder contra a população, como o caso da obrigação de ceder cabras mensalmente ao “homem branco”. São muitos os casos de excessos cometidos, principalmente para a recolha de cotas de látex que as populações deveriam dar conta. Sobre este item, há um anexo a partir de depoimentos de 1903 de um grupo de refugiados, boa parte dele escrito em forma de perguntas e respostas:

Ao saber dos L *, emigrados de I *, eu decidi visitar os estabelecimentos mais próximos desses fugitivos, distantes umas vinte milhas daqui, para vê-los por mim mesmo. [...] Eles fugiram de seu país, e se instalaram aqui para ficar longe de suas aldeias, em um lugar onde não há borracha. [...]

---

²⁸² “Rapport Commission d’ Enquête au Congo”, 1903 - D 1365 - Papiers E. Janssens. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Une partie de l’imposition exigée de son village consistait en deux chèvres à fournir mensuellement pour la table de l’homme blanc à S**. Comme toutes les chèvres de son voisinage avaient disparu depuis longtemps par suite de ces impositions, il ne pouvait plus pourvoir à cet impôt qu’en achetant des chèvres dans les districts de intérieur. Pour ce faire, il devait payer chaque chèvre 3.000 baguettes (150 francs), et comme l’État ne lui payait en retour que 100 baguettes (5 francs) par chèvre, il n’avait plus les moyens de continuer a fournir ces impositions. Ayant en vain demandé un adoucissement à cette charge, il ne lui restait plus qu’a s’enfuir. J’ai dit à cet indigène que je regrettais de ne pouvoir l’aider, que le recours régulier était d’en appeler à l’assistance des autorités du district; et si celle-ci venait à lui manquer, de s’adresser aux autorités supérieures à Boma. Il me répondit que cela lui était impossible. Quand il s’était adressé en dernier lieu aux fonctionnaires à S**, on lui avait dit que si sa prochaine tax n’était pas versée, il serait mis à la chaîne (*chain gang*). Il ajouta qu’un chef du voisinage, qui n’avait pu remplir ses obligations à ce sujet, venait précisément de mourir en prison, et que tel serait son sort s’il était pris”.

[Resposta]: [...] Nós fugimos porque não podíamos suportar o que nos faziam. Nossos chefes foram enforcados e nós fomos mortos, mortos de fome, e nós trabalhamos para além de toda resistência para extrair a borracha.

[Pergunta]: Como é que vocês sabem que foram os próprios homens brancos que ordenaram essas crueldades? Estas coisas podem ter sido feitas por soldados negros, sem o homem branco pudesse saber?

[Resposta]: Os homens brancos disseram aos seus soldados: Você mata apenas as mulheres, você não sabe matar homens, você deve provar que consegue matar os homens. [...] ²⁸³

Entre outros detalhes desse depoimento, para provar que a pessoa morta era de fato um homem, os soldados apresentavam a genitália do cadáver. Há dezenas de páginas que apresentam relatos e entrevistas sobre crueldades com esse tipo de requinte macabro e ainda abusos dos mais variados. O fato é que a Comissão de Inquérito teve um impacto enorme nas relações diplomáticas europeias e nos grupos de direitos humanos, vindo a deteriorar ainda mais a opinião pública que já estava bastante horrorizada com as notícias que chegavam sobre a administração colonial no Congo, de modo que a situação tornava-se cada vez mais insustentável.

Somando-se ao conjunto de registros sobre os tipos de trabalhos a que eram submetidos os africanos do Estado Independente do Congo, há relatos de missionários que foram testemunhos por longos anos. A esse respeito, Ki-Zerbo afirma: “O que os missionários descrevem é simplesmente alucinante: cada aldeia tinha de fornecer uma certa tonelagem de borracha, pela qual o chefe recebia umas peças de pano, ou um punhado de sal, ou mesmo apenas um espelho. O testemunho dos missionários Weeks, Padfield, Gauman e Harris é esmagador. Para evitar a fuga dos indígenas, cada aldeia era confiada à guarda de um grupo de milicianos e a fuga dos homens ou a insuficiência de borracha trazia consigo operações punitivas que levavam a assassínios públicos dos

---

²⁸³ “Rapport Commission d’ Enquête au Congo”, 1903 - D 1365 - Papiers E. Janssens. *Archives Africaines* - Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelas: “Annexe I – Note sur des tribus de réfugiés rencontrés en juillet 1903. En entendant parler des L*, émigrés de I*, je décidai de visiter les établissements les plus voisins de ces fugitifs, distants de quelque vingt milles, pour les voir par moi-même. [...] Ils avaient fui de leur pays, et maintenant, ils allaient rester ici loin de leurs villages, dans ce pays où il n’y a pas de caoutchouc. [...] R. [...] Nous avons fui parce que nous ne pouvions endurer ce qu’on nous faisait. Nos chefs étaient pendus et nous étions tués, et nous mourions de faim, et nous travaillions au delà de toute endurance pour récolter le caoutchouc. Q. Comment savez-vous que c’étaient les hommes blancs eux-mêmes qui ordonnaient que ces cruautés vous fussent faites? Ces choses doivent avoir été faites par les soldats noirs sans que l’homme blanc sache? R. Les hommes blancs disaient à leurs soldats: Vous ne tuez que des femmes, vous ne savez pas tuer les hommes, vous devez prouver que vous tuez des hommes. [...]”

chefes ou dos seus pelos agentes europeus da Sociedade, a violações ou raptos de mulheres, à mutilação de braços, de pernas, das partes genitais, à empalação de raparigas ou de mulheres, a cenas de canibalismo, ao incesto dado em espetáculo pelos refratários, obrigados a executá-lo em público, etc”.²⁸⁴

Não foram poucas, portanto, as oposições ao tipo de administração imposta ao Estado Independente do Congo, acusada bastas vezes de cruel e arbitrária, não só por meio de matérias dos jornais da época, como também publicações de escritores. No entanto, conforme ressaltou o historiador belga Jean Stengers, a grande maioria dos belgas olhava com desconfiança as notícias trazidas por veículos britânicos de imprensa e só passou a levar em conta os acontecimentos narrados quando foi formada uma comissão de inquérito “neutra” por assim dizer, em 1904, que colheu centenas de depoimentos de anônimos (em sua maioria africanos).²⁸⁵ A divulgação desse material levou os belgas a pressionar o governo para atitudes mais drásticas, levando ao desgaste da figura de Leopoldo II e encaminhando o Estado Independente do Congo para uma importante mudança, sua apropriação pelo parlamento belga, processo que se prolongou entre aproximadamente 1906 e 1908.

A marca terrível de mãos decepadas é um detalhe macabro que foi divulgado primeiramente pelo reverendo Sheppard e causou arrepios na opinião pública, a princípio em sua terra natal, os Estados Unidos, mas depois pela imprensa afora. Os soldados tinham que justificar a munição utilizada para não haver “desperdício” de cartuchos com a prática da caça a animais ou ainda que estivesse sendo economizada para um possível motim de soldados. Para garantir este controle, os superiores diretos dos soldados passaram a exigir que as munições fossem comprovadas com as mãos direitas cortadas dos cadáveres abatidos. Como podia levar dias para essa contagem, as mãos eram queimadas, detalhe que compunha um quadro horripilante.

Dessa forma, em novembro de 1908, o Estado Independente do Congo foi anexado pela Bélgica, passando a configurar-se uma colônia belga. Leopoldo II morreu em dezembro de 1908 aos 74 anos. Conforme Jean Stengers, o regime de “Estado independente” foi progressivamente substituído pelo regime de uma colônia “clássica”. O rei, tanto na Bélgica como no Congo, era uma figura sem grandes responsabilidades políticas. As regras de uma monarquia constitucional passariam a vigorar de modo que

---

²⁸⁴ KI-ZERBO. *História da África Negra*, op. cit. v. 2, p. 143.

²⁸⁵ STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007, p. 126.

a colônia passou para a alçada de um “ministro das colônias”, que seria de 1910 a 1912 Jules Renkin.²⁸⁶ Entre as primeiras medidas tomadas por este ministro, uma delas é digna de nota: a recolha da borracha tornou-se facultativa às populações. Além disso, as finanças coloniais e as finanças metropolitanas seriam a partir desse momento separadas.

No entanto, há que se ressaltar que, de maneira geral, as críticas dirigidas ao governo em vigor no Estado Independente do Congo apontavam abusos e crueldades, mas não era o colonialismo europeu propriamente dito que estava em jogo. Isto é, a noção de uma colônia “clássica” europeia na África não era considerado um problema para os europeus. De acordo com Jules Stengers, na medida em que os “indígenas” do Congo passaram a se submeter a um regime de colonização “clássico”, as inquietações e intervenções tornaram-se desnecessárias segundo a opinião pública europeia. Passariam ainda algumas décadas para que os congoleses finalmente conseguissem retomar seu território, sendo que o Congo se tornou um país finalmente independente apenas em 1960, mas isso é uma outra história.

---

²⁸⁶ STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007, p. 127.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de já haver uma certa tradição de estudos coloniais centrados na experiência africana, sobrevive no senso comum – e em obras de grande circulação – a noção de que a presença europeia em África no século XIX representou um avanço civilizacional para populações que se encontravam em suposto estágio “primitivo” de desenvolvimento. Em 2008, por exemplo, fez-se publicar na Bélgica um livro de depoimentos sobre a colonização belga como “uma grande aventura”, pretendendo ser um testemunho heróico para as próximas gerações do legado que os belgas deixaram em 1960 à República Democrática do Congo. Nessa obra, enalteceu-se a bravura de homens, capazes de levar às longínquas e selvagens terras congolenses a “luz da civilização”.²⁸⁷ Um dos depoentes, O. G. Libotte, afirma categoricamente que a presença belga no Congo dotou a região de “um estado regido por leis” e “uma constituição democrática” entre tantos outros legados deixados pelos colonos. Ao destacar a herança cultural absorvida pelos nativos, ressalta que “o humanismo greco-latino está enxertado em sua orgulhosa negritude”. Tais assertivas demonstram a perseverante necessidade de estudos que considerem em perspectiva crítica a grande empreitada colonialista posta em marcha no século XIX.

Em seu trabalho sobre as dinâmicas de colonização da África sub-saariana, Anna Maria Gentili propõe uma linha interpretativa segundo a qual a partilha do continente africano e o colonialismo europeu não devem ser vistos como uma ruptura com o passado mas antes como uma nova fase de um processo com séculos de duração. A autora indica que estudos mais recentes acerca dos processos de colonização apontam o importante papel dos colonialismos para a manutenção do equilíbrio de forças dos países europeus, não apenas como meio de amenizar uma eminente crise econômica, mas como caminhos promissores para as camadas da pequena e média burguesia, a quem a empresa colonial prometia vantagens.²⁸⁸ Assim, segundo Gentili as causas da chamada partilha da África poderiam ser verificadas mais como soluções para questões internas aos países europeus, principalmente no que concerne a problemas econômicos, e menos no jogo de equilíbrios diplomáticos no cenário internacional.

---

²⁸⁷ CLÉMENT, José et al. *La colonisation belge: une grande aventure*. Nivelles: Gamma Press, 2006, introdução.

²⁸⁸ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-saariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 138.

Por outro lado, Gentili afirma que “as sociedades africanas em vias de desestruturação-reestruturação, enfraquecidas, fragmentadas e isoladas, não estavam em condições de resistir com eficácia à vontade e à ação imperialista, nem tinham meios, armas, organização, recursos logísticos e de comunicação para o fazer”.²⁸⁹ Apesar disso, houve diversos movimentos de oposição às determinações administrativas colonais, mas que não impediram de forma efetiva os prejuízos e danos causados pelo colonialismo.

Como importante ponto de interpretação para nosso trabalho, Balandier aponta que o colonialismo europeu na África foi baseado em uma série de racionalizações que procuravam justificar a situação colonial: superioridade da raça branca, incapacidade dos nativos de se autogovernarem, despotismo dos chefes tradicionais e a tentação que teriam os líderes políticos modernos de se constituir em “corja ditatorial”, incapacidade dos autóctones de valorizar os recursos naturais dos seus territórios, poucos recursos financeiros, etc.²⁹⁰

Nesse sentido retomamos aqui a narrativa de Stanley na qual ele admite com naturalidade o fato dele não ser obrigado a prover sua subsistência, tarefa esta deixada para “espécimes aviltados da humanidade”, ou seja, se há semelhança humana compartilhada entre ele e um grupo de africanos descritos, há uma hierarquização dessa humanidade, o que justificaria obrigar pessoas a um trabalho mais árduo. O discurso de Stanley explicita ainda a ideia de superioridade de “homem europeu”, a ponto de declarar que seria difícil conceber que a pessoa africana correspondia à mesma humanidade e mesmo quando encontra características humanas em comum, ele relembra os “gostos e julgamentos superiores”. No fundo trata-se de rejeitar a humanidade das pessoas africanas, ou pelo menos questionar uma humanidade compartilhada e percebida nas características físicas dos seres humanos, uma vez que o reconhecimento da inferioridade é uma forma de justificar a dominação ou, dito de outra maneira, a constatação de uma humanidade repulsiva leva à justificativa da dominação.

Ao analisar a percepção histórica do europeu em relação ao africano, Chinua Achebe avalia que ainda que pensemos na “cor de pele radicalmente diferente”, essa diferença não poderia “explicar satisfatoriamente a profunda imagem do ‘diferente’, do ‘estrangeiro’ que a África tem representado para a Europa”. Nesse sentido, Achebe conclui que essa imagem foi uma “*invenção* deliberada, concebida para facilitar dois

---

²⁸⁹ GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 141.

²⁹⁰ BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Trad. Nicolás Nyimi Campanário, revisão Paula Montero. *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993, p. 110.

gigantescos eventos históricos: o tráfico transatlântico de escravos e a colonização da África pela Europa”.²⁹¹ Assim, a ideia de uma humanidade “diferente” ou mesmo inferior seria o melhor pretexto para que os europeus avançassem sobre outros territórios, a fim de sobrepor sua “civilização”

Em nosso trabalho buscamos apresentar as formas de inserção europeia no interior da África Central que se intensificaram no final do século XIX e que deram origem ao processo de colonização europeia e de partilha do continente africano. Nesse contexto, as expedições de viajantes ocuparam lugar importante não apenas como base de investigações científicas e geográficas, mas como meio de estabelecer relações diplomáticas com chefes africanos. As notícias trazidas por estes expedicionários eram acompanhadas com vivo interesse tanto pelos membros das sociedades de geografia europeias quanto pelas autoridades governamentais de vários países da Europa. A intensificação dos interesses dos governos europeus na África deu origem a conferências internacionais com o intuito de disseminar conhecimentos e organizar novas viagens, fomentou ainda a criação de comitês e associações nacionais e internacionais, responsáveis por estabelecer os primeiros contatos com chefes africanos e também por implementar postos de serviços.

Destacamos a Conferência Geográfica de Bruxelas, ocorrida em 1876, momento chave em que o rei da Bélgica Leopoldo II, que presidira o evento, demonstrou grande interesse na África Central, interesse este revestido por objetivos científicos e civilizatórios. Como principal resultado dessa conferência surgiu a Associação Internacional Africana com finalidade de organizar informações e viagens futuras, evidenciando-se sua finalidade internacional, mas acabou por representar, junto a outras associações e comitês, importantes veículos para a inserção de Leopoldo II neste processo de dominação da bacia do Congo, não apenas por meio da assinatura dos tratados, como pelas informações adquiridas por estes europeus no estabelecimento destes contatos. Na sequência desses acontecimentos, houve um aumento substancial de viagens à África Central, que junto às medidas governamentais europeias desenharam o Estado Independente do Congo.

Por outro lado, os tratados poderiam ser assinados por muitos chefes locais por acreditarem nas vantagens trazidas por esta presença europeia, com vistas no

---

²⁹¹ ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: ensaios*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 83.

desenvolvimento resultante do avanço técnico trazido pelos europeus, por exemplo com a facilidade de comunicação trazida pela construção de uma estrada de ferro. Além disso, a assinatura do tratado trazia-lhes muitas vezes proteção perante grupos inimigos e ainda podia fortalecer-lhes politicamente num primeiro momento.

O fato é que a intensa movimentação levada pela inserção europeia na África Central e a realização dos empreendimentos de infraestrutura e das explorações de recursos naturais como o marfim e a borracha eram feitos a partir de formas de trabalho que se mostraram duras e cruéis.

A exploração de mão de obra em uma colônia, qualquer que seja ela, sempre esteve sujeita a duras formas de exploração. No entanto, o caso do Estado Independente do Congo ficou mundialmente famoso e até os dias de hoje suscita comentários de desaprovação ou críticas contundentes. Essa situação, no entanto, deve ser analisada segundo aspectos históricos e não personalistas. Dito de outra maneira, não basta explicar as práticas cruéis de coerção para o trabalho pela marca da personalidade de Stanley ou qualquer outra pessoa tida como essencialmente cruel. Não pode ser historicamente sustentável que a situação colonial encontrada no Estado Independente do Congo seja exclusivamente explicada pela personalidade de Leopoldo II.

Uma das explicações possíveis está na maneira como foram criadas formas de controle de extração do látex para a produção da borracha. A planta de onde se extraía esse material, a *landolphia*, era cada vez mais escassa nos lugares próximos, sendo necessário buscar em florestas e pântanos de acesso mais difícil. Para garantir que as populações trouxessem látex suficiente para a demanda de borracha que se intensificava cada vez mais, não bastava o oferecimento de vantagens ou simples trocas de mercadorias, dada a dificuldade com a extração desse látex. Como garantir que uma pessoa adentrasse uma floresta para passar dias de árduo trabalho, mas retornasse com a quantia desejada de produto?

Nos domínios do governo, a borracha era cobrada como tributo exigido de qualquer pessoa válida. Os agentes de Estado tinham como função controlar esta produção e a partir deste controle, estes agentes eram julgados, promovidos e remunerados conforme as metas alcançadas ou não. Estes agentes, por sua vez, não apenas agiam como fiscais de Estado, mas tinham obrigação de garantir uma produção cada vez maior, cujos métodos eram de livre escolha, segundo explica Ndaywel è

Nziem.²⁹² Nos domínios de produção das concessionárias, como a Anversoise e a ABIR, os europeus contavam com intermediários congolese, os sentinelas. Os métodos usados para obrigar cidadãos a entregar o quinhão de látex esperado iam desde o chicote, “prisão” de um membro da família (em geral esposa e/ou filhos) como refém para garantir que o trabalhador voltasse efetivamente com sua cota, ou ainda punições físicas das mais variadas.²⁹³

A situação colonial verificada no Estado Independente do Congo mostrou-se portanto como um complexo de medidas, evidenciadas pelo recrutamento de mão de obra, métodos de coerção para o trabalho e controle de circulação de populações. Importante salientar que houve reações as mais variadas por parte das populações, mas que ao representarem alguma ameaça ao regime colonialista em voga, eram duramente reprimidas.

À medida em que a exploração dos recursos naturais na região se intensificou, os métodos para forçar ao aumento da produtividade mostraram-se cada vez mais cruéis. Na sequência desse movimento, passaram a ser cada vez mais comuns as denúncias das atrocidades que eram cometidas por parte de autoridades do governo do Estado Independente do Congo contra as populações. Essas notícias ecoaram internacionalmente, havendo assim forte pressão que culminou no enfraquecimento de Leopoldo II como líder do governo no Congo, passando a ter início o processo de transferência do território do Estado Independente do Congo para o controle do parlamento belga, sendo a Bélgica a partir de então metrópole de um enorme território na África Central, então denominado Congo Belga.

---

²⁹² NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 312.

²⁹³ NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles: Le Cri; Buku, 2012, p. 313.

ANEXOS

Breve Cronologia

1869-1871 = Viagem de Stanley em busca de David Livingstone

1874-1878 = Viagem de Stanley de exploração da África central de leste para oeste (quando foi abordado por emissários de Leopoldo II).

1875 = Congresso da Sociedade Geográfica Francesa, em Paris

1876 = Conferência Geográfica de Bruxelas (12 de setembro de 1876)

1876 = Surge a Associação Internacional Africana (como resultado da Conferência de 12/09/1876) – nome oficial:

1878 = Criação do Comitê de Estudos do Alto Congo - *Comité d'Études du Haut-Congo* (CEHC) – em 26/novembro/1878.

1879-1884 = Expedição de Stanley (patrocinada por Leopoldo II) à embocadura do Congo, como representante do CEHC.

1882 = Fundação da Associação Internacional do Congo (AIC).

1883-85 = expedição de Wissmann a serviço da Associação Internacional Africana

1884-1885 = Conferência de Berlim (15/11/1884-26/02/1885)

1885 = Nascimento do Estado Independente do Congo (29/05/1885, decreto transformou a AIC em EIC)

1885 = Leopoldo II era proclamado soberano do EIC (19/07/1885)

1890 = Conferência Anti-escravista de Bruxelas (1/04/1890)

Tratado - Fonte: Papiers DHANIS, Francis (RG 586/49.54 - HA.01.3-210).
Musée Royal de l'Afrique Centrale (MRAC)

"Ato de Submissão" - Fonte: Papiers DHANIS, Francis (RG 586/49.54 - HA.01.3-210).
Musée Royal de l'Afrique Centrale (MRAC)

MAPA 2 = SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO INDEPENDENTE DO CONGO

Fonte: MARCHAL, Jules. *L'État Libre du Congo: paradis perdu. L'Histoire du Congo 1876-1900*. Borgloon, Bélgica: Éditions Paula Bellings, 1996, 2v.

MAPA 3 = REGIÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

BIBLIOGRAFIA

Fontes não publicadas

Documentos diversos: correspondências, relatórios e anexos. – Fundos: AE 259; AE 260; AE 269; AE 270; AE 653; AI 1374; AI 1375; IRCB 717; D 1365 Papiers E. Janssens. **Archives Africaines - Ministère des Affaires Etrangères** - Bruxelas.

Papiers BODSON, Fortuné (MRAC-Hist-87.6/93.28) **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

Papiers CABRA, Alphonse (MRAC-Hist-53.43/69.23/71.45). **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

Papiers DELCOMMUNE (MRAC-Hist-97.15). **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

Papiers FROMONT (MRAC-Hist-RG 1120). **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

Papiers FUCHS (MRAC-Hist-RG 765 / RG 898). **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

ROM, Léon. *Notes. Mes services au Congo de 1886 à 1908* (MRAC-Hist-56.28). **Musée Royal de l'Afrique Centrale**, Tervuren.

Fontes publicadas

BRAZZA, Pierre Savorgnan de. *Em El corazón de África. Hacia la fuente de los grandes ríos*. Trad. Ana Atorresi e Diego Iturriza. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 1999.

Bulletin [de la] Société Royale Belge de Géographie. Bruxelles: Secrétariat de la Société Belge de Géographie, 1877 a 1946.

CATTIER, Félicien. *Étude sur la situation de l'État Indépendant du Congo*. 2ª ed. Bruxelles: F. Larcier; Paris: A. Pedone, 1906.

CONRAD, Joseph. *Diario del Congo*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 2007.

STANLEY, Henry M. *La Découverte du Congo*. Ouvrage composé des lettres écrites par H. M. Stanley au cours de son exploration complètes d'après son journal de route par Lucien Herdebert (Membre de La Société de Géographie). Illustré de cent gravures sur bois et de deux cartes dont l'une en sept couleurs. Paris: Maurice Dreyfous et M. Dalsace Éditeurs, s.d.

STANLEY, Henry M. *How I Found Livingstone: Travels, Adventures and Discoveries in Central Africa, Including Four Months' Residence with Dr. Livingstone*. Londres: Sampson Low, Marston: Low & Searle, 1872.

STANLEY, Henry.M. *Através do continente negro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007, 2v.

STANLEY, Henry M. *Cinq années au Congo 1879-1884. Voyages – Explorations – Fondation de L'État Libre du Congo*. Traduit de l'anglais par Gérard Harry. Paris: Maurice Dreyfous Éditeurs, s.d. [1886].

VERMEERSCH, Arthur, S.J.. *La question congolaise*. Bruxelles: Imprimerie Scientifique Charles Bulens, Éditeur, 1906.

Bibliografia

ACHEBE, Chinua. *Image of Africa: Racism in Conrad's Heart of Darkness* (IId Chancellor's Lecture, Amherst, University of Massachussets, 18 de fevereiro de 1975), reeditado em Rimbrough (ed). *Heart of Darkness. An Authoritative Text. Backgrounds and Sources. Criticism*. Nova York: Norton and Company, 1988, pp. 251-262.

ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: ensaios*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Ilídio do. "Fronteiras internacionais africanas". In: *As fronteiras de África* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 13-22.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARNOLD, Nicolas et alii. *À nos héros coloniaux morts pour La civilisation 1876-1908*. Bruxelas: La Ligue Du Souvenir Congolais, 1931.

AUSTIN, Ramona. “William Henry Sheppard, le *Livingstone noir de l’Afrique*”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’ Afrique Centrale, 2005, pp. 223-227.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Trad. Nicolás Nyimi Campanário, revisão Paula Montero. *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993.

BENEDETTO, Robert (ed.). *Presbyterian Reformers in Central Africa: A Documentary Account of the American Presbyterian Congo Mission and the Human Rights Struggle in the Congo, 1890-1918*. Leiden: E. J. Brill, 1996.

BEZZI, Meri Lourdes. “Região como foco de identidade cultural”. *Geografia*. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, Vol. 27, Número 1, abril 2002, pp. 5-19.

Biographie Coloniale Belge, vol. VI: *Biographie Belge d’ Outre-Mer*. Bruxelas: Académie Royale des Sciences Coloniales / Académie Royale des Sciences d’Outre-Mer, 1948-1968.

BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2v.

BONTINCK, François. *Aux Origines de l’État Indépendant Du Congo, Documents tires d’ Archives Américaines*. Publicações da Université Lovanium de Léopoldville. Louvain, Bélgica: Éditions Nauwelaerts, 1966.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRUNSCHWIG, Henri. “La négociation du traité Makoko”. In: *Cahiers d’études africaines*, vol. 5, nº17, 1965. pp. 5-56.

CAHEN, Michel. “Corporatisme et colonialism: approche du cas mozambicain, 1933-1979. I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique”. *Cahiers d’études africaines*. Vol. 23, n. 92, 1983, pp. 383-417.

CAHEN, Michel. “Corporatisme et colonialism: approche du cas mozambicain, 1933-1979. II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979. *Cahiers d’études africaines*. Vol. 24, n. 93, 1984, pp. 5-24.

CAHEN, Michel. “*Indigenato* Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-62)”. *Proceedings of the British Academy*, n. 179, 2012, p. 149-171.

CEYSSSENS, Rik. “La conférence des chefs lulua, Luluabourg, 17 août 1886”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelles: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’ Afrique Centrale, 2005, pp. 74-78.

CLÉMENT, José et al. *La colonisation belge: une grande aventure*. Nivelles: Gamma Press, 2006.

CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. Trad. Sergio Flaksman; Posfácio Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, pp. 21-73.

COOPER, Frederick. “What is the Concept of Globalization good for? An African Historian’s Perspective”. *African Affair*, 100, 2001, p. 185-243.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Les Africaines. Histoire des femmes d’ Afrique Du XIXe au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MONIOT, Henri. *L’Afrique noire de 1800 à nos jours*. Paris: Presses Universitaires Françaises (PUF), Nouvelle Clio, 1974.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Afrique noire. Permanences et ruptures*. 2^a ed. revista. Paris: L’Harmattan, 1994.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*. Paris: Edições da EHESS, 2001.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Histoire des Villes d’Afrique noire des origines à La colonisation*. Paris: Albin Michel, 1993.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *The Political Economy of Contemporary Africa I*. Beverly Hills, California: Sage Publications, 1976.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “A colonização árabe em Zanzibar”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COUTTENIER, Maarten. *Si les murs pouvaient parler. Le musée de Tervuren 1910-2010*. Tervuren (Belgique): Musée Royal de l’Afrique Centrale, 2009.

DÖPCKE, Wolfgang. “O Significado de Fronteiras na História do Zimbábue - Reflexões Iniciais”. *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História*. Brasília, Universidade de Brasília, v. 3, 1995, p. 82-100.

DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n.1, 1999, p. 77-109.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 341-378.

FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FLAMENT, F. et al. “La force publique de sa naissance à 1914. Participation des militaires à l’histoire des premières années du Congo”. *Mémoires, Institut Royal Colonial Belge*. Bruxelas, XXVII, pp. 1-585.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton. Antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.

GENTILI, Anna Maria. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

GUINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações”. In *A micro-história e outros ensaios*. RJ: Bertrand, 1991.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. SP: Cia das Letras, 2006.

HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872-c.1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. “Dossiê História da África: cultura, poder e resistências” (org). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: UCAM, v. ano 30, 2008, pp. 13-163.

HERNANDEZ, Leila Leite. “Movimentos de resistência na África”. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, v. 141, 1999, pp. 141-150.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente na História*. Lisboa: Terramar, 1999.

ISAACMAN, Allen e VANSINA, Jan. “Iniciativas e resistência africanas na África Central, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). História Geral da África. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.

JENTGEN, P. “Les frontières du Congo belge”. *Mémoires*. Bruxelles, IRCB, Tome XXV, fasc. 1, 1952.

JERÔNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negra: a “missão civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

JERÔNIMO, Miguel Bandeira. *O império colonial em questão* (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições. Edições 70, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 3ª ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1999-2002, 2v.

KOPYTOFF, Igor (ed.). *The African Frontier. The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

LIEBOWITZ, Daniel; PEARSON, Charles. *The Last Expedition: Stanley's Mad Journey Through the Congo*. W. W. Norton & Company, 2005.

MARCHAL, Jules. *L'État Libre du Congo: paradis perdu. L'Histoire du Congo 1876-1900*. Borgloon, Bélgica: Éditions Paula Bellings, 1996, 2v.

MARCHAL, Jules. *E. D. Morel contre Léopold II: L'Histoire du Congo 1900-1910*. Paris: Éditions L' Harmattan, 1996, 2v.

MARECHAL, Philippe. “La controverse sur Léopold et le Congo dans la littérature et les médias. Réflexions critiques”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l' Afrique Centrale, 2005, pp. 43-50.

M'BOKOLO, Elikia. “África central: o tempo dos massacres”. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 502-521.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações. Tomo II (do século XIX aos nossos dias)*. Trad. Manuel Resende. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das África, 2011.

M'BOKOLO, Elikia; AMSELLE, Jean-Loup. *Au Coeur de l'ethnie. Ethnicité, tribalisme et État em Afrique*. Paris: La Découverte, 1999. (reed. 1985)

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *A República Democrática do Congo – RDC*. São Paulo: Casa das Áfricas, [2007]. <http://casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf> [acesso em 17/08/2015].

NDAYWEL È NZIEM, Isidore. *Nouvelle histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles; Kinshasa/Gombe; Tervuren: Le Cri; Buku; Musée Royal de l'Afrique Centrale, 2012.

PARADA, Mauricio; BON MEIHY, Murilo Sebe; MATTOS, Pablo de Oliveira de. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, Pallas, 2013.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

RANGER, T. O. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista”. In BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. pp. 51-72.

REYBROUCK, David Van. *Congo: une histoire*. Trad. Isabelle Rosselin. Paris: Actes Sud, 2012.

RIBEIRO, Alexandre Vieira e GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *Estudos Africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

RIBEIRO, Elaine. “Os trabalhadores Loandas da expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)”. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 29, n. 51, set/dez. 2013, pp. 697-719.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012.

SANTOS, Maria Emília Madeira. “A Comissão de Cartografia e a delimitação das fronteiras africanas” In: *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 23-44.

SANTOS, Patricia Teixeira. *Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil. Catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX. Milagres no Brasil e no mundo no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias. Um estudo sobre “Ethnografia e História Tradicional dos povos da Lunda” (expedição portuguesa ao Muantiânvua, 1884-1888) de Henrique de Carvalho, “Lueji e Ilunga na terra da amizade”, de Castro Soromenho e “Lueji – o nascimento dum império”, de*

Pepetela. Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH-USP, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 2003.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002

SOUZA, Marina de Mello e et alii. *Religião e poder no império português*. SP: HUCITEC/FAPESP, 2010.

STENGERS, Jean. *Congo: mythes et réalités*. Bruxelles: Éditions Racine, 2007.

STENGERS, Jean. “Leopold II et la rivalité franco-anglaise en Afrique, 1882-1884”. *Revue belge de philologie et d'histoire*. volume 47, n° 2, 1969, pp. 425-479.

STOLER, Ann Laura; COOPER, Frederick. *Repenser le colonialisme*. Paris: Éditions Payot, 2013.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. SP: Cia das Letras, 2002.

THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THORNTON, John. “The State in African historiography: a reassessment”. *Ufahamu*, IV, 2, pp.113-126.

UZOIGWE, Godfrey. N. “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. pp. 21-50.

VAIL, Leroy & White, Landeg. “Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique”. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, no. 2, junho-

VAN SCHUYLENBERGH, Patricia. *La Memoire des Belges en Afrique Centrale. Inventaire des Archives Historiques Privées du Musée Royal de L'Afrique Centrale, de 1858 à nos jours*. [dir. de Philippe MARECHAL] Tervuren, Belgique: Musée Royal de L'Afrique Centrale, 1997, vol. 8.

VANDEWEYER, Luc. “Le missionnaire ethnographe”. In: TOLLEBEEK, Jo (dir.). *Mayombe: statuettes rituelles du Congo*. Tiel: Éditions Lannoo, 2010, pp. 37-43.

VANGROENWEGHE, Daniel. *Du sang sur les lianes. Léopold II et son Congo*. Bruxelas: Didier Hatier, 1986.

VANHEE, Hein. "Maîtres et serviteurs. Les *chefs médaillés* dans le Congo colonial". In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelles: Éditions Snoeck; Musée Royal de l' Afrique Centrale, 2005, pp. 79-82.

VANSINA, Jan. "L'Histoire de l'Afrique Centrale dans la perspective du temps long". In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelles: Éditions Snoeck; Musée Royal de l' Afrique Centrale, 2005, pp. 23-28.

VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press, 1966.

VANSINA, Jan. "Du royaume Kuba au territoire des Bakuba". *Études Congolaises*. XII, 2, pp. 3-54.

VELLUT, Jean-Luc (ed). "Angola-Congo. L'invention de la frontière du Lunda (1889-1893). *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, n° 9, pp. 159-183.

VELLUT, Jean-Luc (ed). *Bibliographie historique du Zaïre à époque coloniale (1880-1960): travaux publiés en 1960-1996*. Louvain, Belgique: Enquêtes et Documents d' Histoire Africaine, 1996.

VELLUT, Jean-Luc. "Réflexions sur la question de la violence dans l'histoire de l'État Indépendant du Congo. In: MABIALA MANTUBA-NGOMA, Pamphile. (dir.) *La Nouvelle Histoire du Congo. Mélanges eurafricains offerts à Frans Bontinck, c.i.c.m.* Paris: L'Harmattan; Tervuren: Musée Royal de L' Afrique Centrale, 2004, pp. 269-287.

VELLUT, Jean-Luc. "Regards sur le temps colonial". In: VELLUT, Jean-Luc (dir.). *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelles: Éditions Snoeck; Musée Royal de l' Afrique Centrale, 2005, pp. 11-21.

VELLUT, Jean-Luc. "Résistances et espaces de liberté dans l'histoire coloniale du Zaïre avant la marche à l'indépendance (c. 1876-1945)", in COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; FOREST, A.; WEISS, H. (dir.). *Rébellions Révolution au Zaïre, 1963-1965*. Paris: L'Harmattan, 1987, p. 24-73.

VELLUT, Jean-Luc. "La violence armée dans l'État Indépendant du Congo. Ténèbres et clartés dans l'histoire d'un Etat conquérant". *Cultures et développement: Revue internationale des sciences du développement*. Louvain: Université Catholique de Louvain, vol. XVI, 3-4, 1984, pp. 671-707.

VELLUT, Jean-Luc (ed). "Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900). *Études d'Histoire Africaine*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), t. III, 1972, pp. 61-166.

VELLUT, Jean-Luc. "Prestige et pauvreté de l'histoire nationale. A propos d'une histoire nationale du Congo". *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 77 fasc. 2, 1999, pp. 480-517.

WAUTERS, A. J. *L'État Indépendant du Congo*. Bruxelas: Librairie Falk Fils, 1899.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Trad. Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)”. *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

WYNANTS, Maurits. “*His Majesty is out of town*. Les relations tendues entre Léopold II et Stanley après la conférence de Berlin”. In: VELLUT, Jean-Luc (dir) *La mémoire du Congo le temps colonial*. Bruxelas: Éditions Snoeck; Musée Royal de l’ Afrique Centrale, 2005.

ZAMPARONI, Valdemir, “Da Escravatura ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas”, *Africana Studia* 7, 2004, pp. 299–325.